

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	12
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	13
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	14
Demonstração de Valor Adicionado	15
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	17
Notas Explicativas	78
Proposta de Orçamento de Capital	145

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	146
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	149
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	150
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	155
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	156

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	5.372.205.949
Preferenciais	0
Total	5.372.205.949
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	21.831.126	20.538.815	20.804.701
1.01	Ativo Circulante	5.153.666	4.937.240	6.448.051
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	626.708	430.121	393.317
1.01.02	Aplicações Financeiras	9	90	51
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	9	90	51
1.01.02.03.02	Cauções e Depósitos Vinculados	9	90	51
1.01.03	Contas a Receber	3.418.034	2.846.661	3.977.041
1.01.03.01	Clientes	2.973.010	2.429.434	3.515.448
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	445.024	417.227	461.593
1.01.03.02.03	Créditos com partes relacionadas	9.404	8.765	5.725
1.01.03.02.04	Outros Créditos	435.620	408.462	455.868
1.01.04	Estoques	131.927	158.487	169.756
1.01.06	Tributos a Recuperar	923.708	1.273.589	1.486.990
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	923.708	1.273.589	1.486.990
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social	1.259	95.397	29.523
1.01.06.01.02	Outros Tributos a Recuperar	922.449	1.178.192	1.457.467
1.01.07	Despesas Antecipadas	37.807	37.593	37.156
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	15.473	190.699	383.740
1.01.08.03	Outros	15.473	190.699	383.740
1.01.08.03.01	Ativos Financeiros Setoriais	15.473	190.699	383.740
1.02	Ativo Não Circulante	16.677.460	15.601.575	14.356.650
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	8.359.690	8.343.214	7.759.926
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.005	905	822
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	1.005	905	822
1.02.01.04	Contas a Receber	105.259	109.472	70.317
1.02.01.04.01	Clientes	105.259	109.472	70.317
1.02.01.07	Tributos Diferidos	1.324.670	1.203.057	679.181
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.324.670	1.203.057	679.181

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	6.928.756	7.029.780	7.009.606
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	380.433	384.425	361.195
1.02.01.10.05	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	66.123	19.723	18.713
1.02.01.10.06	Outros Tributos a Recuperar	2.135.382	2.502.266	2.985.951
1.02.01.10.07	Outros créditos	44.838	15.020	165.506
1.02.01.10.08	Direito de Uso de ativos	129.870	142.657	95.598
1.02.01.10.09	Ativos Financeiros Setoriais	15.473	190.699	383.740
1.02.01.10.10	Contas a Receber Vinculadas à Concessão	1.954.679	1.442.819	1.200.708
1.02.01.10.11	Ativos de concessão	2.201.958	2.332.171	1.798.195
1.02.02	Investimentos	443	534	540
1.02.02.01	Participações Societárias	443	534	540
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	443	534	540
1.02.04	Intangível	8.317.327	7.257.827	6.596.184
1.02.04.01	Intangíveis	8.317.327	7.257.827	6.596.184
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	8.317.327	7.257.827	6.596.184

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	21.831.126	20.538.815	20.804.701
2.01	Passivo Circulante	5.490.742	3.970.514	4.827.276
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	597.160	154.982	369.864
2.01.01.01	Obrigações Sociais	33.851	30.030	31.124
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	563.309	124.952	338.740
2.01.02	Fornecedores	1.605.111	1.447.967	1.743.382
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.605.111	1.447.967	1.743.382
2.01.03	Obrigações Fiscais	253.336	182.308	334.738
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	62.421	61.071	56.163
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	62.421	61.071	56.163
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	186.961	118.079	275.798
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.954	3.158	2.777
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	944.835	379.837	794.358
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	375.135	6.203	11.113
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	375.135	6.203	9.812
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	0	1.301
2.01.04.02	Debêntures	569.700	373.634	783.245
2.01.05	Outras Obrigações	2.090.300	1.805.420	1.584.934
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	11.950	8.962	11.571
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	11.950	8.962	11.571
2.01.05.02	Outros	2.078.350	1.796.458	1.573.363
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	460.904	265.574	824.833
2.01.05.02.04	Benefícios Pós-Emprego	59.742	51.978	48.415
2.01.05.02.05	Passivo de arrendamentos	40.083	48.882	31.448
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	175.694	132.246	116.348
2.01.05.02.07	Encargos setoriais a recolher	44.789	29.032	176.798
2.01.05.02.08	Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	262.444	284.305	228.457
2.01.05.02.09	Passivos financeiros setoriais	476.103	433.914	139.770

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2.01.05.02.10	Pis e Cofins a restituir aos consumidores	558.591	550.527	7.294
2.02	Passivo Não Circulante	9.557.519	9.958.029	8.418.869
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.126.061	4.394.778	2.584.990
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	375.585	751.805	168.634
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	375.585	751.805	19.363
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	0	149.271
2.02.01.02	Debêntures	4.750.476	3.642.973	2.416.356
2.02.02	Outras Obrigações	3.931.398	4.910.393	5.162.241
2.02.02.02	Outros	3.931.398	4.910.393	5.162.241
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais	546.184	566.826	535.572
2.02.02.02.04	Benefícios Pós-Emprego	948.724	657.867	802.222
2.02.02.02.05	Passivo de arrendamentos	99.138	100.659	69.365
2.02.02.02.06	Outras Contas a Pagar	1.558	16.007	15.522
2.02.02.02.07	Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	224.996	223.805	266.650
2.02.02.02.08	Passivos financeiros setoriais	27.888	49.341	153.409
2.02.02.02.09	Pis e Cofins a restituir aos consumidores	173.135	1.444.631	3.319.501
2.02.02.02.10	Provisão para destinação de crédito de PIS e Cofins	1.909.775	1.851.257	0
2.02.04	Provisões	500.060	652.858	671.638
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	488.997	641.002	629.031
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	20.758	22.850	11.560
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	279.446	392.994	410.112
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	26.122	21.117	25.145
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	162.671	204.041	182.214
2.02.04.02	Outras Provisões	11.063	11.856	42.607
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	4.049	4.112	3.686
2.02.04.02.04	Provisões para Passivos Regulatórios	7.014	7.744	38.921
2.03	Patrimônio Líquido	6.782.865	6.610.272	7.558.556
2.03.01	Capital Social Realizado	5.372.206	5.359.206	5.359.206

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2.03.04	Reservas de Lucros	1.574.610	1.235.289	2.303.327
2.03.04.01	Reserva Legal	335.200	306.744	306.744
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.239.410	928.545	1.808.323
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	0	188.260
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-163.951	15.777	-103.977

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	15.085.707	13.903.300	14.836.392
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-13.122.771	-11.833.211	-12.942.685
3.03	Resultado Bruto	1.962.936	2.070.089	1.893.707
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-860.345	-1.585.591	-726.695
3.04.01	Despesas com Vendas	-142.324	-170.407	-178.719
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-519.397	-385.531	-437.507
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	41.109	44.906	52.989
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-239.733	-1.074.559	-163.458
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-239.733	-263.996	-163.458
3.04.05.02	Provisão para destinação de crédito de PIS e Cofins	0	-810.563	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.102.591	484.498	1.167.012
3.06	Resultado Financeiro	-475.102	-1.169.741	66.469
3.06.01	Receitas Financeiras	479.944	593.726	457.697
3.06.02	Despesas Financeiras	-955.046	-1.763.467	-391.228
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-896.528	-722.773	-391.228
3.06.02.02	Atualização de provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins	-58.518	-1.040.694	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	627.489	-685.243	1.233.481
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-58.368	455.465	-375.597
3.08.01	Corrente	-87.394	-130.103	-298.719
3.08.02	Diferido	29.026	585.568	-76.878
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	569.121	-229.778	857.884
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	569.121	-229.778	857.884
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,10602	-0,04288	0,16039
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,10602	-0,04288	0,16039

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	569.121	-229.778	857.884
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-179.728	119.754	109.948
4.02.01	Ganhos (perdas) com Passivos Atuariais - não serão reclassificados para o resultado	-272.315	181.446	166.589
4.02.03	Tributos sobre Outros Resultados Abrangentes - não serão reclassificados para o resultado	92.587	-61.692	-56.641
4.03	Resultado Abrangente do Período	389.393	-110.024	967.832

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.003.112	1.872.862	-45.502
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.822.522	851.778	-257.214
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	569.121	-229.778	857.884
6.01.01.02	Encargos, variações monetárias e cambiais não realizadas - Líquidas	557.469	264.778	140.860
6.01.01.03	Efeitos da ação do ICMS sobre o PIS e Cofins	257.759	2.112.720	-21.640
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social	87.394	130.103	298.719
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-29.026	-585.568	76.878
6.01.01.06	Apropriação de obrigações de benefícios pós-emprego	169.973	169.277	153.528
6.01.01.08	Constituição para programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	126.837	116.336	131.331
6.01.01.09	Reconhecimento do valor justo do ativo indenizável da concessão	-62.166	-79.169	-108.733
6.01.01.10	Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	-1.070.196	-1.847.863	-2.502.324
6.01.01.11	Depreciação e amortização	521.301	454.307	406.632
6.01.01.12	Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	201.084	284.230	271.859
6.01.01.13	Baixas de contas a receber vinculadas à concessão e ativos de contrato	16.997	8.911	7.169
6.01.01.14	Resultado das baixas de imobilizado, intangíveis	78.722	53.494	30.623
6.01.01.15	Provisão decorrente de programa de demissão voluntária	397.253	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-88.939	1.520.299	515.801
6.01.02.01	Clientes	-638.549	928.380	-1.076.668
6.01.02.02	Depósitos judiciais	40.864	2.720	-84.990
6.01.02.03	Ativos financeiros setoriais	36.963	966.465	1.509.802
6.01.02.04	Outros créditos	-32.729	59.007	-186.354
6.01.02.05	Estoques	26.560	11.269	-30.235
6.01.02.06	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	30.613	-58.441	-21.258
6.01.02.07	Outros tributos a recuperar	-146.438	-94.086	43.160
6.01.02.08	Despesas antecipadas	-214	-437	-13.618
6.01.02.09	Partes relacionadas	2.349	-5.649	1.321
6.01.02.10	Obrigações sociais e trabalhistas	262.649	-53.488	14.641
6.01.02.11	Fornecedores	161.249	-230.480	-25.405

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01.02.12	Outras obrigações fiscais	752.885	576.275	632.330
6.01.02.13	Benefícios pós-emprego	-143.667	-128.623	-124.289
6.01.02.14	Encargos setoriais a recolher	15.757	-147.766	161.233
6.01.02.15	Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	-183.444	-136.503	-175.195
6.01.02.16	Outras contas a pagar	28.999	16.382	9.079
6.01.02.17	Provisões para litígios quitadas	-302.786	-184.726	-117.753
6.01.03	Outros	-730.471	-499.215	-304.089
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	-4.720	17.804	-124.298
6.01.03.02	Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	-107.036	-68.294	-8.585
6.01.03.03	Encargos de debêntures pagos	-594.414	-433.106	-163.768
6.01.03.04	Encargos de passivo de arrendamentos pagos	-12.683	-10.724	-7.438
6.01.03.05	Encargos de mútuo pagos	-11.618	-4.895	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.973.234	-1.766.961	-1.460.315
6.02.01	Aplicações financeiras	-19	142.642	-8.522
6.02.02	Aquisições de ativos de contrato	-2.312.492	-2.153.519	-1.603.341
6.02.03	Participação financeira do consumidor - ativos de contrato	339.277	243.916	151.548
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.166.709	-69.097	437.337
6.03.01	Ingressos de empréstimos e financiamentos	0	750.000	0
6.03.02	Ingressos de debêntures emitidas	1.600.000	1.500.000	1.500.000
6.03.03	Custos de transação de empréstimos e financiamentos e de debêntures	-35.606	-30.022	-19.709
6.03.04	Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	-9.728	-144.621	-14.586
6.03.05	Amortizações de principal de debêntures	-333.334	-758.333	-758.333
6.03.06	Amortizações de principal de passivo de arrendamentos	-51.543	-41.778	-30.035
6.03.07	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-16.080	-1.344.343	-240.000
6.03.08	Ingressos de mútuo com partes relacionadas	233.000	100.000	0
6.03.09	Amortizações de principal do mútuo com a controladora	-233.000	-100.000	0
6.03.10	Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital	13.000	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	196.587	36.804	-1.068.480

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	430.121	393.317	1.461.797
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	626.708	430.121	393.317

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.359.206	0	1.235.289	0	15.777	6.610.272
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.359.206	0	1.235.289	0	15.777	6.610.272
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-229.800	0	-229.800
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-107.200	0	-107.200
5.04.09	Dividendos intermediários (JCP)	0	0	0	-122.600	0	-122.600
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	569.121	-179.728	389.393
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	569.121	0	569.121
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-179.728	-179.728
5.05.02.06	Ajustes atuariais	0	0	0	0	-272.315	-272.315
5.05.02.07	Tributos s/ Ajustes atuariais	0	0	0	0	92.587	92.587
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	13.000	0	339.321	-339.321	0	13.000
5.06.06	Aumento de capital	13.000	-13.000	0	0	0	0
5.06.07	Reserva legal	0	0	28.456	-28.456	0	0
5.06.08	Reserva de retenção de lucros	0	0	310.865	-310.865	0	0
5.06.09	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	13.000	0	0	0	13.000
5.07	Saldos Finais	5.372.206	0	1.574.610	0	-163.951	6.782.865

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.359.206	0	2.303.327	0	-103.977	7.558.556
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.359.206	0	2.303.327	0	-103.977	7.558.556
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-838.260	0	0	-838.260
5.04.06	Dividendos	0	0	-536.496	0	0	-536.496
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-113.504	0	0	-113.504
5.04.08	Dividendo adicional proposto	0	0	-188.260	0	0	-188.260
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-229.778	119.754	-110.024
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-229.778	0	-229.778
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	119.754	119.754
5.05.02.06	Ajustes atuariais	0	0	0	0	181.446	181.446
5.05.02.07	Tributos s/ Ajustes atuariais	0	0	0	0	-61.692	-61.692
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-229.778	229.778	0	0
5.06.08	Reserva de retenção de lucros	0	0	-229.778	229.778	0	0
5.07	Saldos Finais	5.359.206	0	1.235.289	0	15.777	6.610.272

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.341.443	0	2.085.396	0	-213.925	7.212.914
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.341.443	0	2.085.396	0	-213.925	7.212.914
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-420.718	-219.235	0	-639.953
5.04.06	Dividendos	0	0	-420.718	-115.986	0	-536.704
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-103.249	0	-103.249
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	857.884	109.948	967.832
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	857.884	0	857.884
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	109.948	109.948
5.05.02.06	Ajustes atuariais	0	0	0	0	166.589	166.589
5.05.02.07	Tributos s/ Ajustes atuariais	0	0	0	0	-56.641	-56.641
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	17.763	0	638.649	-638.649	0	17.763
5.06.06	Aumento de capital	17.763	0	0	0	0	17.763
5.06.07	Reserva legal	0	0	42.893	-42.893	0	0
5.06.08	Reserva de retenção de lucros	0	0	407.496	-407.496	0	0
5.06.09	Dividendo adicional proposto	0	0	188.260	-188.260	0	0
5.07	Saldos Finais	5.359.206	0	2.303.327	0	-103.977	7.558.556

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	21.463.300	21.990.174	24.208.986
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	18.154.171	18.089.469	19.971.299
7.01.02	Outras Receitas	1.173.714	1.972.165	2.664.131
7.01.02.01	Ativos e passivos financeiros setoriais	1.070.196	1.847.863	2.502.324
7.01.02.02	Valor justo do ativo indenizável da concessão	62.166	79.169	108.733
7.01.02.03	Outras receitas	41.352	45.133	53.074
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	2.234.539	2.048.022	1.700.889
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-99.124	-119.482	-127.333
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-11.918.479	-11.824.572	-11.658.297
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-8.825.559	-8.202.946	-9.329.581
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-753.560	-604.481	-526.472
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-134.408	-99.244	-67.729
7.02.04	Outros	-2.204.952	-2.917.901	-1.734.515
7.02.04.01	Outros insumos	-157.418	-229.496	-181.771
7.02.04.02	Custo de construção	-2.047.534	-1.877.842	-1.552.744
7.02.04.03	Provisão para destinação de créditos de Pis e Cofins	0	-810.563	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	9.544.821	10.165.602	12.550.689
7.04	Retenções	-521.301	-454.307	-406.632
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-521.301	-454.307	-406.632
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	9.023.520	9.711.295	12.144.057
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	936.862	962.559	724.373
7.06.02	Receitas Financeiras	479.944	593.726	457.697
7.06.03	Outros	456.918	368.833	266.676
7.06.03.01	Outras Receitas	456.918	368.833	266.676
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	9.960.382	10.673.854	12.868.430
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	9.960.382	10.673.854	12.868.430
7.08.01	Pessoal	1.411.842	825.839	1.095.191
7.08.01.01	Remuneração Direta	537.900	539.292	540.203

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.08.01.02	Benefícios	356.887	262.787	463.247
7.08.01.03	F.G.T.S.	29.105	27.959	28.728
7.08.01.04	Outros	487.950	-4.199	63.013
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	6.997.576	8.287.333	10.499.656
7.08.02.01	Federais	4.482.033	4.788.985	5.766.820
7.08.02.02	Estaduais	2.512.078	3.496.085	4.730.406
7.08.02.03	Municipais	3.465	2.263	2.430
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	981.843	1.790.460	415.699
7.08.03.01	Juros	908.151	731.891	403.699
7.08.03.02	Aluguéis	12.519	15.876	6.312
7.08.03.03	Outras	61.173	1.042.693	5.688
7.08.03.03.01	Outros	2.655	1.999	5.688
7.08.03.03.02	Atualização de provisão para destinação de créditos de pis e cofins	58.518	1.040.694	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	569.121	-229.778	857.884
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	229.800	0	0
7.08.04.02	Dividendos	0	0	407.495
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	339.321	-229.778	450.389

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO

DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2023



COPEL
Distribuição





Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Copel Distribuição S.A.

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia

CNPJ/MF 04.368.898/0001-06 | Inscrição Estadual 90.233.073-99

Companhia Aberta - Categoria "B" – CVM 2680-8

Rua José Izidoro Biazetto, 158 - Bloco C - Mossunguê - Curitiba – PR CEP 81200-240



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SUMÁRIO	3
MENSAGEM DO DIRETOR GERAL	4
1. A COPEL DISTRIBUIÇÃO	6
1.1. DIS EM NÚMEROS	6
1.2. PRÊMIOS E CERTIFICAÇÕES	6
2. GESTÃO ESG – AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA	7
2.1. GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE	7
2.2. GOVERNANÇA CORPORATIVA	8
2.3. DIMENSÃO SOCIAL	13
2.4. DIMENSÃO AMBIENTAL	33
2.5. BALANÇO SOCIAL	38
3. DESEMPENHO OPERACIONAL	41
3.1. ANÁLISE MACROECONÔMICA	41
3.2. CONTEXTO REGULATÓRIO	41
3.3. MERCADO DE ENERGIA	44
3.4. INVESTIMENTOS	46
3.5. QUALIDADE DE FORNECIMENTO	51
3.6. GESTÃO DE PERDAS DE ENERGIA	52
4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	53
4.1. RESULTADO LÍQUIDO E EBITDA	53
4.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	54
4.3. ENDIVIDAMENTO	58
4.4. FLUXO DE CAIXA	59
4.5. VALOR ADICIONADO	59
4.6. INADIMPLÊNCIA DE CONSUMIDORES	60
COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA	61

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Mensagem do Diretor Geral



O ano de 2023 foi marcado por diversos eventos que impactaram a Copel Distribuição.

Em termos corporativos, a Copel passou a ser uma companhia de capital disperso e sem acionista controlador, ou “Corporação” o que, dentre outros benefícios, possibilita à Copel Distribuição maior agilidade em seus processos.

Os serviços oferecidos se mantiveram de acordo com as regras do setor e com as obrigações do contrato de concessão, e em alinhamento com um dos nossos valores, a

Ética, a Copel Distribuição reforça seu compromisso com os clientes e a sociedade, no atendimento aos seus 5,1 milhões de consumidores, na manutenção do parque elétrico e realização de investimentos, além da colaboração para o desenvolvimento econômico e social da comunidade paranaense.

Os fenômenos climáticos como os temporais e enchentes ocorridos em 2023 no Paraná, provocaram várias ocorrências de interrupções de energia exigindo forte atuação para o reestabelecimento da rede com a movimentação de técnicos, eletricitas e demais empregados e terceirizados, que foram incansáveis no atendimento das unidades consumidoras alcançadas por estes eventos climáticos. Aqui destacamos dois dos nossos valores: a Dedicação e o Respeito às pessoas.

Apesar destes desafios, buscamos elevar os esforços na qualidade e continuidade dos serviços prestados, principalmente na redução do tempo e da quantidade de interrupções que os consumidores permanecem sem energia elétrica, bem como na melhoria da qualidade de fornecimento de energia elétrica. Para tanto, seguimos com a execução do Plano de Investimentos que, em 2023, atingiu R\$ 2,0 bilhões de reais, aplicados na expansão e modernização do sistema elétrico de distribuição com a implantação das subestações Ingá e Joaquim Távora (138kV), ampliação de Transformação de Carga do parque das Subestações e construção de 3.185 km de linhas de distribuição.

A Copel Distribuição vem se destacando no quesito tecnologia e em 2023, conquistamos os prêmios do Setor Elétrico de Melhor Trabalho de Pesquisa e Desenvolvimento e de Melhor Trabalho Geral, com o reconhecimento da excelência técnica e relevância global, pelo desenvolvimento de carregador rápido nacional para veículos elétricos.

Ainda, recebemos um importante reconhecimento do setor elétrico brasileiro e latino-americano, pela Comisión de Integración Energética Regional (CIER): o Prêmio CIER de Inovação. Avaliada entre empresas distribuidoras de energia de diversos países, a Copel Distribuição conquistou o Primeiro lugar da categoria Plataforma de Inovação. Foi premiada com a plataforma +DIS_Aí, que é um sistema interno para registro e desenvolvimento de ideias dos empregados da Companhia. E, na categoria Digitalização, o Programa Rede Elétrica Inteligente levou o segundo lugar, pela inovação na gestão do sistema de distribuição de energia. Estas ações são incentivadas e permeadas por um dos pilares que constituem nossos valores, a Inovação.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Quanto aos aspectos do ESG, e alinhado ao pilar da Responsabilidade, dos inúmeros programas e iniciativas realizados pela Copel Distribuição, destacamos a criação do programa Aluno Energia lançado em 2023, que tem o objetivo de estimular a permanência dos estudantes universitários no curso de Engenharia Elétrica, até a sua conclusão. Destacamos, ainda, os projetos de eficiência energética em 41 hospitais beneficentes do Paraná, que incluem, além da troca de lâmpadas, aparelhos de ar-condicionado e equipamentos hospitalares, a implantação de usinas fotovoltaicas, com aplicação de R\$ 23,3 milhões, em 2023.

Em relação às pessoas, o pilar da Segurança e saúde é um dos valores que direcionam as iniciativas que visam prevenir acidentes e reduzir os riscos atrelados às atividades, sobretudo à eletricidade. Assim, em 2023, foram estabelecidas as 7 Regras de Ouro, direcionadas tanto a empregados quanto a terceirizados, e que são baseadas nos Princípios de Segurança do Trabalho que demonstram o respeito absoluto à vida, e, portanto, são invioláveis.

No desempenho financeiro, e sob o pilar da Transparência, também direcionamos nossos esforços à recuperação do resultado e manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Conforme detalhado no Relatório da Administração e nas Demonstrações Financeiras de 2023, alcançamos um Lucro Líquido de R\$ 569,1 milhões, R\$ 798,9 milhões acima do resultado de 2022, e um Ebitda ajustado que ultrapassou os R\$ 2,1 bilhões, frente a R\$ 1,7 bilhões em 2022.

Finalizo, agradecendo aos nossos clientes e parceiros e a todos os 4.203 colaboradores da Copel Distribuição pela determinação e diligência no enfrentamento dos desafios diários para a continuidade da nossa Companhia e em benefício da Sociedade. Juntos, seremos protagonistas desta História de crescimento e inovação.

Maximiliano Andres Orfali
Diretor Geral da Copel Distribuição

1. A COPEL DISTRIBUIÇÃO



Foto: Smart Copel DIS, em Curitiba/PR

A Copel Distribuição S.A. (Copel Distribuição ou Companhia), subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel), em 19 de maio de 2022, obteve junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, o registro de companhia aberta na categoria “B”, sob o código 2680-8, em conformidade com a Resolução CVM nº 80/22.

A Companhia opera e mantém as instalações nos níveis de tensão até 138kV, atuando conforme as melhores práticas setoriais e normas aplicáveis, na operação, manutenção, planejamento do sistema elétrico e modernização das instalações, de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do serviço prestado.

A Companhia adota as diretrizes expressas no referencial

estratégico da Controladora, que balizam sua gestão e orientam todas as ações e decisões internas e externas.

Em 24.11.2022, a Lei 21.272 do Estado do Paraná autorizou a transformação da Copel em companhia de capital disperso e sem acionista controlador (“Corporação”) por meio de oferta pública secundária de ações e/ou Units de emissão da Copel e propriedade do Controlador.

A partir de 11.08.2023, quando foi efetuada a liquidação da oferta pública de ações, o Estado do Paraná deixou de ser o acionista controlador da Copel e, conseqüentemente, não possui mais o controle indireto das subsidiárias da Copel. Assim, a Copel Distribuição fica desobrigada do cumprimento das obrigações previstas na Lei 13.303/2016 e demais obrigações aplicáveis às sociedades de economia mista.

1.1. DIS EM NÚMEROS

R\$ milhões	31.12.2023	31.12.2022	Δ\$	Δ%
Ativo total	21.831	20.539	1.292	6,3
Caixa e equivalentes de caixa	627	430	197	45,8
Dívida líquida	5.443	4.344	1.099	25,3
Passivo (Circulante + Não circulante)	15.048	13.929	1.119	8,0
Patrimônio líquido (PL)	6.783	6.610	173	2,6
Liquidez corrente (índice)	0,9	1,2		
Liquidez geral (índice)	0,9	0,9		
Dívida líquida sobre o PL (%)	80,2%	65,7%		

Área de concessão Km	194.854
Nº de municípios	395
Consumidores cativos	5.098
Empregados	4.203
Participação no mercado em 2023¹	
Brasil	6,2%
Sul	33,7%
Paraná (cativo)	97,1%

¹Fonte: EPE - Empresa de Pesquisa Energética

	4T23	4T22	ΔR\$	Δ%	31.12.2023	31.12.2022	ΔR\$	Δ%
Receita operacional líquida	4.016,2	3.587,4	428,8	12,0	15.085,7	13.903,3	1.182,4	8,5
Custos e despesas operacionais	(3.552,8)	(3.265,1)	(287,7)	8,8	(13.983,1)	(13.418,8)	(564,3)	4,2
Ebit (Lajir)	463,3	322,3	141,0	43,7	1.102,6	484,5	618,1	127,6
Ebitda (Lajida)	599,1	441,9	157,2	35,6	1.623,9	938,8	685,1	-
Resultado financeiro	(144,1)	(62,5)	(81,6)	130,6	(475,1)	(1.169,7)	694,6	(59,4)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	263,3	324,3	(61,0)	(18,8)	569,1	(229,8)	798,9	(347,7)
Margem de Ebitda (Lajida) (%)	14,9%	12,3%			10,8%	6,8%		
Margem líquida (%) ¹	6,6%	9,0%			3,8%	-1,7%		
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) ²	4,0%	4,3%			8,6%	-3,0%		

¹Lucro ou prejuízo líquido ÷ ROL | ²Lucro ou prejuízo ÷ PL inicial

1.2. PRÊMIOS E CERTIFICAÇÕES

- **Prêmio Aneel de Ouvidoria** - melhor serviço de ouvidoria do Brasil entre as distribuidoras de energia.
- **Selo Sesi ODS 2023 como reconhecimento de suas práticas em prol da Agenda 2030** – pelo programa: Rede Elétrica Inteligente.
- **Prêmio CIER de Inovação - Comisión de Integración Energética Regional** - 1º lugar na categoria Plataforma e Inovação e 2º lugar em Digitalização pelo Programa Rede Elétrica Inteligente.
- **Prêmio O Setor Elétrico – OSE** - Melhor Trabalho de Pesquisa e Desenvolvimento e o Prêmio de Melhor Trabalho Geral pelo desenvolvimento de carregador rápido nacional para veículos elétricos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2. GESTÃO ESG – AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA

A Gestão ESG (sigla, em inglês), que significa environmental, social and governance, engloba as políticas de meio-ambiente, responsabilidade social e governança, praticadas pela Companhia. Os critérios ESG estão relacionados aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pelo Pacto Global.

A Copel é signatária do Pacto Global desde seu lançamento em 2000 pelo então Secretário Geral da Organização das Nações Unidas - ONU, Kofi Annan, sendo a primeira empresa do setor elétrico brasileiro a ter sua participação homologada em 2001. E, desde 2018, assumiu o compromisso de atuar para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS ligados ao setor de energia.

Após construir o Plano de Neutralidade de Carbono em 2021, o tema seguiu como prioridade para a Copel e, na Visão 2030, ele foi associado ao objetivo de descarbonizar sua matriz de geração elétrica. A Visão 2030 também incluiu entre as prioridades o compromisso com a ética e governança e o avanço da diversidade, incluindo metas de evolução da participação feminina na liderança.

Ao planejar a sua próxima década, a Companhia está buscando ampliar a integração das preocupações ambientais, sociais e de governança (ESG, na sigla em inglês) à sua agenda de ações e decisões de futuro.

ODS's prioritários da Copel Distribuição



2.1. GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE

A Copel realiza a gestão da agenda de sustentabilidade por meio de diversas áreas dedicadas às temáticas relacionadas à ESG. As estratégias de sustentabilidade da Copel estão alinhadas ao seu referencial estratégico, às melhores práticas do mercado e aos compromissos assumidos. Para isso, a Companhia investe em uma gestão responsável com atuação integrada e equilibrada perante todas as partes interessadas, primando pela transparência nos seus relacionamentos.

Comprometida com a sustentabilidade, a Copel Distribuição, responsável pelo fornecimento de energia elétrica a milhares de pessoas, promove o crescimento econômico com responsabilidade socioambiental, em consonância com sua Política de Sustentabilidade e demais políticas e normas que permeiam todas as suas áreas seguindo as diretrizes de sua controladora.

Para dar conta das características únicas do negócio, a Companhia possui áreas especializadas na gestão de aspectos socioambientais. Cada operação demanda diferentes tipos de ação e monitoramento, visando o compliance socioambiental e a adesão às melhores práticas de mercado.

O desempenho em sustentabilidade é avaliado por meio da gestão interna, além da participação em avaliações especializadas no mercado, que permitem o comparativo com outras empresas. Entre essas avaliações estão o Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE) e o Corporate Sustainability Assessment (CSA), da S&P Global. Esses resultados são utilizados como base para a melhoria contínua dos processos relacionados às dimensões ESG.

Programa Transformação na Copel Distribuição

Com vistas a promover o atendimento e pleno desenvolvimento dos objetivos estratégicos, dentro da concepção da Excelência em Gestão, a Copel Distribuição desenvolveu o Programa Transformação, que abrange, além dos principais programas de investimentos, a cultura da Copel Distribuição.

A iniciativa visa promover a Transformação Cultural com foco no aspecto humano, através da humanização da Liderança. Ao longo do relatório são apresentadas as ações da Companhia relacionadas ao Programa.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



2.2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Copel Distribuição segue as diretrizes de sua controladora nas questões de Governança Corporativa. A Copel é uma companhia de capital aberto, dotada de personalidade jurídica de direito privado, cujas ações são negociadas nas bolsas de valores de São Paulo (B3), Nova Iorque (NYSE) e Madri (Latibex) – que demanda um robusto sistema de governança para assegurar que o desempenho dos administradores e o planejamento estratégico está alinhado aos interesses da Companhia e suas partes interessadas.

Em 2023, foi aprovado o novo Estatuto Social da Copel, decorrente da transformação da Copel em companhia de capital disperso e sem acionista controlador (“Corporação”), trouxe dispositivos que: disciplinam a Golden Share titularizada pelo Estado do Paraná; excluem regras previstas na Lei das Estatais; estabelecem que nenhum acionista ou grupo de acionistas venha a exercer votos correspondentes a mais de 10% do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto em cada deliberação; adaptam a estrutura da Copel para companhia com capital disperso e sem acionista controlador; protegem a dispersão acionária (poison pill); entre outros.

Ainda, a alta administração da Copel revisou os regimentos dos órgãos estatutários, considerando a transformação da Companhia em uma Corporação e deu início à atuação do Comitê de Gente, assessorando o CAD, permitindo ampliação dos espaços de análise qualificada, produção de conhecimento e discussão de temas estratégicos para apoiar as decisões do conselho. A Copel Distribuição conta com seu Conselho de Administração focado na orientação e planejamento do negócio.

A Copel Distribuição tem registro de companhia aberta na categoria B na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Esse registro é parte do planejamento estratégico da Companhia e não visam a emissão de ações, que são medidas que reforçam ainda mais a transparência e as práticas de governança, além de oportunidade para diversificação das fontes de financiamento e otimização do perfil da dívida.

2.2.1. Referencial estratégico

A Companhia adota as diretrizes expressas no referencial estratégico da Controladora, que balizam sua gestão e orientam todas as ações e decisões internas e externas:

Missão

Prover energia e soluções para o desenvolvimento com sustentabilidade.

Visão

Ser referência nos negócios em que atua gerando valor de forma sustentável.

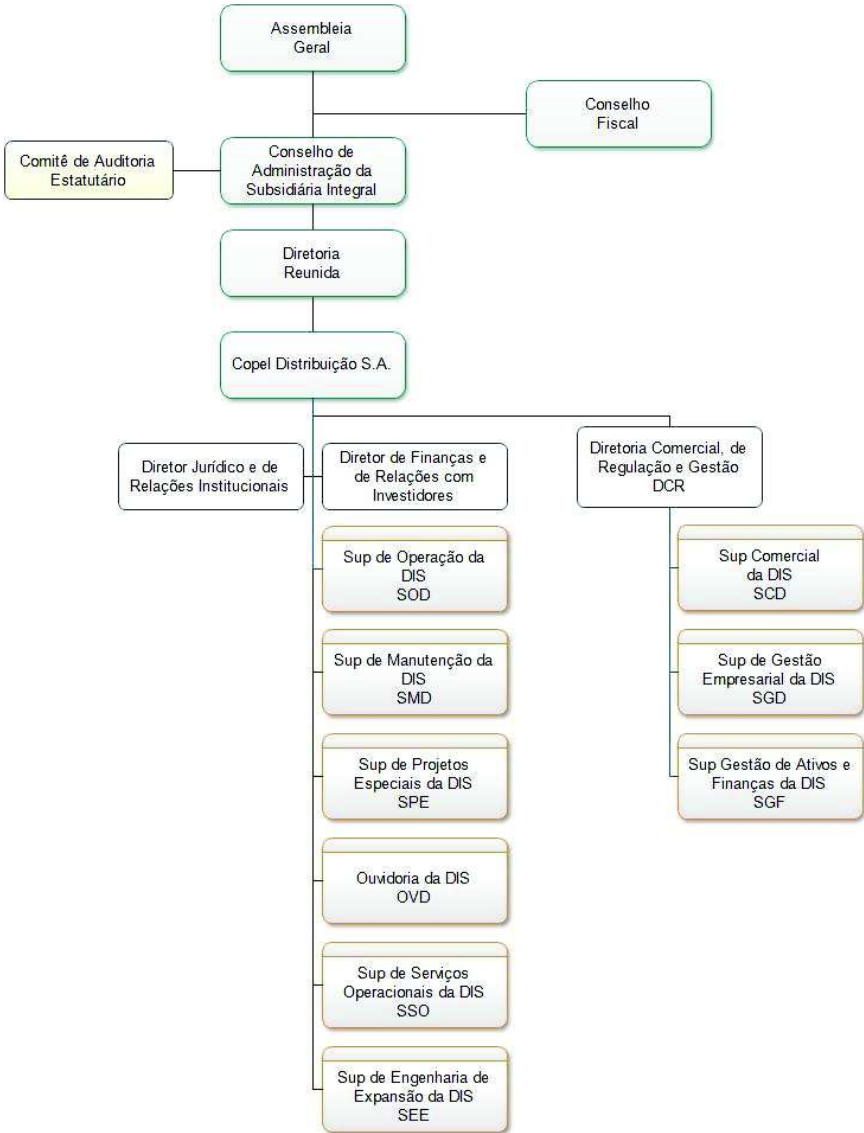


Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Valores		
Ética: Resultado de um pacto coletivo que define comportamentos individuais alinhados a um objetivo comum.	Dedicação: Capacidade de se envolver de forma intensa e completa no trabalho, contribuindo para a realização dos objetivos da organização.	
Respeito às pessoas: Consideração com o próximo.	Segurança e saúde: Ambiente de trabalho saudável, em que os trabalhadores e os gestores colaboram para o uso de processo de melhoria contínua da proteção e promoção da segurança, saúde e bem-estar de todos.	Responsabilidade: Condução da vida da empresa de maneira sustentável, respeitando os direitos de todas as partes interessadas, inclusive das futuras gerações e o compromisso com a sustentação de todas as formas de vida.
Transparência: Prestação de contas das decisões e realizações da empresa para informar seus aspectos positivos ou negativos a todas as partes interessadas.		
Inovação: Aplicação de ideias em processos, produtos ou serviços de forma a melhorar algo existente ou construir algo diferente e melhor.		

2.2.2.Estrutura de Governança

A estrutura de governança atual da Companhia é a demonstrada a seguir





Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Assembleia geral: fórum no qual o acionista tem poder para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções consideradas convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

Conselho Fiscal: órgão permanente que analisa e opina sobre as demonstrações financeiras e fiscaliza os atos dos administradores.

CONSELHO FISCAL	
Presidente	Demetrius Nichele Macei
Membro titular	Harry França Júnior
Membro titular	José Paulo da Silva Filho
Membro suplente	Roberto Zaninelli Covelo Tizon
Membro suplente	Otami Cesar Martins
Membro suplente	Verônica Peixoto Coelho

Conselho de Administração – CAD: órgão deliberativo responsável por fixar a orientação geral dos negócios, em conformidade com as competências estabelecidas no Estatuto Social da Copel e em Regimento Interno.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente	Daniel Pimentel Slaviero
Secretário Executivo	Maximiliano Andres Orfali
Membro	Ana Letícia Feller
Membro	Luiz Claudio Maia Vieira

Diretoria Reunida: órgão executivo responsável pelas funções executivas, com atribuição de representar a Companhia, de acordo com atribuições e deveres estabelecidos no Estatuto Social e Regimento Interno.

DIRETORIA	
Diretor Geral	Maximiliano Andres Orfali
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores	Adriano Rudek de Moura
Diretor Jurídico e de Relações Institucionais	Eduardo Vieira de Souza Barbosa
Diretor Comercial, de Regulação e de Gestão	Hemerson Luiz Barbosa Pedroso

Comitê de Auditoria Estatutário: tem como atribuições principais fiscalização, revisão, supervisão, acompanhamento e, quando cabível, apresentação de recomendações sobre atividades da Companhia. Também é responsável pela emissão de relatórios semestral e anual, devendo o resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, elaborado ao final do exercício, ser publicado em conjunto com as Demonstrações Financeiras. Seus membros são escolhidos pelo Conselho de Administração.

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	
Presidente e especialista financeiro	Carlos Biedermann
Membro	Marco Antônio Barbosa Cândido
Membro externo	Luiz Cláudio Maia Vieira

2.2.3. Programa de Integridade

O Programa de Integridade da Copel está alinhado às melhores práticas de ações contra a corrupção. O 10º Princípio do Pacto Global preconiza que as empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, com metas para desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis, indo além das obrigações legais, fortalecendo os mecanismos de transparência e integridade. Abrangendo todos os empregados, administradores e conselheiros fiscais, o Programa de Integridade está estruturado para prevenir, detectar e remediar potenciais atos lesivos como conflito de interesses, fraudes em processos de contratação e pagamentos, entre outros.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Para seguir garantindo a aplicação das melhores práticas, a Companhia foi certificada pela ISO 37301, revisando uma série de práticas e normas, ampliando a interação entre os processos de controles e gestão de riscos e implementou outras melhorias ao longo de 2023.

a. Código de Conduta

Criado em 2003, o Código de Conduta foi revisado e atualizado em 2022, com a inclusão de novos temas. O documento orienta o comportamento de todas as pessoas que exercem atividades em nome da Copel e suas participações societárias e inclui referências sobre a conduta esperada em temas contemporâneos como participação em redes sociais, proteção de dados pessoais, trabalho remoto e cibersegurança.

Também baliza a atuação em questões referentes à transparência, participação em leilões, saúde e segurança, responsabilidade social e ambiental, respeito aos direitos humanos, entre outras.

O Código de Conduta estabelece parâmetros de conduta para empregados, membros da diretoria, dos Conselhos e dos Comitês, estagiários, fornecedores, prestadores de serviços e contratados. No caso de contratações e compras, as empresas se comprometem formalmente com o Código.

b. Canais de manifestação

A Copel incentiva que seus stakeholders registrem qualquer situação que indique violação de princípios éticos, políticas, normas, leis e regulamentos ou outras condutas impróprias e mantém específicos para esses fins, com garantia de sigilo.

O Canal de Denúncia é gerido pela Diretoria Adjunta de Governança, Risco e Compliance e recebe manifestações sobre: assédio e discriminação, corrupção, destruição ou danos de bens da empresa, desvio de conduta, favorecimento, fraude ou roubo de bens e/ou dinheiro, irregularidades nas demonstrações financeiras e/ou relatórios de gestão, meio ambiente, não cumprimento de políticas e/ou procedimentos internos, uso indevido de recursos da Copel, vazamento ou uso indevido de informações, violação de leis, violações à Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), e outras ilegalidades. O processo é monitorado pelo Comitê de Ética, Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração e em decorrência dos resultados das apurações, podem ser recomendadas melhorias e aprimoramentos em procedimentos, controles internos, normas, políticas, programas de capacitação e comunicação, ou ainda a aplicação de medidas disciplinares, em conformidade com as normativas internas e legislação aplicável.

Para denúncias sobre fraudes e furtos na rede elétrica, a Copel disponibiliza um contato específico. Os casos sobre assédio são analisados pela Comissão de Análise de Denúncias de Assédio Moral (Cadam).

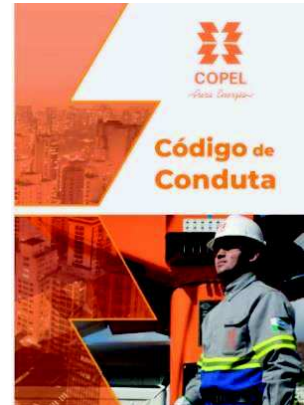
A Ouvidoria é outra instância de atendimento e conta com certificação pela ISO9001 e reconhecimento como uma das melhores ouvidorias do setor pela Aneel.

Os telefones e formulários estão disponíveis no site da Companhia:

<https://www.copel.com/site/institucional/canais-de-denuncia/>

c. Gestão de Riscos

A Política de Gestão de Riscos está fundamentada nos valores da Companhia, no seu Código de Conduta e nas orientações emitidas pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (Coso).





Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Suas diretrizes, princípios e responsabilidades são aplicáveis às áreas corporativas da Copel, suas subsidiárias integrais e controladas, e recomendadas às empresas controladas em conjunto, às empresas coligadas e a outras participações societárias da Copel, respeitados seus trâmites societários de forma a identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos inerentes à Companhia e ao seu setor de atuação e que possam afetar o atendimento dos seus objetivos e realização de seus negócios. A alta administração da Companhia também passa, anualmente, por treinamento sobre o documento, enquanto os empregados são treinados sobre a metodologia de gestão de riscos.

Os riscos estratégicos são revisados durante a elaboração do Planejamento Estratégico, trabalho executado conjuntamente pelas altas direções da Copel e das subsidiárias por meio da identificação e análise dos riscos, definição de plano de controle e contingência e estabelecimento de ações de monitoramento.

Em relação ao seu apetite ao risco, a Copel se apoia nos seguintes pilares: atuar nos mais elevados padrões éticos e de compliance; garantir que atividades ou práticas adotadas estejam alinhadas às práticas ESG com ênfase em mudança do clima e aspectos socioambientais; garantir que em todas as operações da Copel a segurança do trabalho seja rigorosamente observada; garantir o constante aprimoramento do nível de segurança cibernética de Tecnologia da Informação e de Tecnologia da Operação; não atuar em segmentos que não estejam relacionados à sua atividade principal; e investir em negócios aderentes à Política de Investimento e ao Planejamento Estratégico, tendo como fundamentos e pilares a descarbonização, integração com escala, disciplina de capital e inovação.

De acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, são feitos reportes periódicos do portfólio de riscos e dos respectivos planos de mitigação para a alta administração. Deste modo, o processo de gestão dos riscos estratégicos da Copel vem sendo continuamente aprimorado, em linha com as melhores práticas de mercado e em conformidade com a legislação vigente.

Além dos riscos estratégicos, a estrutura de gerenciamento classifica os principais riscos em Financeiros, Operacionais e de Conformidade (compliance). O relatório periódico de riscos conta ainda com um perfil ESG, em que são detalhados os principais aspectos ambientais, sociais e de governança.

d. Auditoria externa

Nos termos estabelecidos por norma interna de Governança Corporativa e sob a revisão e supervisão do Comitê de Auditoria Estatutário, a Companhia e suas subsidiárias integrais possuem contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda desde 08.03.2021, para prestação de serviços de auditoria, tendo o contrato sido prorrogado por mais 22 meses, com início em 08.09.2022 e término em 07.07.2024, de forma a contemplar os trabalhos para os exercícios findos em 31.12.2022 e 31.12.2023.

No exercício social encerrado em 31.12.2023, os auditores independentes receberam honorários no valor de R\$ 1,25 milhões, sendo R\$ 1,23 milhões referentes aos serviços regulares de auditoria independente e R\$ 0,02 milhões de serviços não relacionados à auditoria independente referentes a revisão de procedimentos fiscais e tributários.

A Companhia troca a empresa responsável pela auditoria de suas demonstrações financeiras seguindo o critério de rodízio dos auditores independentes, conforme a Resolução CVM nº 23/2021.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a prática da Companhia prevê a análise prévia pelo Comitê de Auditoria Estatutário, órgão de assessoramento do Conselho de Administração, que deve considerar nesta avaliação se um relacionamento ou serviço prestado por auditor independente: (a) cria interesses conflitantes com o seu cliente de auditoria; (b) coloca-os na posição de auditar o seu próprio trabalho; (c) resulta em atuação em função de gestor ou como empregado do cliente de auditoria; ou (d) coloca-os em posição de advogado para o cliente da auditoria.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O Comitê de Auditoria Estatutário considera ainda, neste tipo de avaliação, se qualquer serviço prestado pela empresa de auditoria independente pode prejudicar, de fato ou aparentemente, a independência da firma. Sempre que necessário, o Comitê de Auditoria Estatutário pode contar com o apoio técnico da Auditoria Interna, ou de consultoria independente, para avaliação técnica que pode ser requerida em cada caso concreto, sendo registradas em atas de reuniões deste colegiado as discussões sobre contratações de outros serviços do auditor independente.

2.3. DIMENSÃO SOCIAL

A Copel Distribuição está comprometida com os seus públicos de relacionamento, implementando ações que assegurem o equilíbrio das relações ambientais, econômicas e sociais, norteando suas ações por meio das diretrizes constantes nas Políticas de Sustentabilidade e de Governança Corporativa da Copel, que reforçam a importância do diálogo e da transparência, a promoção dos Direitos Humanos, do respeito às pessoas, da acessibilidade e inclusão, bem como do desenvolvimento sustentável.

2.3.1. Promoção dos direitos humanos

A Política de Direitos Humanos da Copel formaliza as diretrizes para prevenir, mitigar e reparar violações que possam ocorrer na Companhia, em sua cadeia produtiva ou em comunidades impactadas, propiciando ambientes de trabalho decentes, inclusivos e eliminando desigualdades.

Para consolidar sua aplicação, a Copel vem uniformizando parâmetros de monitoramento e avaliação, incluindo a previsão de devida diligência para fornecedores e formalizando processos.

Esse trabalho, iniciado em 2022, envolve um levantamento dos temas prioritários relacionados a direitos humanos por meio da consulta a diversas áreas da Companhia e das suas subsidiárias e análise de indicadores de saúde e segurança do trabalho, manifestações recebidas no Canal de Denúncias, entre outras informações. O objetivo é mapear todas as práticas já existentes na Copel para prevenir violações de direitos humanos, identificar pontos e de melhoria.

A Copel também realizou em 2022 e 2023, capacitação sobre devida diligência em direitos humanos para áreas-chave, incluindo gestores de compras e da gestão socioambiental das subsidiárias, além do jurídico e regulatório corporativo. Entre os temas abordados, estavam a avaliação de impactos aos direitos humanos na cadeia de valor, ações de monitoramento, prevenção, reporte e avanço do processo de diligência nas empresas.

Em 2023 empregados voluntários da Copel tiveram a oportunidade de participar da 8ª edição do programa "Empoderando Refugiadas" no Brasil (a segunda em Curitiba), atuando em diferentes frentes. Além de ministrar as oficinas, desempenharam atividades como monitores de apoio e proporcionaram momentos de recreação para os filhos das participantes. Essa é uma iniciativa que visa oferecer suporte a famílias vindas de outros países em sua jornada de estabelecimento no Brasil.

2.3.2. Responsabilidade social

Ciente de seu papel preponderante na sociedade, a Copel Distribuição e a Controladora desenvolvem programas, projetos e ações que beneficiam a comunidade, considerando as expectativas dos públicos de relacionamento em suas decisões, bem como buscas alternativas que promovam o bem-estar social alinhado à legislação, às normas internacionais de comportamento e a agendas de desenvolvimento reconhecidas mundialmente como a Agenda 2030 da Organização Mundial das Nações Unidas (ONU).

Ao implementar novos empreendimentos, embora promova a geração de empregos e receitas para os municípios, existe a possibilidade da necessidade de mitigar ou compensar eventuais impactos causados por suas atividades.

Para isso, a Companhia implementa programas sociais descritos nos Planos Básicos Ambientais - PBA, nos relatórios ambientais simplificados e nos relatórios de detalhamento dos programas ambientais de cada empreendimento. Além dos programas sociais obrigatórios no contexto do licenciamento ambiental, a Copel desenvolve outras ações voltadas às comunidades dentro do escopo da sustentabilidade empresarial e de forma corporativa.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Por meio da Política de Investimento Social aprovada em 2022, são definidas as diretrizes para a destinação de recursos próprios ou vias leis de incentivo, sejam contribuições voluntárias ou compulsórias. A política também reforça o princípio da conexão com os ODS priorizados pela Copel como critério para definição dos investimentos sociais.

A Copel Distribuição deve relatar as doações e contribuições voluntárias e não voluntárias à Diretoria de Governança, Risco e Compliance da Holding trimestralmente. A Diretoria, por sua vez, faz a comunicação periódica sobre os valores aprovados para Investimento Social Privado ao Comitê de Desenvolvimento Sustentável da Companhia.

Outras informações sobre esses programas e ações desenvolvidos podem ser obtidas no **Relato Integrado** divulgado na página da Copel.

a. Programa de Desenvolvimento Sustentável

Ações, programas e projetos de responsabilidade socioambiental que visam o desenvolvimento sustentável das comunidades, a geração de renda, ao acesso as políticas públicas, ao uso seguro e eficiente da energia elétrica e ao combate ao desperdício dos recursos naturais.

São desenvolvidos diretamente pela Copel, tais como:

▪ Palestra em instituições sociais e educacionais

Realização de palestras abordando temas como: consumo consciente, eficiência energética, uso adequado e seguro da energia elétrica e dos recursos naturais, sustentabilidade, direcionadas para os diversos públicos como alunos, professores, jovens, famílias, comunidade em geral.

▪ Feiras e Eventos na Comunidade

A Copel se faz presente em feiras regionais nas comunidades, por meio de distribuição de material informativo e orientações sobre sustentabilidade, eficiência energética, segurança e uso consciente e seguro da energia e recursos naturais.

▪ Atendimento a Comunidades Tradicionais

Para chegar às comunidades indígenas localizadas em unidades de conservação ambiental ou outras áreas onde não é viável implantar a rede de distribuição de energia, a Copel Distribuição desenvolve projetos que abrangem novas ligações de energia, instalação de painéis fotovoltaicos, orientações sobre e o uso eficiente da eletricidade.

Representantes da Companhia participam continuamente de reuniões com órgãos licenciadores e intervenientes, tais como, IAT, FUNAI, Fundação Palmares, IBAMA, INCRA, DNIT e ICMBio. Ações socioambientais são desenvolvidas nas regiões junto às comunidades indígenas, quilombolas e instituições que prestam atendimento a refugiados, visando contribuir com o bem estar desse público, principalmente por meio de orientações, campanhas, incentivo e valorização da sua arte e cultura.

Outra ação, focada ao atendimento as comunidades tradicionais é orientar e facilitar o acesso à Tarifa Social de Energia Elétrica, sendo, em 2023, 1.537 famílias indígenas e 626 famílias quilombolas beneficiadas.

▪ Cadastro de Usuário de Equipamento Vital

Trata-se do cadastro das unidades consumidoras em que reside portador de doença ou deficiência, cujo tratamento necessita do uso continuado de aparelhos ou equipamentos elétricos. O objetivo desse cadastro é informar o responsável pela unidade consumidora, com a antecedência que a legislação define, em caso de desligamentos programados na rede, para que não haja comprometimento do funcionamento dos equipamentos. Mais informações sobre esse cadastro estão disponíveis no site da Copel.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

▪ Cobrança de Valores de Terceiros – CVT

Consiste na arrecadação de doações via fatura de energia para entidades filantrópicas contratantes junto à Copel Distribuição. Os valores a serem incluídos devem ter autorização do titular da fatura de energia ou seu cônjuge. Em 2023 foram 286 mil doações/mês, média mensal e R\$ 4,4 milhões de arrecadação, beneficiando 87 instituições filantrópicas conveniadas.

▪ Mutirão da Cidadania

Os Mutirões da Cidadania são promovidos pelo Governo do Estado em parceria com a Prefeitura de Curitiba. Trata-se de uma ação importante de cidadania que facilita o acesso aos serviços mais importantes para a qualidade de vida das pessoas. Durante os eventos, são ofertados mais de 200 serviços gratuitos para a população. Os visitantes também podem fazer consultas a oportunidades de emprego, atualização de cadastro e inclusão em serviços sociais, entre outros.

A Copel Distribuição participa do evento prestando o atendimento comercial aos consumidores, principalmente relativos ao Programa Energia Solidária, além de prestar orientações sobre uso seguro e eficiente de energia, por meio de teatro, palestras e distribuição de materiais informativos a crianças e pais.

▪ Programa Fatura Solidária

A campanha “Fatura Solidária” convida os clientes a aderirem à fatura digital, enviada por e-mail, e ao débito automático. Em troca, a Companhia deposita em um fundo o valor atual de R\$ 2 a cada conversão da conta de luz em papel para a digital; e de R\$ 3 a cada cadastro de débito em conta.



Foto: voluntários realizando entrega de cestas básicas

Estes recursos garantiram, durante a pandemia, a compra de respiradores e ventiladores para o atendimento de pacientes de Covid-19. No pós-pandemia, os valores do fundo são revertidos em doação de alimentos, com o objetivo de ajudar na economia das famílias assistidas por instituições parceiras.

Durante 2023, foram contabilizados aproximadamente R\$ 1 milhão, revertidos em 94 toneladas de alimentos que foram entregues para 22 instituições cadastradas na Chamada Pública do Voluntariado, beneficiando diretamente a cerca de 31.000 pessoas, em 11 municípios paranaenses.

Os produtos poderão ser utilizados pela própria instituição para atendimento a seus públicos, ou entregues para uso direto pelas famílias atendidas. A entrega das cestas básicas é realizada pela Copel, por meio das Comissões Internas Socioambientais – CISAs de cada região. Essa ação está diretamente vinculada as metas do ODS 2 – Fome Zero, estabelecidos pela ONU, na busca de erradicar a fome e estabelecer parcerias para melhorar a vida das pessoas.

Link para aderir à fatura digital:

<https://www.copel.com/site/copel-distribuicao/fatura-digital/>

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

▪ Programa Coleta Seletiva Solidária:

Programa de geração de renda por meio da destinação de resíduos recicláveis administrativos às associações e cooperativas de materiais recicláveis.

Trabalho em rede

O programa é realizado em parceria com associações e cooperativas de catadores que realizam a venda dos resíduos para reciclagem, promovendo desta forma, além da reciclagem dos resíduos, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida pela geração de renda para os catadores.



Foto: Associação Novo Amanhecer coletando

Geração de renda

Tem alto impacto social, pois contribui com a geração de renda e melhoria das condições de trabalho dos catadores. Está alinhado às políticas públicas de inclusão social e de fortalecimento da economia solidária.

▪ Segurança com a Comunidade

Visando a segurança dos usuários de energia elétrica, a Copel Distribuição realiza ações de orientação quanto ao uso eficiente e seguro da energia, tendo em vista que se trata de um produto perigoso, que exige cuidados para o seu manuseio.

Periodicamente, a Companhia realiza Campanhas de Segurança com a Comunidade onde são intensificadas as ações de orientação à população sobre o uso seguro da eletricidade, por meio de palestras para alunos da rede pública de ensino, orientação para trabalhadores da construção civil e rurais, visita a obras particulares, entrega de material informativo em casas agropecuárias, sindicatos, lojas de vendas de materiais civil, elétrico, pintura, e para prestadores de pequenos serviços informais, panfletagem em locais públicos, e divulgação por veículos de comunicação: emissoras de rádio e tv, site da Companhia e redes sociais da Copel.

Destaca-se o Programa Iluminando Gerações que a Companhia realiza palestras para alunos do Ensino Fundamental, para fortalecimento do trabalho de prevenção de acidentes e incentivo ao consumo consciente da energia elétrica.

Além disso, cartilhas e folders em formato virtual disponíveis no site da Copel e em formato impresso disponíveis nas agências, distribuídos em feiras e eventos nas comunidades, no comércio, indústria e construção civil, e na área rural.

O mapeamento e o monitoramento dos acidentes registrados são analisados pelas Comissões Internas de Prevenção de Acidentes – CIPAS. A Copel Distribuição conta ainda com um Comitê Permanente de Análise dos Acidentes na Comunidade, que se reúne periodicamente para avaliar as causas dos acidentes registrados e definir ações e estratégias mitigatórias para tratamento dos riscos identificados, inerentes à rede de distribuição da Companhia.



▪ EletriCidadania



O Programa Corporativo de Voluntariado EletriCidadania foi instituído em 2004, e tem o objetivo de incentivar os empregados às ações de voluntariado e ao desenvolvimento de atitudes de cidadania e responsabilidade social. É um programa reconhecido e já premiado no Brasil.

O Programa permite que empregados utilizem até 4 horas mensais ou 8 horas a cada dois meses de seu tempo de trabalho para executar, de forma voluntária e espontânea, ações comunitárias independentes



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

elou por iniciativa da Companhia, que levem ao desenvolvimento sustentável da sociedade em todos os aspectos, sejam eles culturais, educacionais ou profissionais.

Várias ações são desenvolvidas em todas as regiões do Estado, pelos empregados da Copel, beneficiando comunidades do entorno e assistidos de diversas instituições sem fins lucrativos de atendimento social, educacional saúde e meio ambiente.

Em 2023, 150 empregados da Copel Distribuição participaram das ações de voluntariado, totalizando 1.083 horas. Foram 127 ações desenvolvidas em todas as regiões do Estado, beneficiando diretamente a mais de 16.000 pessoas e 93 instituições sociais e comunidades.

2.3.3. Projetos e impactos sociais

A Copel Distribuição participa de projetos que geram impactos socioeconômicos em diferentes magnitudes de acordo com a característica e localização de cada projeto. As ações sociais são norteadas pelas diretrizes da Política de Sustentabilidade e Cidadania Empresarial da Companhia que visam a sustentabilidade, respeito a todas as partes interessadas e ampla promoção da diversidade e da ética na condução dos negócios.

a. Programa Energia Solidária

O Programa Energia Solidária foi instituído pela Lei Estadual 20.943/2021 e consiste no pagamento da fatura de energia elétrica das famílias de baixa renda beneficiárias da Tarifa Social de Energia Elétrica, desde que o consumo mensal não ultrapasse o limite de 150 kWh. Os recursos financeiros são do Governo do Estado do Paraná.

Em 2023 foram R\$ 129,7 milhões gastos no programa e 413 mil famílias/mês beneficiadas, em 2022 foram, respectivamente R\$ 118,0 milhões e 359 mil famílias/mês.

b. Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE

Benefício estabelecido pela Lei 12.212/2010 que consiste na aplicação de descontos sobre o consumo de energia elétrica, até o limite de 220 kWh. Podem ser beneficiadas pelo programa as famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, com renda per capita de até meio salário mínimo, ou as famílias em que haja pessoa que receba o Benefício da Prestação Continuada (BPC), desde que obedecidos os demais critérios dispostos na Resolução Aneel 1000/2021. Famílias indígenas e quilombolas inscritas no Cadastro Único têm direito a desconto adicional. Os recursos financeiros são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

Em 2023 foram R\$ 184,0 milhões gastos no programa e 605 mil unidades consumidoras (UC) beneficiadas, em 2022 foram, respectivamente R\$ 151,6 milhões e 575 mil UCs.

c. Tarifa Irrigação Noturna

A Tarifa de Irrigação/Aquicultura Noturna (TIN/TAN) consiste na aplicação de descontos de 60% (Grupo B) ou 70% (Grupo A) sobre o consumo de energia elétrica utilizada no período das 21h30 às 6h, nas atividades de irrigação/aquicultura, conforme previsto no artigo no artigo 186 da Resolução Aneel 1000/2021. Os recursos financeiros são provenientes da CDE.

Em 2023 foram R\$ 15,0 milhões gastos no programa e 2,9 mil produtores rurais beneficiados, em 2022 foram, respectivamente R\$ 44,4 milhões e 8,8 mil.

d. Programa Casa Fácil PR

O Programa Casa Fácil Paraná (Lei Estadual 20.394/2020 e Decreto 7.666/2021), que substituiu o programa Morar Bem, constitui-se pelas ações na área habitacional desenvolvidas pelo Governo do Estado do Paraná com o objetivo de fomentar a produção e a aquisição de novas unidades habitacionais, requalificação, ampliação ou reformas de imóveis urbanos e rurais, regularização fundiária e urbanização na área habitacional de interesse social no Paraná.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Copel Distribuição participa com a construção de redes execução de obras na rede de distribuição de energia elétrica e implantação de entradas de serviço (ES) em empreendimentos destinados a famílias com renda mensal de até seis salários-mínimos.

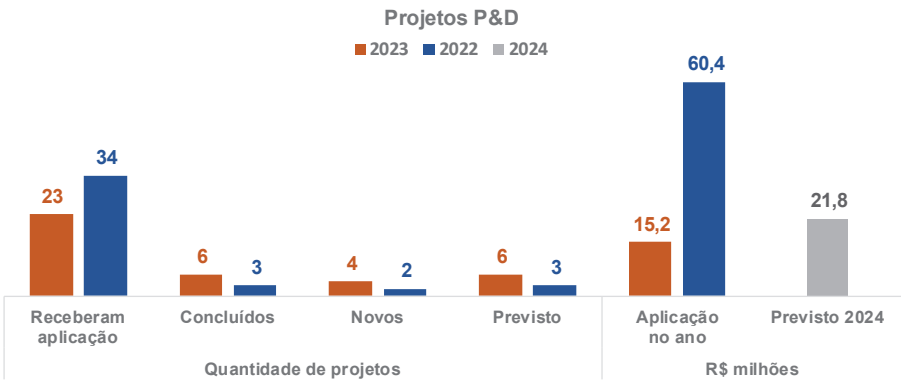
Os custos incorridos pela Companhia com a execução do Programa são ressarcidos pelo Estado do Paraná durante cada exercício financeiro, com recursos orçamentários da Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar. Em 2023 foram R\$ 5,3 milhões gastos no programa e 1.611 mil unidades habitacionais beneficiadas, em 2022 foram, respectivamente R\$ 3,8 milhões e 1.570 unidades.

2.3.4.Pesquisa & Desenvolvimento – P&D

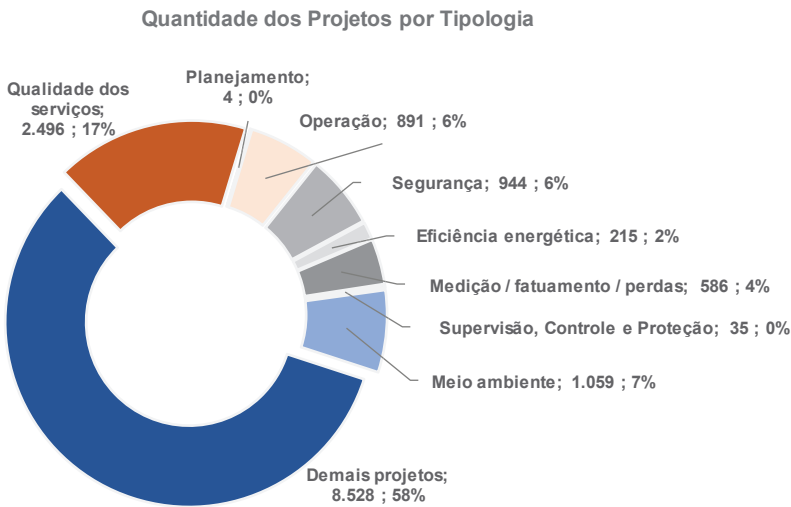
A pesquisa e desenvolvimento tem impacto significativo e positivo no setor elétrico, por consequência na sociedade como um todo, tendo em vista a necessidade de eficiência energética no Brasil e de soluções inovadoras no setor, bem como do volume de recursos que movimenta.

As distribuidoras de energia elétrica devem destinar parte da receita operacional líquida (ROL) regulatória em projetos originais e inovadores direcionados ao desenvolvimento tecnológico do setor elétrico, relacionado à Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, em conformidade com a Lei nº 9.991/2000 e demais regulamentos estabelecidos pela Aneel.

O montante de R\$ 15,2 milhões aplicados em P&D em 2023, distribuídos em categorias de projetos dentro do escopo da distribuição de energia elétrica, desde qualidade dos serviços até projetos de meio ambiente, como demonstrado no gráfico abaixo. Os investimentos previstos para 2024 totalizam um montante de R\$ 21,8 milhões.



Categorias de projetos:





Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Na categoria de **Qualidade e Confiabilidade dos Serviços de Energia Elétrica** destacam-se projetos que visam melhoria nos índices de continuidade e otimização da capacidade de atendimento dos ativos.

Os projetos de **Segurança** envolvem tanto a identificação e mensuração de riscos para os consumidores finais e para as equipes de manutenção, quanto o desenvolvimento tecnológico de dispositivos e equipamentos para auxílio na inspeção e manutenção de redes elétricas.

Os projetos relacionados ao **Meio Ambiente**, destacam-se ações que visam a convivência das redes e sistemas de distribuição com a vegetação original presente. Na categoria de “demais projetos” estão pulverizados projetos de interesse do setor elétrico que não se enquadram nas categorias listadas.

Os **demais projetos** estão pulverizados em diversos temas, tais como mobilidade elétrica, armazenamento de energia, digitalização de processos, interoperabilidade, gestão do programa, entre outros.

a. Projetos em destaque concluídos em 2023:

- **Ferramenta de planejamento ótimo de comunicação e tecnologias emergentes para automação e monitoramento de redes de comunicação**

O projeto teve como objetivo desenvolver uma ferramenta para planejamento de redes de comunicação para suportar projetos de automação e medição, a fim de obter redução de custos e de tempo de implantação de novos projetos, bem como redução de riscos de que a rede de comunicação não atenda aos requisitos de aplicações planejados.

- **Estimativa e classificação de risco de desligamentos em redes de distribuição de energia utilizando previsões meteorológicas de curto prazo e softing computing**

O projeto teve como objetivo desenvolver um modelo de previsão de interrupções de energia para a rede de distribuição em função de dados e previsões meteorológicas, extrair características comuns entre dados de interrupções de energia e dados meteorológicos para fornecer dataset de alta correlação para treinamento de modelo de interrupções.

- **Middleware aberto e sistema de gestão de energia para a casa do futuro**

O projeto teve como foco a pesquisa e desenvolvimento de um sistema HEMS (Home Energy Management System) que permite a interoperabilidade entre dispositivos de diversos fabricantes por meio da adoção de elementos padronizados e da concepção de um middleware inovador. O sistema é composto de uma unidade de controle do uso/geração de energia e de tomadas inteligentes que se comunicam por meio do perfil HAN da WI-SUN Alliance.

O middleware faz parte da arquitetura que fornece uma camada de conectividade de aplicativos, de forma efetiva entre elementos de software de maneira transparente aos recursos de hardware, sem a necessidade de customização de programas. O projeto permite aos consumidores/prosumidores ter controle em tempo real do uso/geração de energia através do HEMS, bem como a adição de novos dispositivos de maneira transparente.

P&D do Capacete de sensor elétrico: inovação e segurança



Foto: capacete elétrico

Ao longo de mais de 10 anos de pesquisa, foi desenvolvido na Copel Distribuição o Capacete de Sensor Elétrico, que é capaz de detectar e monitorar o campo elétrico em qualquer direção, a uma distância segura da rede, e, se houver corrente elétrica na área delimitada, o aparelho emite um alerta sonoro intermitente, sinalizando o eletricitista para o risco de choque elétrico. Dessa forma, o equipamento amplia a segurança do eletricitista e dos itens de proteção obrigatórios.

O equipamento foi aprovado pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), licenciado para produção e comercialização no Brasil em 2016.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A patente internacional foi emitida em 2019 pelo Escritório de Marcas e Patentes dos Estados Unidos (United States Patent and Trademark Office – USPTO).

Desde o início da comercialização, em 2020, até 31.12.2023, a Copel Distribuição recebeu o montante de R\$ 80 mil em royalties e se refere à parceria firmada com uma indústria brasileira, que produz e comercializa o produto. Os royalties serão parcialmente destinados à modicidade tarifária.

b. Premiação

O projeto Eletrovias, realizado via P&D regulado pela Aneel, foi apresentado em evento do Circuito Nacional do Setor Elétrico - CINASE Região Sul, em outubro/2023, onde o carregador rápido nacional para veículos elétricos, desenvolvido pela Copel Distribuição, conquistou o prêmio de Melhor Trabalho de Pesquisa e Desenvolvimento e o Prêmio de Melhor Trabalho Geral, reconhecendo sua excelência técnica e sua relevância global.



Foto: prêmio O Setor Elétrico

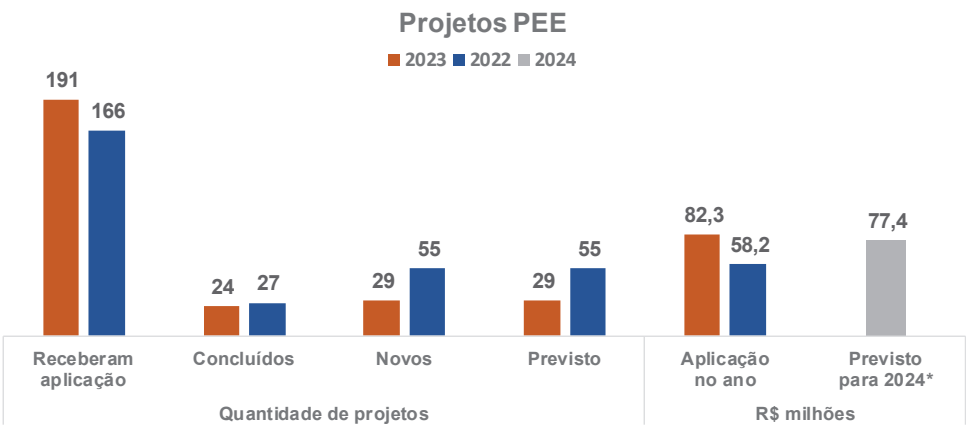
2.3.5. Programa de Eficiência Energética - PEE

O Programa de Eficiência Energética tem o objetivo de promover o uso eficiente e racional de energia elétrica em todos os setores da economia, por meio de projetos que sejam viáveis e promovam o combate ao desperdício e a melhoria da eficiência energética de equipamentos, processos e usos de energia elétrica.

Os recursos para aplicação nestes projetos têm origem na tarifa de energia, sendo um percentual mínimo da ROL regulatória que a distribuidora deve aplicar anualmente, de acordo com a Lei nº 9.991/2000 e demais regulamentos estabelecidos pela Aneel.

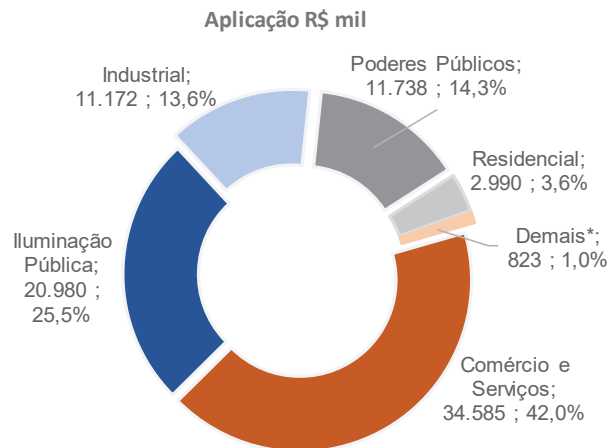
Os projetos são selecionados pela Copel Distribuição através de chamadas públicas anuais, onde consumidores podem apresentar propostas de projetos a serem custeadas com recursos do PEE. Já os projetos prioritários de eficiência energética são realizados pela Aneel, considerando temas de interesse e importância para a sociedade.

Em 2023 a Companhia aplicou R\$ 82,3 milhões com recursos do PEE na execução de 191 projetos. Destes, 41 integram o projeto prioritário, com hospitais beneficentes.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Valores aplicados e número de projetos por classe de consumidores:



*Demais: Rural, educacional, outros.

a. PEE Hospitais

Em 2023 estiveram em execução projetos de eficiência energética em 41 hospitais beneficentes do Paraná, que incluem, além da troca de lâmpadas, aparelhos de ar-condicionado e equipamentos hospitalares, a implantação de usinas fotovoltaicas, que irão gerar da própria energia e economizar na conta de luz.

Durante 2023, foram investidos R\$ 23,3 milhões de um total previsto de cerca de R\$ 35 milhões.



Usina Fotovoltaica no Hospital Dr. Lincoln Graça, em Joaquim Távora/PR

2.3.6. Outros programas e benefícios da Copel Distribuição:

a. Comissões Internas Socioambientais - CISAs



As Comissões Internas Socioambientais - CISAs foram instituídas com o propósito de estimular os empregados a participarem como multiplicadores de conceitos de sustentabilidade, tanto no desenvolvimento quanto na divulgação de ações voltadas a questões socioambientais.

Várias ações sociais e/ou educativas são promovidas pelos membros destas Comissões, anualmente, como campanhas de arrecadações, doações, capacitações, entre outros. Na Copel Distribuição, atuam uma CISA Gestora e cinco CISAs setoriais por macrorregião no Paraná - Centro-Sul, Leste, Noroeste, Norte e Oeste, que possuem autonomia para atuar de acordo com as necessidades de sua região.

Em 2023, foram mais de 200 ações desenvolvidas em todas as regiões do Estado, por meio das CISAs, desde campanhas permanentes, campanhas específicas de arrecadação, visitas, oficinas e ações junto às comunidades. As ações totalizaram, juntamente com ações do Boa Vizinhança e outras ações complementares, 1.083 horas de voluntariado, beneficiando diretamente a mais de 18.000 pessoas/famílias.



Foto: evento CISA

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

b. Programa Iluminando Gerações



Foto: game do Iluminando Gerações

Alinhado aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, o programa Iluminando Gerações foi criado com o objetivo de levar aos estudantes, de forma leve e divertida, ensinamentos sobre o uso seguro e consciente da energia.

Através de palestras nas escolas, apresentações teatrais, vídeos e jogos educativos, e utilização de Van da Eficiência Energética que simula o consumo e apresenta o caminho percorrido pela energia elétrica, o programa contribui para a redução do número de acidentes com energia elétrica e estimula a mudança de hábitos não só das crianças, mas também na comunidade em geral.

Em 2023, 77.610 alunos tiveram acesso ao conteúdo do programa, por meio de acesso aos vídeos educativos publicados, games, kit escolas entregues, atuações da equipe de atores do Teatro Histórias Eletrificantes nos municípios. Mais de 300 escolas de todo Paraná, estiveram envolvidas diretamente nessas ações do programa.

O material informativo e jogos do Iluminando Gerações podem ser consultados e baixados no link:

<https://www.copel.com/site/educacao/jogos-e-informativos/>

c. Programa Cultivar Energia



O Programa Cultivar Energia incentiva a implantação de hortas comunitárias sob linhas de alta tensão da Copel Distribuição, em parceria com prefeituras municipais em todas as regiões do Paraná, promovendo a substituição de áreas ociosas e subutilizadas por áreas verdes e produtivas.

Internamente se consolida como uma estratégia auxiliar na prevenção de ocupações irregulares e de risco para a população. Para a comunidade, os principais benefícios são a melhoria ambiental do espaço urbano, o estímulo à segurança alimentar e a possibilidade de geração de renda.

Em 2023, cerca de 445 famílias beneficiadas diretamente pelo programa, e cerca de 3.400 pessoas beneficiadas indiretamente, em 14 hortas comunitárias espalhadas pelo Paraná, sob linhas de transmissão e/ou distribuição de energia.



Foto: horta comunitária

d. Programa Boa Vizinhança



O Programa Boa Vizinhança tem como objetivo estreitar o relacionamento com as comunidades do entorno dos prédios administrativos da Copel Distribuição, contribuindo para o desenvolvimento sustentável local.

Surgiu da necessidade de ouvir as partes interessadas, para promoção do bem-estar social e estruturação de ações alinhadas à legislação e ao referencial estratégico da empresa. O público-alvo são instituições que prestam atendimento educacional (públicas) e/ou social à essas comunidades.

Este programa vem de encontro principalmente com relação as metas do ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis, uma vez que as ações vinculadas a ele, busca contribuir para tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis. As ações de responsabilidade socioambiental da empresa refletem essa diretriz.

São priorizados investimentos em iniciativas que sejam revertidas em benefício para as comunidades onde a Copel mantém operações. Apesar de realizadas em diferentes regiões do Estado, com finalidades e



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

públicos diversos, todas essas iniciativas guardam um objetivo comum: contribuir para o desenvolvimento sustentável, um forte compromisso da Companhia

Objetivos específicos do Programa:

- Melhor atender as Plataformas de Sustentabilidade, referentes ao relacionamento com as comunidades do entorno;
- Incentivar Instituições Sociais a participarem da Chamada Pública Permanente DRC 01/2022
- Alinhar as necessidades e expectativas da comunidade com as estratégias da Empresa;
- Estimular os empregados a participarem de ações de voluntariado nas comunidades do entorno da Companhia, por meio do Programa Eletricidadania;
- Desenvolver ações que visem a melhoria da qualidade de vida das comunidades do entorno;
- Disseminar conhecimentos sobre educação, segurança e desenvolvimento sustentável.
- Contribuir para o desenvolvimento econômico e social das comunidades.

Todas as ações realizadas pelo Programa Boa Vizinhança, bem como pelas Comissões Internas Socioambientais são registradas no Portal do Voluntariado, para fins de controle e divulgação interna e externa dos resultados e também como uma forma de incentivo para que novos voluntários participem das ações, em todas as regiões da Copel.

Em 2023, foram cerca de 40 ações desenvolvidas em todas as regiões do Estado, voltadas especificamente para as comunidades do entorno das instalações da Copel, envolvendo em torno de 85 voluntários e beneficiando diretamente a mais de 3500 pessoas.

e. Programa Mais que Energia

O Programa Mais que Energia foi concebido pela Copel Distribuição visando aprimorar a qualidade do atendimento social por meio do apoio a projetos voltados a públicos específicos, através de instituições sociais e/ou de ensino, sem fins lucrativos, que abordem no mínimo um dos seguintes temas: educação e inclusão social; Segurança de ambientes para atendimento ao público específico; Acessibilidade; Saúde e qualidade de vida; e Treinamento e capacitação de profissionais para atender ao público específico.



O primeiro projeto vinculado ao Programa foi direcionado para instituições que prestam atendimento a pessoas surdas e surdo-cegas. Foram beneficiadas duas instituições localizadas em Curitiba. As ações previstas nesse primeiro projeto foram concluídas em fevereiro de 2020. Desde sua concepção, o Programa Mais que Energia teve como objetivo atender um público nem sempre notado no que diz respeito à qualidade de atendimento, à inserção social e à garantia de direitos, que é a comunidade de pessoas surdas e surdo-cegas. A adequação dos espaços físicos e a utilização de recursos pedagógicos e visuais fazem toda a diferença no aprendizado e na socialização desse público específico.

A fim de dar continuidade ao objetivo principal do Programa que é de contribuir para a melhoria da qualidade do atendimento social e/ou educacional de públicos específicos, foi dado início em 2023 ao planejamento do segundo projeto, voltado ao atendimento às mulheres, por meio da realização de cursos de qualificação profissional, visando reinseri-las no mercado de trabalho, contribuindo com o empoderamento financeiro e psicológico, após a pandemia do coronavírus. Para esse segundo projeto, os recursos serão próprios, da Copel Distribuição. As instituições envolvidas deverão ser selecionadas por meio de Chamada Pública específica, com previsão de lançamento no primeiro trimestre de 2024.

f. Programa Aluno Energia

A Companhia lançou em 2023 pela, o programa Aluno Energia, que tem o objetivo de estimular a permanência dos estudantes universitários que ingressam por meio de cotas, no curso de Engenharia Elétrica, até a sua conclusão.



O incentivo aos estudantes aprovados em seleção ocorre através de oferta de bolsas para os primeiros anos de curso, mentoria ao longo de toda a graduação e estágio remunerado nos dois últimos anos.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Após passarem por um processo de seleção concorrido, que reuniu 51 candidatos, 15 alunos do primeiro ano de engenharia elétrica de universidades públicas foram selecionados como bolsistas do programa Aluno Energia. Ao longo dos cinco anos de faculdade, eles receberão uma bolsa equivalente ao salário-mínimo paranaense, e contarão com mentoria de um profissional da Copel Distribuição. Nos últimos dois anos do curso, eles também farão um estágio na empresa.

Cada aluno recebeu um kit com uma mochila e um laptop pessoal, e foi apresentado ao seu respectivo mentor, um engenheiro eletricista experiente da Copel que vai acompanhá-lo ao longo de toda a jornada. Esta é a primeira edição do programa, que deve ganhar novas edições semestrais e beneficiar até 150 jovens estudantes nos próximos anos.

Para concorrer às bolsas era necessário ter ingressado na universidade pelo sistema de cotas, ter cursado o ensino médio integralmente em escola pública e não possuir outra fonte de renda. Para conquistar a vaga, eles passaram por diferentes etapas, que incluíram a apresentação de documentos, elaboração de vídeo e redação, e uma entrevista final.

Essa é mais uma ação concreta dentro dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS 4) priorizados pela Companhia, incentivando aos jovens profissionais, auxiliando no combate à evasão universitária.

g. Benefício Calamidade

Benefício concedido aos clientes situados em áreas de situações de emergência ou de calamidade pública decretadas, consistindo na extinção das ações de cobrança por um determinado período, portanto, não prevê nenhum tipo de desconto na fatura de energia. Pode haver bloqueio temporário das atividades de emissão de reaviso de vencimento, geração de Ordem de Serviço de suspensão de fornecimento, envio para cobrança terceirizada e negativação. São beneficiários os trabalhadores na condição de desempregado involuntário ou cuja renda familiar não ultrapasse um salário-mínimo e que comprovem a impossibilidade do pagamento das contas de luz, água e esgoto.

h. Benefício Consumidor Desempregado

O Governo Estadual realiza o pagamento de faturas com o objetivo de minimizar os efeitos decorrentes do desemprego temporário involuntário do consumidor. São beneficiários: trabalhadores na condição de desempregado involuntário ou cuja renda familiar não ultrapasse um salário-mínimo e que comprovem a impossibilidade do pagamento das contas de luz, água e esgoto.

2.3.7. Gestão de Pessoas

A Política Gestão de Pessoas - Recursos Humanos da Copel Distribuição reconhece que os empregados são o principal valor da Companhia e estabelece princípios e diretrizes visando o desenvolvimento, valorização, manutenção da saúde, segurança e qualidade de vida das pessoas. Esta política está alinhada às melhores práticas de mercado e serve de base para a tomada de decisão e implantação de programas e ações, de acordo com o planejamento estratégico corporativo.

A relação de trabalho com os empregados é conduzida com base nos valores da Copel (ética, respeito às pessoas, dedicação, transparência, segurança e saúde, responsabilidade e inovação) e no respeito aos preceitos universais, constitucionais e legais.

Com a transformação em corporação em 11.08.2023, a Copel deixou de ter obrigações impostas às empresas de economia mista e alguns aspectos trabalhistas ganharam maior flexibilidade, como, por exemplo, a possibilidade de aproveitamento do quadro interno, uma vez que a transposição entre carreiras agora é permitida, facilitando assim a mobilidade dos profissionais.

Em busca da eficiência nos negócios, a Companhia não promoveu novas contratações no último ano e estabeleceu um Programa de Demissão Voluntária – PDV, cujos desligamentos estão previstos para agosto de 2024 e representam uma redução de 1.034 empregados no quadro próprio da Copel Distribuição.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

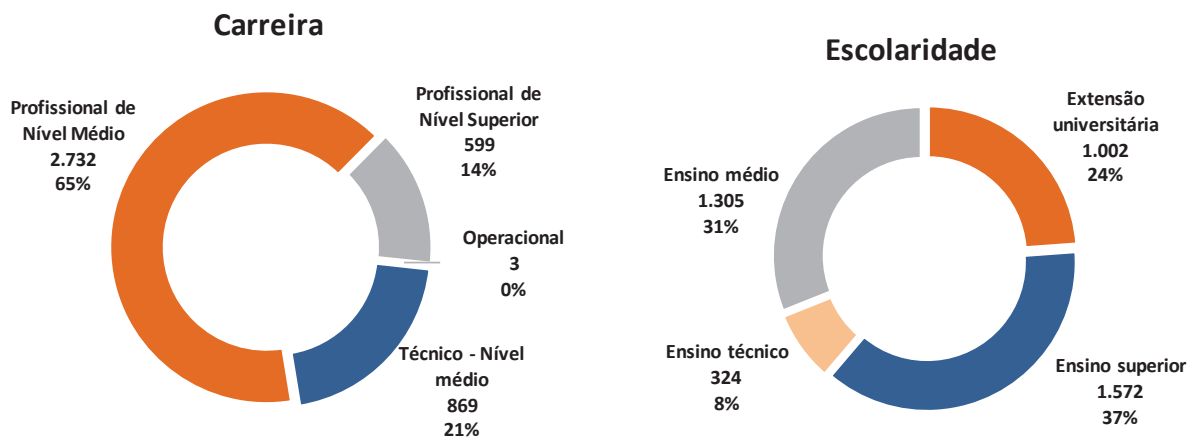
Para apoiar a áreas operacionais e funções específicas, a Controladora estabeleceu uma política de terceirização, onde estão previstas as diretrizes para contratações de terceiros. As contratações seguem as exigências legais e de segurança do trabalho, além de regras e disposições internas definidas no Manual do Fornecedor e no Regulamento de Contratação. Cabe ao gestor do contrato acompanhar e fiscalizar todo o processo, da contratação à execução e entrega do trabalho contratado.

A Copel é reconhecida por suas boas práticas em gestão de pessoas. Em 2022 recebeu da Fundação Nacional de Qualidade - FNQ o primeiro certificado de avaliação dedicada à maturidade da gestão de recursos humanos pelas empresas. O Selo MEG RH é resultado de uma extensa análise sobre os processos da organização e sua aderência com as práticas de referência observadas em empresas de classe mundial. Entre os pontos fortes apontados na avaliação da FNQ estão a atuação estratégica da área de RH, a gestão de desempenho, a política de meritocracia e os cuidados com a segurança do trabalho e a qualidade de vida dos empregados.

E, em 2023, o programa corporativo Plenamente, voltado à saúde psicoemocional, foi reconhecido no Prêmio Ser Humano, organizado pela Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH). A iniciativa conquistou o 2º lugar da premiação na categoria excelência organizacional. A Copel também celebrou a conquista da certificação "Excelência em Gestão Ouro" no Prêmio Nacional de Qualidade de Vida (PNQV), concedido pela Associação Brasileira de Qualidade de Vida – ABQV.

a. Perfil do quadro de empregados

A Copel Distribuição, com 4.203 empregados no quadro próprio em 31.12.2023 e 4.257 em 31.12.2022, apresentou redução de 1,3% do quadro. Informações detalhadas podem ser consultadas no item 5 - Indicadores do Corpo Funcional constante no Balanço Social (2.5).



▪ Remuneração

As práticas de remuneração, reconhecimento e incentivo estruturado pela Companhia, apoia-se nos pilares de remuneração fixa - comparação de mercado e mérito, e de remuneração variável - Participação nos Lucros e/ou Resultados - PLR e Prêmio Por Desempenho Copel - PPD.

A PLR é composta por metas e indicadores corporativos, enquanto que o PPD consiste no reconhecimento do desempenho e cumprimento de metas nos diferentes níveis organizacionais. Não há diferença significativa no mesmo período relativamente à proporção de salário-base entre homens e mulheres.

A proporção entre o menor salário praticado pela Companhia e o salário mínimo nacional, em 2023, resultou em 1,84 vezes (1,72 em 2022), sendo o menor salário da Companhia de R\$ 2.434,71 em dezembro/2023, e de R\$ 2.089,00 em dezembro/2022, e o salário mínimo nacional, respectivamente, de R\$ 1.320,00 e R\$ 1.212,00. Não houve diferença significativa, no mesmo período, relativamente à proporção de salário-base entre homens e mulheres.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

▪ Benefícios

Benefícios concedidos pela Companhia, adicionais aos previstos pela legislação: auxílio-educação; adiantamento de férias; auxílio alimentação e refeição; vale lanche; auxílio-creche; auxílio a empregados com deficiência e a empregados que tenham dependente com deficiência; complementação de auxílio doença e licença maternidade; e licença paternidade estendidas.

Previdência privada e plano de saúde: a Copel Distribuição é patrocinadora da Fundação Copel de Previdência e Assistência Social, da qual, pela qual há concessão de plano de previdência privada e assistência médico-hospitalar e odontológica.

Jornada de trabalho: os empregados também podem optar pela redução da jornada de trabalho de 08 horas para 06 horas diárias, conforme critérios previstos em norma interna.

Programa de Home Office: a Companhia adota o regime híbrido de trabalho, com adesão voluntária. Neste modelo, os empregados podem cumprir parte de sua jornada de trabalho presencialmente e parte à distância.

Mais informações no Balanço Social.

b. Saúde e bem estar

▪ Unidade de Atenção Primária à Saúde - APS

Ainda pensando no cuidado com os empregados, a Copel criou, em 2021, a Unidade de Atenção Primária à Saúde, em parceria da Fundação Copel. O espaço oferece toda a estrutura necessária para a realização de exames primários e periódicos, incluindo salas para atendimento e consulta, coleta de exames, farmácia e sala para atendimento em casos de urgência. O benefício se estende aos familiares e não cobra coparticipação.

▪ Programa Plenamente

O programa conta com ações voltadas ao autocuidado, suporte psicológico e psicoeducação. E, por meio de uma parceria com a Fundação Copel e seu programa EquilibradaMente, é oferecido suporte psicológico 24 horas por dia para os empregados.

▪ Programa Bem Gestar

O programa busca proporcionar bem-estar psicossocial da gestante e dos pais, fornecendo suporte e informações, além de incentivar o aleitamento materno, com as salas de apoio à amamentação.

▪ Coral da Copel

A atividade de Canto Coral na Copel, destinada a empregados, aposentados e dependentes, tem por objetivo promover a integração dos empregados, a qualidade de vida no trabalho, o desenvolvimento da cultura e da educação musical, bem como a valorização do nome e da marca da Copel perante a comunidade.

▪ Dia da família

O Dia da Família proporciona integração das famílias de empregados, além do diálogo e reflexão sobre temas que estão presentes na Companhia e nas famílias. O programa conta com eventos presenciais e também promove encontros online, levando mais informação e conhecimento sobre qualidade de vida e bem-estar para as famílias.



c. Relações trabalhistas

A Companhia se relaciona com 18 sindicatos representativos das diversas classes de trabalhadores e, ao longo do ano, promove reuniões quadrimestrais para discussão de assuntos de interesse mútuo. Por ocasião da data base (outubro) esse relacionamento se intensifica quando os sindicatos e a Copel discutem as reivindicações para chegar ao Acordo Coletivo de Trabalho - ACT.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

d. Avaliação de desempenho

Desde 2013, a Gestão de Desempenho da Copel é realizada por meio do Programa Nossa Energia, que, ao longo do tempo, vem sendo aprimorado segundo as melhores práticas de mercado. De acordo com as regras do Programa, pelo menos uma vez ao ano cada empregado recebe o feedback do seu gestor considerando o desempenho apresentado. No momento da avaliação e do feedback, também é contratado o desempenho esperado para o próximo período.

A partir do ciclo 2021, o Nossa Energia passou por uma revitalização com o apoio da Fundação Instituto de Administração - FIA. A condução deste projeto teve como pontos centrais a revisão de um Sistema de Gestão de Pessoas com base em competências, estimulando a cultura meritocrática e considerando critérios de avaliação relacionados aos eixos de atuação, competências e nível de complexidade do profissional.

A revitalização do programa teve como foco o incentivo ao desenvolvimento profissional e protagonismo dos copelianos. Os feedbacks acontecem de forma estruturada, durante a avaliação de desempenho do programa Nossa Energia, na elaboração do plano de desenvolvimento, na avaliação intermediária e também durante o fechamento do plano de desenvolvimento.

Para que os empregados possam conhecer todos os detalhes do Nossa Energia, é disponibilizada uma trilha de aprendizagem que apresenta os conteúdos relacionados a gestão por competências, modelo e processo do Nossa Energia e também sobre plano de desenvolvimento.

e. Desenvolvimento de pessoas

A Companhia possui como estratégia de gestão de pessoas incentivar e promover a educação e o desenvolvimento dos empregados, contando com corpo profissional qualificado e permitindo que todos exerçam seu potencial em ambiente propício ao desenvolvimento de suas habilidades e à evolução em sua carreira.

Uma das diretrizes da Política de Gestão de Pessoas, é “promover ações de capacitação das lideranças e empregados, buscando o aprimoramento de suas habilidades e competências para a obtenção de níveis de excelência de desempenho, bem como incentivar o protagonismo na busca do autodesenvolvimento

A Companhia promove diversas ações de desenvolvimento, que são organizadas em: programas corporativos, treinamentos para formação (destinados à capacitação básica para o exercício da função), treinamentos obrigatórios (cursos destinados a atividades específicas), treinamentos para aperfeiçoamento profissional, eventos (seminários, palestras, workshops, congressos etc.) e projetos de pesquisa e desenvolvimento.

A Copel Distribuição valoriza a educação continuada e o desenvolvimento profissional dos empregados é orientado pela gestão de competências, determinada pela identificação das necessidades de treinamento e capacitação do quadro de pessoal.

Em 2021 foi lançada a comunidade virtual denominada Compartilhando Energia, em que são divulgados periodicamente oportunidades de aprendizados. São cursos e conteúdos disponíveis a todos os empregados promovendo a atualização no seu escopo de trabalho. Lá é possível encontrar oportunidades para aprender sobre assuntos relacionados a inovação; comunicação; melhoria de processos; técnicas e ferramentas para a gestão; qualidade de vida no trabalho; criatividade; transformação digital, dentre outros temas atuais e relevantes. Em 2023 tivemos um maior engajamento na Comunidade Virtual.

Outras ações da Companhia são a oferta, para todo o público interno, de cursos cujos temas relacionam-se à gestão de qualidade, processos e projetos, autodesenvolvimento e sobre ferramentas da qualidade na modalidade a distância por meio do ambiente de ensino a distância intitulado Copel EAD; o investimento em cursos de pós-graduação lato e stricto sensu para profissionais que necessitam especializar-se em sua área de atuação; e mantém-se firmando parcerias educacionais, por meio de edital de chamada pública vigente desde 2016 e atualizado em 2022.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Essas parcerias concedem descontos ou algum outro benefício, e abrangem educação básica, superior e profissional, de qualificação, aperfeiçoamento e línguas estrangeiras e podem estender-se aos dependentes.

Em 2023 a Copel lançou uma nova plataforma de learning, UNI - um hub de aprendizagem corporativa construído em parceria com fornecedor externo. A plataforma facilita a aprendizagem, o desenvolvimento de habilidades e a análise de dados em tempo real. Ainda, foram lançadas trilhas contemplando 3 escolas: Escola de Inovação e Transformação Digital, Escola de Liderança e Escola ESG.

Em 2024 a previsão é de lançar mais 3 escolas, ampliando cada vez mais o protagonismo dos empregados em seu desenvolvimento. Além das ações corporativas, cada diretoria tem autonomia para desenvolver ações específicas de desenvolvimento de acordo com as estratégias dos seus negócios.

Destacam-se, a seguir, alguns dos programas de desenvolvimento corporativos realizados em 2023:

▪ **Plano de Desenvolvimento Continuado de Administradores**

Visando o aperfeiçoamento dos membros do conselho e administradores da Companhia, desde 2017 a Copel vem promovendo o desenvolvimento desse público. Em 2022 foi estabelecido o Plano de Desenvolvimento Continuado dos Administradores, que desde então é executado em parceria com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC.

Neste ano também foi criada a Trilha de Avaliação de Desempenho dos Órgãos Estatutários, com o objetivo de compartilhar conteúdos teóricos e práticos sobre gestão de desempenho. Em 2023, dando sequência ao Plano de Desenvolvimento Continuado dos Administradores foram realizados workshops com conteúdo de interesse dos membros dos órgãos estatutários.

Os conteúdos abordados em parceria com o IBGC foram: capital humano, comunicação, missão do conselho e papel do conselheiro, cenarização conselho do futuro, ESG, conselho fiscal na prática, inovação e tendências, relacionamento e decisões colegiadas e processos do conselho de administração.

▪ **Programa de Desenvolvimento da Liderança – PDL**

O desenvolvimento da liderança é um processo contínuo de aprimorar as habilidades, conhecimentos e qualidades de liderança de indivíduos em uma organização. Isso inclui treinamento, orientação e oportunidades de aprendizado para capacitar líderes a inspirar, motivar e guiar suas equipes de maneira eficaz, aprimorando o desempenho organizacional e promovendo um ambiente de trabalho saudável e produtivo.

Em 2023 a Copel iniciou um grande Programa de Desenvolvimento da Liderança - PDL com objetivo de melhorar a performance e desempenho dos líderes em suas equipes, agregando resultado para as pessoas e para Companhia. Uma das iniciativas do PDL 2023 foi a promoção do Workshop “Ciclos de Performance e Conversas de Desenvolvimento”, que contou com a presença de mais de 280 gestores.

O objetivo do workshop foi potencializar a reflexão sobre os próximos passos de carreira através de conteúdos, informações e ferramentas, de forma a favorecer o apoio dos líderes na construção dos planos de desenvolvimento com os empregados, facilitando os movimentos de carreira e estimulando o protagonismo. O evento foi conduzido por consultoria especializada em soluções sobre gestão de carreira e desenvolvimento organizacional. Além disso, foi disponibilizado a todos os empregados webséries sobre carreira disponibilizadas no streaming 'Diálogos de Carreira'.

▪ **Programa de Desenvolvimento de Lideranças Femininas**

Promover e incentivar a cultura da equidade de gênero e o papel da mulher no Brasil e no mundo é uma missão de todos. A Copel, reconhecendo os talentos que possui, lançou no segundo semestre de 2022 o Programa de Desenvolvimento de Lideranças Femininas, que teve por objetivo fazer com que mulheres se inspirem em outras mulheres e em si mesmas, fortalecendo sua visão de autoliderança e liderança.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Nesta primeira edição participaram 90 mulheres, entre gerentes formais e supervisoras e abordaram os pilares do programa: i) Perfil de liderança – equilíbrio entre afetividade e efetividade; ii) Autoconhecimento – despertar o potencial da liderança, iii) Experiência – oportunidade para o exercício da liderança; e iv) Incentivo – aceleração da diversidade na liderança.

A segunda fase do programa que ocorreu no segundo semestre de 2023, contou com a participação de 50 líderes femininas. O foco principal da formação foi a liderança com base na autoliderança e foram realizados 8 encontros que tiveram como principais direcionamentos a busca da excelência, alinhamento de foco, inovação aplicada, singularidade, preparação para o futuro, importância da escuta ativa e fala assertiva e disciplina.

▪ Programa de Capacitação para LGPD

A partir da implantação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, Lei nº 13.709, de 14.08.2018, vigente no Brasil desde 18.09.2020, a Copel, entendendo a relevância do tema, lançou em 2021 o Programa de Capacitação em LGPD, tendo como objetivo orientar e capacitar todos os profissionais no cuidado e na proteção dos dados que trafegam diariamente na execução de suas atividades.

Em 2023, foi realizado o Treinamento Anual de LGPD Ciclo 2023 para 100% dos empregados, além de treinamentos pontuais para empregados responsáveis pelo tratamento de dados ou de políticas internas referentes ao tema. Ainda sobre este tema, em 2023 a Copel promoveu a palestra “LGPD, Privacidade e Proteção de Dados - além do conceito”, que abordou os desafios e as responsabilidades da proteção de dados, a partir do ponto de vista do órgão regulador do tema: a Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD.

▪ Treinamentos na temática de Sustentabilidade e Diversidade

Em 2023 a Copel promoveu uma ampla programação de treinamentos, palestras e ações de sensibilização e conscientização para empregados e público externo sobre direitos humanos, riscos, diversidade, acessibilidade e especialmente sustentabilidade.

Sobre o último tema houve treinamento de "Atualidades em Sustentabilidade", vinculado ao Programa EducaODS, com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre temas relacionados à sustentabilidade e suas interações com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), direitos humanos e a relevância da due diligence. O treinamento, que registrou 364 participações, foi realizado de forma híbrida, permitindo que o público pudesse escolher entre participar presencialmente ou de forma remota, conforme suas preferências e necessidades.

Também foi realizado o evento sobre Due Diligence em Direitos Humanos – Inspeções em Campo, com o objetivo de capacitar os profissionais da Copel para realizar inspeções em trabalhos de campo com a finalidade de detectar possíveis irregularidades, riscos ou impactos negativos relacionados aos direitos humanos. Além de treinar o olhar dos profissionais para identificar violações mesmo que não verbalizadas.

▪ Trilhas de aprendizagem

Consiste em compartilhamento de conhecimento dos empregados para os empregados. Caracteriza-se como uma abordagem dinâmica e simples, uma vez que dá autonomia aos produtores na elaboração e publicação do material. As trilhas combinam diferentes possibilidades de aprendizagem e oferecem caminhos alternativos e flexíveis para o aprimoramento pessoal e profissional, ficam disponíveis a todos os empregados e pode ser acessada também do celular.

▪ Programa de Cibersegurança

Seguindo o Planejamento Estratégico e a Política de Segurança da Informação da Copel - NPC 0301, a gestão da Cibersegurança na Companhia é tratada de maneira ampla e sistêmica. Seu início está no Planejamento Estratégico por meio da diretriz “Elevar continuamente os níveis de segurança cibernética”, definida de maneira conjunta entre a alta direção e os conselhos da Companhia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em dezembro de 2021 a Copel contratou a KnowBe4, plataforma integrada para treinamento de conscientização em segurança da informação, combinada com ataques simulados de phishing, iniciando assim o Programa de Conscientização em Segurança da Informação, que tem como objetivo capacitar e conscientizar a força de trabalho para adotar comportamentos defensivos em cibersegurança.

Ao longo de 2023 foi investido fortemente na sensibilização da força de trabalho e o público geral participou de quatro campanhas que abordaram os temas: ameaças comuns na rede, incidentes e conscientização de cibersegurança e phishings. Os diretores participaram de duas campanhas dedicadas à executivos da alta direção que abordaram os temas: ameaças comuns e crimes cibernéticos.

O programa continua em 2024, com novas campanhas considerando o estágio de maturidade do público geral sobre o tema.

▪ COPEL 4.0

As iniciativas de experimentação e agilidade passam a ser componentes cada vez mais presentes no desenvolvimento de projetos e produtos digitais, apoiando os profissionais para atuarem neste ambiente moderno e integrado. Assim, investindo no desenvolvimento dos copelianos, ampliando suas habilidades e garantindo os resultados almejados pela companhia.

Portanto, o digital permanece sendo um pilar construído sobre a inovação e a segurança, contribuindo para eficiência e crescimento dos negócios. Aproveitando o tema desenvolvimento, nos meses de agosto e dezembro de 2023 foram realizadas mais ações da iniciativa do COPEL 4.0: dois webinar voltados para Inteligência Artificial Generativa e uma live sobre as novas possibilidades do office 365. Para esses eventos a Copel contou com parceiros como: Gartner, Microsoft e Brasoftware.

2.3.8. Gestão de Pessoas da Copel Distribuição

A Copel Distribuição promove ações específicas para motivação do seu time de empregados, em alinhamento com seus valores e políticas da Copel. Algumas das ações de destaque são apresentados abaixo.

a. Programa +DIS_aí

O +DIS_aí já possui 10 anos e é o principal programa de geração de ideias, com o objetivo de fomentar o protagonismo dos empregados a contribuir com ideias e propostas inovadoras, dentro da estratégia empresarial da Companhia, com foco na redução de custos e otimização dos processos.

+DIS_aí!

Não há necessidade de conhecimento aprofundado no assunto, sendo importante a percepção do problema, identificação de sua causa e proposição de uma possível solução.

As ideias são cadastradas em plataforma prática e disponível on line no instante em que o colaborador tem a inspiração ou que os problemas são vivenciados. São acompanhadas todas as fases do processo, desde a avaliação da ideia aos objetivos estratégicos, aprimoramento da proposta até a fase de implantação. Durante essas fases, há a oportunidade de vários colaboradores participarem e colaborarem, inclusive o idealizador, com os estudos, prototipagens e projetos pilotos.

Em 2018 o programa foi reestruturado e, desde então, foram mais de 6.000 ideias cadastradas por 1.740 colaboradores, sendo implementadas 360 ideias, 129 delas concluídas apenas no ano de 2023. Além disso, 187 empregados voluntários para analisar as ideias, em comissões específicas.

Reconhecimento para o futuro

Uma forma de reconhecimento é o Painel do Inovador aonde as ideias implantadas ganham destaque em uma placa, com o nome do colaborador que fez a proposta.



Foto: Painel do Inovador da Copel Distribuição

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

b. TamoJunto



O TamoJunto faz parte da jornada de Transformação Cultural da Copel Distribuição, sendo uma iniciativa com o objetivo de estreitar os laços, promovendo uma cultura de maior proximidade e transparência. São três importantes práticas de Gestão de Pessoas na Copel Distribuição: o Papo em Dia, o Vem comigo e o DISabafo. Essas práticas aproximam líderes e colaboradores, de campo e/ou escritório, além de proporcionar a humanização da liderança, por meio da comunicação direta do colaborador com seus líderes.

c. Guildas

As Guildas são comunidades virtuais internas da Companhia que reúnem as pessoas pelo seu interesse por um tema em comum, com o intuito de promover discussões e disseminar conhecimento e informações. Abordam temas como gestão de pessoas, de dados e de projetos, além de coaching, e são uma ferramenta de envolvimento e movimento de aprendizado coletivo.



GESTÃO DE
PESSOAS



GESTÃO DE
PROJETOS



GESTÃO DE
DADOS



GUILDA DE
COACHING

d. Segurança do trabalho

Uma premissa da Copel Distribuição é a segurança. A atenção com a saúde e a segurança é uma diretriz inegociável e cujas iniciativas seguem sendo aperfeiçoadas e ampliadas na busca pela excelência.

Identificação e prevenção de riscos

Na rotina de trabalho dos empregados da Copel Distribuição estão inseridas várias atividades realizadas nos logradouros da área de concessão - situados em espaços urbanos, rurais e marítimos - que oferecem riscos significativos de acidentes. As principais situações geradoras de ocorrências graves estão relacionadas ao trânsito, a quedas, mordedura e picadas de animais (cães, aranhas, serpentes, abelhas, entre outros), a impacto por objetos e, sobretudo, à eletricidade.

A área de segurança do trabalho, as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipas) e demais áreas da Companhia são responsáveis pela identificação dos riscos ocupacionais e a definição de ações preventivas. Vale ressaltar que a Política de Segurança e Saúde do Trabalho assegura a todos os empregados o direito de adiar a realização de qualquer tarefa caso haja risco iminente.

Regras de Ouro

Iniciativa que visa disseminar a prevenção em toda a Copel Distribuição. As regras são baseadas nos Princípios de Segurança do Trabalho que demonstram o respeito absoluto à vida, e, portanto, são invioláveis. Elas são voltadas especificamente às atividades de campo e expressam posturas alinhadas à cultura da segurança, uma premissa para todos na Companhia. A correta aplicação delas nas atividades garante a preservação da vida.

São as regras:

- 1 - Fazer APR (Análise Preliminar de Risco) para prevenir acidentes de trabalho;
- 2 - Direito de recusa: se algo impede que o serviço seja feito com segurança, o colaborador pode se recusar a fazer;
- 3 - Comunicação: do serviço que será ou não realizado;
- 4 - Teste a rede: iniciar o serviço após ter certeza de que a rede não está energizada;
- 5 - Fazer o aterramento: garantia de preservação da vida;
- 6 - Usar a corda da vida: equipamento que evita quedas;
- 7 - Instalar o estai temporário: equipamento que evita quebra dos postes.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Foto: divulgação interna das Regras de Ouro

Semana do Eletricista

Promoção da semana do eletricista que ocorre anualmente na Companhia. Durante o evento, é realizada a disseminação do cuidado da saúde e segurança dos eletricistas por meio de orientações e ações, bem como dos programas de segurança do trabalho, estendendo esses cuidados para as empresas e eletricistas contratados.

Maior detalhamento da Segurança do Trabalho e indicadores, é divulgado no Relatório Socioambiental da Copel Distribuição no link:

<https://ri.copel.com/sustentabilidade/relatorios-anuais-e-socioambientais/>

2.3.9. Fornecedores

A Copel Distribuição considera os fornecedores parceiros estratégicos indispensáveis para o cumprimento da sua missão, tendo em vista que participam da cadeia produtiva, na entrega de materiais, equipamentos e serviços.

Na Gestão de Fornecedores, a Companhia busca as melhores práticas do mercado e a atuação com responsabilidade socioambiental, ligadas diretamente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Nesta visão, são implementadas iniciativas voltadas à melhoria e otimização de recursos, em benefício da comunidade, bem como ao gerenciamento de riscos, à promoção da inovação e investimento em tecnologia, à cultura da segurança, entre outras.

Na seleção de fornecedores de serviços ou de produtos em que seja identificada a possibilidade de impactos ambientais, a Companhia exige certidões e qualificações ambientais da empresa e dos profissionais, abrangendo os Princípios do Pacto Global, tais como: priorização da contratação de fornecedores locais e de pequeno e médio porte; contratação e capacitação profissionais com deficiência; inibir práticas de assédio moral e sexual no ambiente de trabalho; entre outras. Para reforçar todos esses pontos, a Companhia envia a seus fornecedores seu Código de Conduta e o Manual do Fornecedor.

O descumprimento de cláusulas contratuais de meio ambiente ou responsabilidade social envolve sanções conforme a gravidade do caso, incluindo advertências, multas, até a rescisão contratual e comunicação aos órgãos legais competentes sobre possível infração.

Após a transformação da Copel em Corporation, a Companhia está dispensada de realizar processo de licitação no processo de contratação, considerando, na sua política de compras a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Prêmio Fornecedor Copel DIS



O Prêmio Fornecedor da Copel Distribuição, criado em 2017, objetiva, principalmente, reconhecer os melhores desempenhos, incentivar o aprimoramento contínuo, buscar total alinhamento com os Objetivos Estratégicos da Copel Distribuição e celebrar os bons resultados, que refletem no produto final entregue à Companhia e à sociedade.

A premiação tem como base os requisitos de: qualidade, pontualidade na entrega, conformidade com as quantidades contratadas, segurança do trabalho, produção de unidades de serviço, gestão sustentável da empresa, cadastro de fornecedores e grau de relacionamento.

Em julho/2023 aconteceu a 7ª edição, premiando os 3 melhores fornecedores de oito categorias entre fornecedores de materiais e de serviços, e sustentabilidade, conferindo o Selo Copel aos ganhadores.

2.3.10. Clientes

O relacionamento da Copel Distribuição com seus clientes de todos os seus segmentos de operação, é pautado pela busca da excelência nos serviços.

Para isso, a Companhia realiza pesquisas de satisfação e participa anualmente das avaliações realizadas pela Aneel, com foco nos clientes residenciais, e da Abradee - Pesquisa da Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia, que contempla clientes residenciais, comerciais e industriais.

A satisfação dos consumidores também é monitorada pela pesquisa anual realizada pela Aneel, com foco nos clientes residenciais. O resultado da pesquisa de 2023 ainda não foi divulgado. Em 2022 a Copel Distribuição alcançou o 5º lugar. Já na pesquisa pela Abradee, a Companhia alcançou o 4º lugar em 2023.

A CIER - Comisión de Integración Energética Regional, também realiza a premiação que determina o Índice de Satisfacción del Cliente con la Calidad Percibida (ISCAL). Em 2023 a Companhia alcançou o 5º lugar.

Para atingir altos índices de satisfação a Copel Distribuição analisa os resultados de pesquisas de satisfação e desenvolve os planos de ação necessários. Entre as principais ações, está a manutenção permanente da rede de energia elétrica para garantir a qualidade e a continuidade no fornecimento, bem como a melhoria dos canais de atendimento.

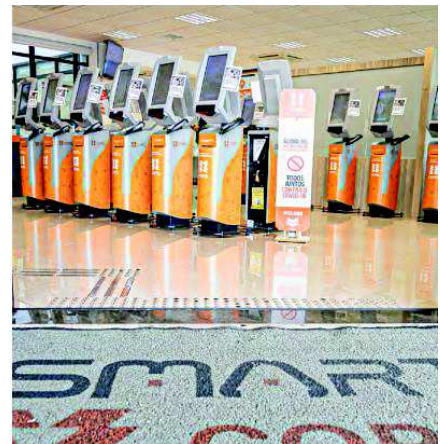


Foto: Smart- Caminho do Cliente

2.4. DIMENSÃO AMBIENTAL

O comprometimento da Copel Distribuição com o desenvolvimento sustentável está intrinsecamente relacionado ao dia a dia de suas atividades. A Companhia atua para atingir a ecoeficiência, preservar a biodiversidade e reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE). Adicionalmente, transmite para clientes e fornecedores seus princípios de boa gestão ambiental.

As diretrizes para essa atuação estão na Política de Sustentabilidade, que é base para outras normativas, como a Política de Mudança do Clima, a Política Ambiental, a Política de Biodiversidade, nas normas internas de Gestão de Resíduos, de Gestão dos Efeitos de Mudança do Clima, entre outras.

As principais diretrizes são:

- Promover a ecoeficiência em todos os processos, visando à redução do consumo e ao uso sustentável dos recursos naturais e dos serviços ecossistêmicos;
- Mitigar os impactos negativos e potencializar os positivos nas suas atividades e negócios;
- Ter relevância nos impactos das mudanças do clima na operação e na expansão de ativos.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2.4.1. Gestão ambiental

Alinhadas com seu referencial estratégico, a Copel Distribuição efetua estudos ambientais prévios para implantação dos seus empreendimentos, com o objetivo de identificar e gerenciar potenciais impactos ambientais. Dentre estes estudos, destacam-se:

- **Análise Ambiental Prévia (AAP):** visa definir o melhor terreno para implantação do projeto, baseando a decisão em análises dos principais pontos de sensibilidade socioambiental encontrados na região de implantação de novas subestações;
- **Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV):** é um instrumento auxiliar para o planejamento e o ordenamento territorial urbano, fornece subsídios relacionados às questões técnicas, ambientais e socioeconômicas dos empreendimentos, possíveis impactos para a população direta e indiretamente afetada, bem como para o município como um todo;
- **Inventário Florestal (IF):** serve como ferramenta para mensurar o potencial de florestas, permitindo a quantificação do volume produtivo de uma determinada área, estrutura e distribuição de espécies. Essas informações são fundamentais para o manejo adequado de tais áreas, pois fornece dados da área de supressão necessária à implantação de empreendimentos, por meio da quantificação e qualificação das espécies contempladas no documento e da determinação dos parâmetros volumétricos de cada uma delas;
- **Relatório Ambiental Simplificado (RAS):** promove a análise da viabilidade ambiental da implantação de empreendimentos. Apresenta as características técnicas do projeto, descreve a realidade ambiental das áreas de influência antes da implantação (diagnóstico ambiental) nos meios físico, biótico e socioeconômico, e apresenta o prognóstico sobre os impactos que poderão ocorrer. Também propõe medidas mitigadoras e/ou compensatórias para os impactos negativos e medidas potencializadoras dos impactos positivos. Ainda sugere programas ambientais a serem desenvolvidos durante a instalação e operação do empreendimento;
- **Relatório de Detalhamento dos Programas Ambientais (RDPA):** pontua todas as medidas mitigadoras e compensatórias e os programas ambientais propostos no RAS.

2.4.2. Programas de gestão ambiental

A Companhia se baseia nos resultados dos estudos ambientais para desenvolver programas ambientais específicos. Por meio desses programas ambientais, a Copel Distribuição busca preservar, recuperar e mitigar os impactos negativos nas áreas atingidas pelos empreendimentos realizados, bem como nas regiões que estão inseridos, sobretudo em florestas e áreas urbanas arborizadas.

No âmbito do licenciamento ambiental, os Principais programas instituídos são:

- Programa de Gestão Ambiental da Obra
- Programa de Minimização da Supressão de Vegetação
- Programa de Reposição e Compensação Florestal
- Programa de Monitoramento da Fauna
- Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Construção Civil – PGRCC
- Programa de Bens Culturais Acautelados em Âmbito Federal (Arqueologia Preventiva)
- Programa de Sensibilização Ambiental dos Trabalhadores das Obras
- Programa de Relacionamento com a Comunidade

A Copel Distribuição mantém o Programa Florestas Urbanas, programa proativo da Companhia, que visa melhorar a convivência das árvores e das redes de energia. Pelo Programa Florestas Urbanas, desde a sua implantação, já foram plantadas cerca de 85 mil mudas na arborização urbana dos municípios da área de concessão.

2.4.3. Ecoeficiência

A Copel Distribuição, através da sua Controladora, instituiu o Programa de Ecoeficiência para sistematizar suas ações no combate ao desperdício de energia, água, combustíveis e papéis, além da redução de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

resíduos. Criado em 2014, reúne um conjunto de ações possíveis e acessíveis que visam à preservação do meio ambiente, tendo como meta a redução de consumo de recursos naturais, a conscientização dos seus colaboradores e a redução de custos.

Com um arcabouço de ações, o programa também busca disseminar a educação para a sustentabilidade, o respeito ao meio ambiente e a preocupação com as futuras gerações.

Carros elétricos

Em 2023, a Companhia substituiu mais 23 veículos leves da frota própria por automóveis movidos a eletricidade, além dos que já estavam em circulação, tendo em vista as metas para neutralização das emissões de carbono até 2030. Esses carros são utilizados por empregados em suas atividades diárias em algumas cidades do Paraná, além de Curitiba.



Foto: carros elétricos

Combustível

Desde agosto de 2017, os veículos a bicomcombustível (flex) passaram a ser abastecidos prioritariamente com etanol.

A Campanha “Use Etanol”, uma ação integrada entre os programas Ecoeficiência, Mudanças do Clima e as áreas de transporte da Companhia, estimula o uso desse combustível que, comparado à gasolina, apresenta vantagens ambientais, econômicas e sociais.

2.4.4. Materiais e resíduos

A Companhia investe tanto em campanhas internas como em palestras de conscientização com informações sobre consumo responsável e destinação adequada de resíduos. Para o gerenciamento de resíduos sólidos, a Companhia possui normas internas e manual com orientações para a redução da geração e para o gerenciamento adequado dos resíduos gerados nas atividades de operação e manutenção. No caso dos fornecedores, é indicado o manual para gerenciamento de resíduos sólidos, bem como o manual para gerenciamento de resíduos da construção civil.

Nas atividades de construção de linhas e subestações são gerados resíduos de construção civil e também de supressão vegetal, os quais são gerenciados pelas empreiteiras contratadas, que têm a obrigação de elaborar o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC, os quais passam pela avaliação e aprovação prévia da Companhia. Nas atividades de operação e manutenção das redes de distribuição, os principais resíduos gerados são materiais contaminados com óleos e solventes e resíduos de podas.

Durante a construção de linhas e redes de distribuição de energia elétrica são utilizados diversos meios para evitar a supressão de vegetação e consequentemente a geração de resíduos vegetais. Isso inclui desde a escolha do traçado, evitando que passe por áreas de vegetação nativa durante a execução do projeto; ao alteamento de torres até a construção, que utiliza drones para realizar o lançamento de cabos.

Os resíduos perigosos gerados em atividades administrativas estão relacionados às atividades próprias, de operação e manutenção, e de terceiros, contratados para execução de obras de implantação de empreendimentos de distribuição de energia elétrica, e possuem menor potencial de impacto negativo.

A contratação de terceiros para transporte e destinação final de resíduos gerados pela Copel é realizado por meio de processos que exigem a comprovação da capacidade técnica e do licenciamento ambiental necessário para execução destas atividades. Eventualmente, são realizadas inspeções ambientais nos terceiros contratados para destinação final de resíduos gerados.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Ações com a comunidade

A Companhia atua para identificar oportunidades de melhoria no destino das sobras de materiais e resíduos.

Em 2023, as sobras de madeiras de paletes passaram a ser doadas a uma das Hortas Comunitárias do Programa Cultivar Energia, para a transformação desse material em mobiliários úteis no cultivo e manejo das hortaliças.

A confecção do mobiliário será realizada pela própria comunidade e o acompanhamento do processo realizado pela Companhia, para que o objetivo seja atingido.

Dessa forma, além de favorecer laços locais comunitários, essa ação colabora para atendimento aos índices de sustentabilidade que a Companhia está comprometida.



Foto: coleta madeira para doação.

2.4.5. Mudanças do clima

O tema mudança do clima é analisado no processo de planejamento estratégico da Companhia, integrando as decisões corporativas em um horizonte de cinco anos. Dentro do planejamento financeiro são previstos orçamentos para o desenvolvimento tecnológico e a construção de novos empreendimentos sustentáveis.

Além disso, a incorporação de cenários climáticos futuros, a precificação de carbono e o desenvolvimento de estudos para adaptação às mudanças do clima têm orientado a tomada de decisão da Companhia. Esses estudos e investimentos auxiliam no monitoramento e previsão para disponibilidade de equipes no atendimento a emergências. Entre essas decisões está o Plano de Neutralidade das emissões de gases de efeito estufa, em que a Companhia pretende, junto com sua controladora, neutralizar suas emissões de Escopo 1 até 2030.

Os estudos e investimentos auxiliam no monitoramento e previsão para disponibilidade de equipes no atendimento a emergências, tendo em vista que, os efeitos da mudança do clima incidem diretamente sobre os negócios da Copel Distribuição, impactando sua operação, seja na capacidade de gerar energia ou na demanda por manutenção de linhas de distribuição de alta tensão, subestações ou outras instalações, acarretando custos, necessidade de mão de obra e prejuízos para os consumidores.

A Copel, por meio de sua Política de Mudança do Clima, definiu diretrizes em relação aos riscos climáticos e às medidas de adaptação:

- Incorporar o tema mudança do clima no planejamento estratégico, na gestão integrada dos riscos corporativos, na avaliação financeira e na identificação de oportunidades;
- Incorporar medidas de adaptação às mudanças do clima na operação e expansão de seus ativos, em cada um de seus negócios;
- Promover a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação, buscando e implementando soluções que contemplem a adaptação à mudança do clima e redução de emissões de gases de efeito estufa na operação e expansão de seus negócios.

Como medida de desdobramento da política, a Copel Distribuição está engajada com as melhores práticas em sustentabilidade e reconhece os efeitos da mudança do clima em sua estratégia de gestão. Alinhada aos princípios do Pacto Global, adota ações para gerenciar suas emissões de gases de efeito estufa, buscando alternativas de baixo carbono, bem como adaptações aos efeitos das alterações climáticas.

O risco mudanças climáticas está presente no heatmap da Companhia, pois afeta as operações; e regulatório, devido às implicações no contrato de concessão. De forma a assegurar a prontidão de resposta às condições climáticas extremas, a Copel Distribuição realiza as seguintes ações necessárias:

- Monitoramento das emissões de carbono por meio de inventários que seguem a metodologia do Programa Brasileiro GHG Protocol, e elaborou seu Plano de Neutralidade de Carbono em 2021, que tem como meta reduzir as Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e compensar as emissões



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

residuais do escopo 1 até 2030 para os ativos sob controle operacional da Companhia;

- Monitoramento hidroclimatológico e serviços de previsão de tempo contínuo, com a disponibilização de imagens de satélite e de radares meteorológicos e previsões quantitativas nas regiões onde possui instalações;
- Atuação de acordo com norma corporativa Gestão de Efeitos da Mudança do Clima, e possui uma subcomissão com o objetivo de discutir e propor metodologia para levantamento de riscos relacionados ao tema. Assim, busca antecipar medidas para minimizar os impactos dos riscos relacionados às mudanças climáticas, utilizando estruturas de suporte de contingências, realizando monitoramento meteorológico e disponibilizando empregados em regime de sobreaviso para atuar na recomposição do sistema o mais breve possível, quando necessário.

Adicionalmente, a Companhia tem desenvolvido tecnologia para melhorar a gestão da distribuição de eletricidade com a modernização dos ativos e ampliação do Programa Rede Elétrica Inteligente (Smart Grid), que está em implantação e é um dos pilares do Programa Transformação da Copel Distribuição (ver item 3.4.2 desse relatório).

A remuneração variável (Prêmio por Desempenho) da Companhia considera metas ESG, sendo algumas relacionadas ao Plano de Neutralidade, considerando as especificidades da Companhia.

As metas relacionadas à gestão da mudança do clima são divulgadas no Relatório Socioambiental da Copel Distribuição.

2.4.6. Biodiversidade

Assim, a Companhia desenvolve ações para prevenir, minimizar, recuperar e compensar os impactos causados por suas atividades nos diversos ecossistemas em que está presente.

As ações em prol da biodiversidade incluem:

- Proteção e/ou restauração de áreas destinadas à compensação das supressões vegetais necessárias à implantação de empreendimentos;
- Cuidados especiais com as espécies da fauna e da flora consideradas raras e ameaçadas, executando resgates e realocações de indivíduos quando necessário;
- Monitoramento da fauna para definição de medidas ambientais.

Em 2023 a Copel aderiu ao Compromisso Empresarial Brasileiro para a Biodiversidade, firmado através do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável - CEBDS. A iniciativa convoca organizações de todo o país a reconhecerem a importância da preservação para o universo corporativo e assumirem metas concretas em busca da conservação e uso sustentável dos recursos naturais. A ação propõe nove metas que as empresas podem assumir, voluntariamente, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da sociedade. As ações para atender as metas são divulgadas no Portal Socioambiental da Copel e no site do CEBDS.

2.4.7. Informações adicionais

No Relatório Socioambiental da Copel Distribuição e no Relato Integrado da Copel é possível conhecer as outras ações voltadas aos aspectos de energia, mudança do clima, biodiversidade, água, materiais e resíduos, Inventário de Emissões de gases de efeito estufa, e demais informações relacionadas à gestão ambiental da Companhia, acesse: <https://ri.copel.com/sustentabilidade/relatorios-anuais-e-socioambientais/>

Para saber mais sobre a sustentabilidade na Copel, acesse: <https://copelsustentabilidade.com/>



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2.5. BALANÇO SOCIAL

		2023	2022
1 - BASE DE CÁLCULO			
NE 25	Receita Líquida - RL	15.085.707	13.903.300
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS		% Sobre RL	% Sobre RL
	Remuneração dos administradores	1.677	1.403
	Remuneração dos empregados	581.895	495.691
	Alimentação (Auxílio alimentação e outros)	102.826	88.257
	Encargos sociais compulsórios	181.214	166.516
	Plano previdenciário	44.008	41.507
	Saúde (Plano assistencial)	153.456	151.176
	Capacitação e desenvolvimento profissional	9.763	5.824
	Provisões Prêmio por Desempenho e Participação nos Lucros	114.815	28.076
NE 26.3	Indenizações Trabalhistas	397.253	(4.199)
	Cultura	882	810
	Creches ou auxílio-creche	690	852
	Segurança e saúde no trabalho	4.968	6.146
	Educação	1.195	995
	Benefício maternidade prorrogado	156	157
	Vale transporte excedente	54	49
	Total	1.594.852	983.260
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS		% Sobre RL	% Sobre RL
	Cultura	9.148	14.082
	Saúde e saneamento	292	-
	Esporte	10.131	8.286
	Programa Casa Fácil PR	2.747	2.870
	Fundo para a infância e a adolescência	244	187
	Fundo Nacional do Idoso	244	187
	Pesquisa & Desenvolvimento	44.690	34.435
	Programa de Eficiência Energética e Procel	82.288	77.390
	Outros	2.184	996
	Total das contribuições para a sociedade	151.968	138.433
	Tributos (excluídos encargos sociais)	6.892.613	8.188.489
	Total	7.044.581	8.326.922
4 - INDICADORES AMBIENTAIS		% Sobre RL	% Sobre RL
	Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	528.330	423.591
	Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	124	6
	Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	83	63
	Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	662	400
	Total	529.199	424.060
(1)	Quantidade de sanções ambientais judiciais no exercício	7	6
	Sanções ambientais administrativas no exercício	4	11
	Valor das sanções ambientais (R\$ Mil)	1537	126
Metas ambientais		2023	Metas 2024
	- Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais	() não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51% a 75% (x) cumpre de 76% a 100%	() não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51% a 75% (x) cumpre de 76% a 100%

NE - Nota Explicativa



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

	2023	2022
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL		
Empregados no final do período	4.203	4.257
Admissões e readmissões durante o período	-	2
Escolaridade dos empregados(as):	Homens Mulheres Total	Homens Mulheres Total
Extensão universitária	703 299 1.002	669 288 957
Ensino superior	1.185 387 1.572	1.160 385 1.545
Ensino técnico	308 16 324	640 42 682
Ensino médio	1.128 177 1.305	885 176 1.061
Ensino fundamental	0 0 0	12 0 12
Faixa etária dos empregados(as):		
De 18 até 30 anos (exclusive)	10	37
De 30 até 45 anos (exclusive)	2.140	2.314
De 45 até 60 anos (exclusive)	1.855	1.765
60 anos ou mais	198	141
Mulheres que trabalham na empresa	879	891
% Mulheres em cargos gerenciais:		
em relação ao nº total de mulheres	5,0	5,3
em relação ao nº total de gerentes	18,2	19,8
Negros(as) que trabalham na empresa	569	581
% Negros(as) em cargos gerenciais:		
em relação ao nº total de negros(as)	3,9	4,0
em relação ao nº total de gerentes	9,1	9,7
Portadores(as) de necessidades especiais	133	107
Dependentes	15.785	15.568
Terceirizados	7.384	7.601
(2) Aprendiz (es)	151	103
(2) Estagiários(as)	267	223
Empregados com mais de 10 anos de serviço	3.961	3.830
Divisão do maior salário da empresa pelo menor salário - incluindo administradores	28	27
Quantidade de empregados com salário superior a 2 salários mínimos	4.078	4.128
Processos trabalhistas		
Nº de processos trabalhistas em andamento no final do exercício	2.875	3.494
Nº de processos incluídos no exercício	754	945
Nº de processos trabalhistas encerrados no exercício	1.227	960
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL		
(3) Número total de Acidentes de Trabalho (inclui acidentes com contratados)	91	95
(4) Número total de reclamações e críticas de consumidores:		
na empresa	24.538	31.875
de segundo nível	6.066	5.345
na Justiça	8.316	7.399
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:		
na empresa	100,0%	100,0%
de segundo nível	100,0%	100,0%
na Justiça	10,6%	6,7%



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2023		Metas 2024
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	direção e gerências	direção e gerências
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	todos + Cipa	todos + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trabalhadores, a empresa:	incentiva e segue a OIT	incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	todos	todos
A participação dos lucros ou resultados contempla:	todos	todos
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	são exigidos	serão exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	organiza e incentiva	organizará e incentivará
7- GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA		2022
Valor adicionado total a distribuir	9.960.382	10.673.854
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		
Terceiros	9,9%	16,8%
Pessoal	14,2%	7,7%
Governo	70,2%	77,7%
Acionistas	2,3%	0,0%
Retido	3,4%	-2,2%
8 - OUTRAS INFORMAÇÕES		
• A partir de 2010, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase não mais prescreve seu modelo padrão de Balanço Social por entender que esta ferramenta e metodologia já se encontram amplamente difundidas entre empresas, consultorias e institutos que promovem a responsabilidade social corporativa no Brasil. Assim sendo, a Copel, que já utilizava este modelo desde 1999, resolveu, fundamentada na orientação do Ibase, melhorar sua demonstração de Balanço Social, abordando também informações solicitadas na NBCT 15, visando à transparência de suas informações. • As notas explicativas - NEs são parte integrante das Demonstrações Financeiras e também contêm outras informações de natureza socioambiental não contempladas neste Balanço Social. (1) Estas informações referem-se a sanções administrativas que entraram no exercício, podendo estar em processo de defesa ou processos judiciais ambientais considerados desfavoráveis no exercício. (2) Não compõem o quadro de empregados. (3) Calculado através da metodologia empregada no Relato de Sustentabilidade GRI G4 - indicador LA6. (4) Inclui as reclamações no Procon, Ouvidoria, Consumidor.gov e Aneel julgadas procedentes.		



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1. ANÁLISE MACROECONÔMICA

Em 2023, o País vivenciou diversos tensionamentos, desde a transição da gestão anterior do Governo Federal para a atual, passando às consequentes reorientações de política econômica, destacando-se aí a política fiscal de curto prazo (com a proposição do assim chamado arcabouço fiscal), e, em termos de longo prazo, a reforma tributária.

Do ponto de vista econômico, as definições da política monetária no mundo desenvolvido e principalmente a da norte-americana vieram parcialmente condicionando a condução monetária doméstica. Em outra via, prosseguiu aprofundamento da fragilidade da economia argentina, importante parceira comercial do Brasil no continente.

Por outro lado, observou-se reversão do ciclo de alta internacional de commodities e, ao mesmo tempo, a continuidade de recuperação de cadeias mundiais de suprimento anteriormente afetadas pela pandemia da COVID. Essas condições propiciaram redução dos níveis inflacionários internos. A queda do IPCA levantado pelo IBGE, de 10,1% em 2021 para 5,8% em 2022 e 4,6% em 2023, possibilitou o início e manutenção do ciclo de redução dos juros básicos gerida pela autoridade monetária.

Em outra frente, o fim de longo período de estiagem ocorrido entre 2021 e 2022 permitiu avanços de produção relevantes em alguns setores. A mencionada normalização do clima propiciou ao País atingir sua maior safra agrícola que foi decisiva para o crescimento acumulado do PIB brasileiro em 3,2% até o terceiro trimestre de 2023, segundo o IBGE.

Por sua vez, alguns segmentos tiveram seus desempenhos progressivamente influenciados pela mencionada queda da inflação e pela expressiva recuperação do mercado de trabalho, tendo, ainda, em parte, sido favorecidos pelo programa federal de transferência de renda e de política setorial voltada ao setor automotivo ainda no primeiro semestre.

Esse conjunto de fatores permitiu relativa recuperação dos padrões de consumo, com expansão de 3,4% registrada pelas contas nacionais trimestrais do IBGE, até o terceiro trimestre, beneficiando o crescimento de ramos específicos dos setores de serviços como alojamento e de locação imobiliária e o de venda de veículos, segundo Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) e Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE. Por outro lado, o quadro de incertezas acima tratado desfavoreceu de modo geral a indústria de transformação e particularmente a despesa em investimento, com o que a formação bruta de capital fixo declinou 2,5% até setembro, conforme o IBGE.

Esse quadro se reproduziu no Paraná, entretanto, com efeitos mais pronunciados sobre sua atividade econômica. Conforme o IPARDES, órgão de pesquisa e estatística do Governo do Paraná, o PIB paranaense acumulou crescimento de 6,9% até o terceiro trimestre do ano, impulsionado pela safra de grãos recorde.

Em boa medida, essa performance foi corroborada pelo mercado externo, tendo em vista o crescimento das exportações estaduais, segundo a SECEX, de 13,7% em 2023 – muito superiores às do País, com crescimento de apenas 1,7% no período.

A taxa de desocupação calculada pelo IBGE atingiu 4,6% no terceiro trimestre do ano, um dos menores patamares da série histórica para o Estado, tendo decorrido de elevados níveis de ocupação. Essa situação favoreceu o setor de serviços do Estado, com expansão acumulada de 3,9% de seu PIB até o terceiro trimestre.

Para números consolidados do ano pelos órgãos oficiais de estatística é possível esperar para a economia paranaense crescimento significativamente superior ao da média brasileira, à qual o Relatório Focus, no momento de elaboração desta nota, registra expectativa mediana de 2,9% de expansão para 2023.

3.2. CONTEXTO REGULATÓRIO

Em 2023, o setor de distribuição de energia elétrica foi marcado pelos desafios operacionais relacionados aos fenômenos climáticos, com eventos cada vez mais extremos e com efeitos devastadores na infraestrutura elétrica das áreas de atuação das distribuidoras.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Cabe destacar o debate realizado, por meio da Consulta Pública nº 152/2023, do MME, a respeito do processo de prorrogação das concessões vincendas de distribuição, discutindo as diretrizes a serem observadas pelo Ministério na condução do processo de prorrogação das 20 concessões de distribuição de energia elétrica com vencimentos entre 2025 a 2031.

Outro destaque foi a instituição da Política Nacional de Compartilhamento de Postes entre distribuidoras de energia elétrica e prestadoras de serviços de telecomunicações, denominada de "Poste Legal", através da Portaria Interministerial MCOM/MME nº 10.563/2023. Dentre os principais objetivos da Política Nacional de Compartilhamento de Postes, destacam-se: a otimização do uso de recursos e redução dos custos operacionais envolvendo compartilhamento de postes entre estes setores, fomentar a conformidade na ocupação dos postes de energia elétrica, reduzir riscos de acidentes envolvendo pessoas, infraestruturas e meio ambiente associados ao compartilhamento, promoção de serviços de qualidade, com menor custo, para o usuário de energia elétrica e dos serviços de telecomunicações, e por fim, contribuir para a ampliação da conectividade e da inclusão digital em áreas remotas ou rurais.

Com relação à geração distribuída, a Lei nº 14.300/2022, de 06.01.2022, que institui o marco legal da microgeração e minigeração distribuída, o Sistema de Compensação de Energia Elétrica - SCEE e o Programa de Energia Renovável Social – PERS, permitiu às unidades consumidoras já existentes e às que protocolarem solicitação de acesso em até 12 meses da sua publicação a continuidade, até 31.12.2045, dos benefícios hoje concedidos por meio do SCEE.

Para as unidades consumidoras que solicitarem o acesso após esse prazo, a Lei estabeleceu um período de transição para a cobrança gradativa sobre a energia compensada das componentes tarifárias não associadas ao custo da energia. Este tema foi regulamentado pela Aneel através da Resolução Normativa nº 1059/2023, de 07/02/2023.

Em 2023, também foi discutido pela ANEEL no âmbito Tomada de Subsídio nº 10/2023, a alteração dos Procedimentos de Rede em face da representação da expansão da Micro e Minigeração Distribuída (MMGD), no processo de planejamento e programação da operação eletroenergética do Sistema Interligado Nacional (SIN) e, conseqüentemente, na formação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Com relação à Lei nº 14.385/2022, que disciplina a exclusão do ICMS da base de cálculo do Pis e da Cofins recolhidos a maior pelas distribuidoras, no reajuste tarifário da Copel Distribuição, em 24.06.2023, foi considerado, a título de crédito de Pis e Cofins, o montante de R\$ 1,463 bilhão como componente financeiro reduzindo a tarifa ao consumidor.

Ainda, houve a aprovação da limitação da cobrança de ICMS sobre combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo, pela Lei Complementar nº 194/2022, sendo considerados bens e serviços essenciais e indispensáveis, resultando na redução da alíquota, no Paraná, de 29% (31.12.2021) para 18% (31.12.2022) e, ainda, para o setor de energia elétrica, a não aplicação do ICMS sobre TUSD e Encargos.

No entanto, em fevereiro/2023, o STF concedeu aos Estados, em decisão liminar, a suspensão do artigo 3º, X, da Lei Complementar nº 87/96, com redação dada pela Lei Complementar nº 194/2022, que excluiu tais itens da parcela tributada da fatura de energia elétrica e que, na prática, reestabeleceu a tributação do ICMS sobre os referidos serviços e encargos setoriais. Em 03.03.2023, a medida liminar foi referendada pelo Plenário do STF.

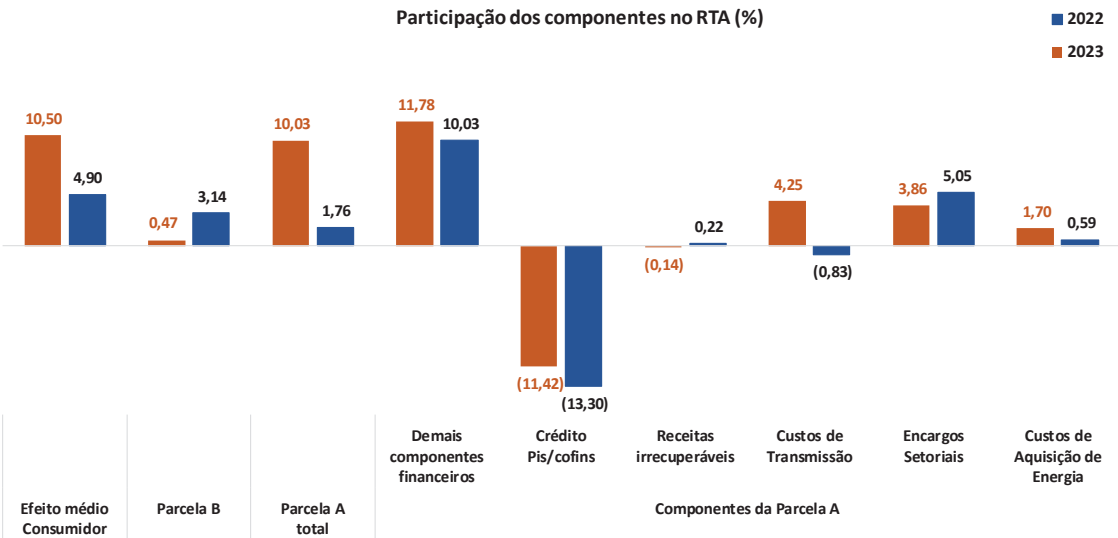
3.2.1. Reajuste Tarifário Anual – RTA

O resultado do RTA de 2023 da Copel Distribuição foi homologado pela Aneel por meio da Resolução Homologatória nº 3.209 de 20.06.2023, autorizando o reajuste médio de 10,5% percebido pelos consumidores (4,90% em junho/2022 pela Resolução Homologatória nº 3.049 de 21.06.2022), e cuja aplicação ocorreu integralmente às tarifas a partir de 24.06.2023. Para os consumidores da alta tensão o reajuste médio ficou em 8,31% e em 11,73% para os da baixa tensão (respectivamente, 9,32% e 2,68% em 2022). O detalhamento dos itens do reajuste está divulgado na Nota Técnica nº 29/2023 STR-ANEEL, de 14.06.2023.



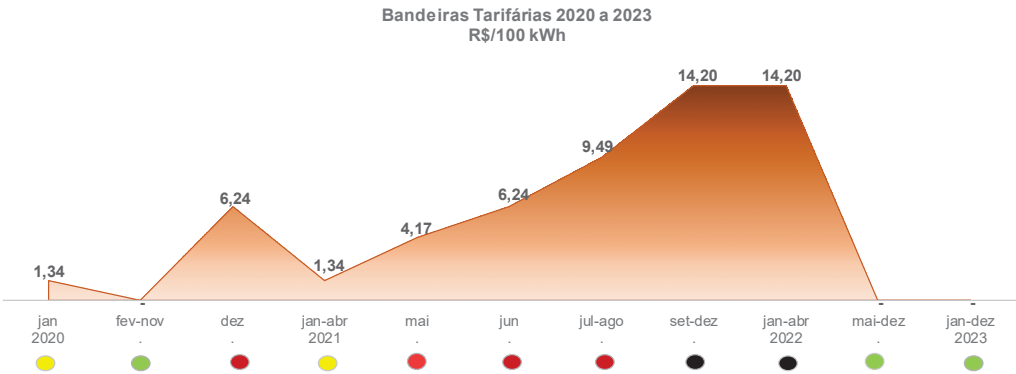
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O gráfico abaixo demonstra os componentes tarifários, comparativo dos últimos três anos:



3.2.2. Bandeiras Tarifárias

Em 2023 a bandeira tarifária estabelecida foi verde, em que não há adicional tarifário (NE nº 25.3.2), devido ao cenário hídrico estável e condições para geração de energia elétrica foram favoráveis, não gerando, portanto, custos de aquisição de energia adicionais às distribuidoras.



3.2.3. Sobrecontratação

A Copel Distribuição estima finalizar o ano de 2023 com um nível de contratação de 110,0% no seu processo de compra de energia elétrica, considerando que ainda não foi divulgada a avaliação pelo regulador dos montantes involuntários da distribuidora para o ano.

A Companhia avalia que possui montantes de sobrecontratação involuntária suficientes para atingir os limites regulatórios e manter-se entre 100% e 105% do seu mercado. Portanto, não há previsão de risco de penalização por sobrecontratação.

3.2.4. Indicadores do Contrato de Concessão

A Companhia deve cumprir os indicadores e procedimentos de eficiência com relação à continuidade do fornecimento e à gestão econômico-financeira das concessões do serviço público de distribuição de energia elétrica, homologados pela Aneel na Resolução Normativa nº 896 de novembro/2020 revogada pela Resolução Normativa nº 948 de novembro/2021, para manutenção do contrato de concessão. Os critérios de cálculo estão demonstrados na NE 28.2.8.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

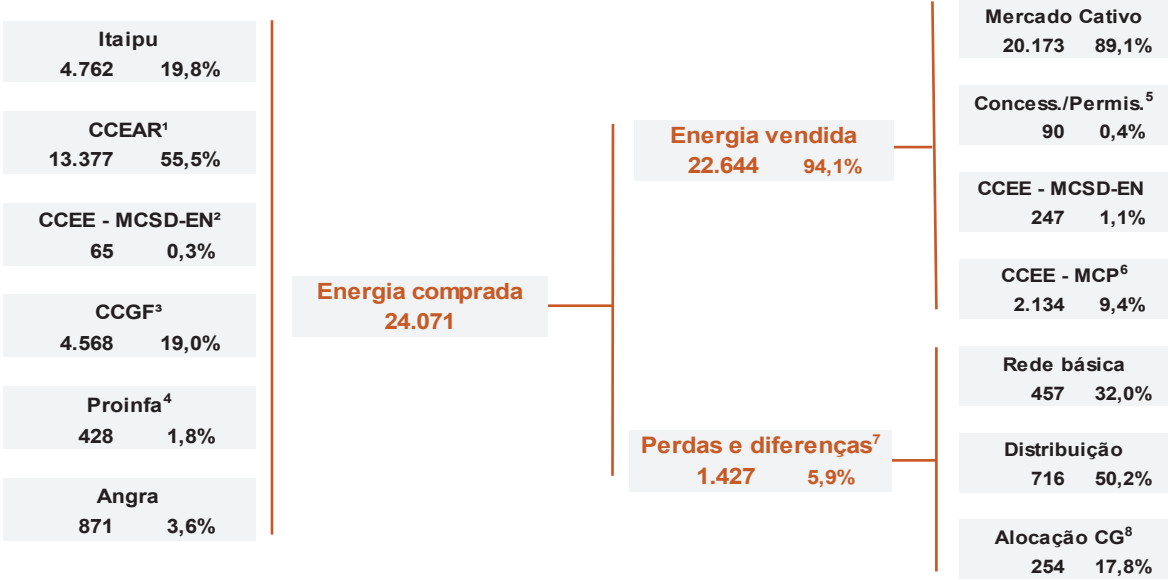
Gestão econômico-financeira: A Copel Distribuição cumpriu e está em conformidade com os indicadores Eficiência na Gestão econômico-financeira em 2022. Em relação a 2023, o resultado será divulgado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias de 2023, que ocorrerá em 26.04.2024, tendo em vista que o cálculo é baseado no resultado regulatório anual.

Qualidade do serviço ao consumidor: Em relação aos Indicadores de qualidade DEC e FEC, a Copel Distribuição vem permanecendo abaixo dos limites impostos pela Aneel, apresentado no item 3.5. A partir de 2022, esses indicadores abrangem todas as ocorrências, independente da origem, inclusive as perdas na rede básica que são externas ao sistema de distribuição da concessionária e tem origem técnica.

3.3. MERCADO DE ENERGIA

3.3.1. Aquisição de energia

A aquisição de energia reduziu 5,4% no comparativo de 2023 em relação ao mesmo período de 2022, passando de 25.442 GWh para 24.071 GWh, impactado principalmente pela redução no volume de cotas de CCGF, oriunda do processo de desestatização da Eletrobrás. A disponibilidade de energia foi alocada principalmente para o Mercado Cativo e Mercado de Curto Prazo. A seguir, são apresentados os fluxos de energia da Copel Distribuição em 2023:



¹CCEAR: Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado.
²Cessão MCSD EN - Cessão contratuais a outras distribuidoras através do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Nova
³CCGF - Cotas de Garantia Física, que são compulsórias (Lei nº 12.783 de 11/01/2013)
⁴Proinfa - cotas para custeio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica
⁵Suprimento de energia a concessionárias e permissionárias com mercado próprio inferior a 500GWh/ano
⁶CCEE (MCP): Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (Mercado de Curto Prazo)
⁷Perdas e diferenças na distribuição, considera os efeitos de Mini e Microgeração Distribuída – MMGD
⁸Alocação de contratos no CG - Centro de Gravidade

3.3.2. Venda de energia

Em 2023, a Copel Distribuição apresentou crescimento de 86.506 unidades no número de consumidores/contratos atendidos, 1,7% acima do mesmo período do ano anterior, atingindo a marca de 5,098 milhões de unidades consumidoras. O total da energia vendida apresentou decréscimo de 3,6%, verificado principalmente no MVE e MCP, enquanto que no mercado cativo houve aumento de 4,1%. Descontando os efeitos da MMGD, a venda de energia reduziu 6,9%.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

	Nº de consumidores / contratos			Energia vendida (GWh)		
	dez/23	dez/22	Δ%	2023	2022	Δ%
Mercado Cativo	5.098.006	5.011.555	1,7	20.173	19.370	4,1
Concessionárias e permissionárias	2	2	-	90	91	(1,1)
CCEE(Cessões MCSD EN)	381	304	25,3	247	240	2,9
CCEE - MVE	-	22	(100,0)	-	701	(100,0)
CCEE - MCP	-	-	-	2.134	3.069	(30,5)
Total venda de energia	5.098.389	5.011.883	1,7	22.644	23.470	(3,6)
Micro e Mini geração distribuída - MMGD	312.775	213.179		(1.798)	(1.090)	65,0
Mercado Total				20.846	22.380	(6,9)

▪ Mercado Fio (TUSD)

O mercado fio da Copel Distribuição, composto pelo mercado cativo, pelo suprimento a concessionárias e permissionárias dentro do Estado do Paraná e pela totalidade dos consumidores livres existentes na sua área de concessão, apresentou aumento de 4,0% no consumo de energia elétrica, em 2023 em relação ao mesmo período do ano anterior.

O segmento cativo, que representou cerca de 59,6% do mercado fio, registrou variação positiva de 1,6%, enquanto o segmento livre cresceu 4,0%.

A tabela abaixo apresenta o mercado fio, segregando entre consumidores cativos e livres:

	N de consumidores / contratos			Energia consumida (GWh)		
	dez/23	dez/22	Δ%	2023	2022	Δ%
Residencial	4.212.397	4.127.292	2,1	8.888	8.212	8,2
Industrial	69.134	69.731	(0,9)	12.291	12.250	0,3
Cativo	67.858	68.618	(1,1)	1.941	2.102	(7,7)
Livre	1.276	1.113	14,6	10.350	10.147	2,0
Comercial	440.749	431.417	2,2	6.735	6.256	7,7
Cativo	439.039	429.962	2,1	4.520	4.294	5,3
Livre	1.710	1.455	17,5	2.215	1.961	13,0
Rural	323.481	331.987	(2,6)	2.517	2.487	1,2
Cativo	323.408	331.938	(2,6)	2.352	2.357	(0,2)
Livre	73	49	49,0	165	130	26,9
Outros	55.316	53.757	2,9	2.479	2.412	2,8
Cativo	55.304	53.745	2,9	2.472	2.405	2,8
Livre	12	12	-	7	7	-
Mercado Cativo	5.098.006	5.011.555	1,7	20.173	19.370	4,1
Mercado Livre	3.071	2.629	16,8	12.737	12.245	4,0
Suprimento e concessionárias	7	7	-	940	925	1,6
Total Mercado Fio	5.101.084	5.014.191	1,7	33.850	32.539	4,0
(-) Micro e Mini geração distribuída - MMGD	312.775	213.179		(1.798)	(1.090)	65,0
Total Mercado faturado	5.101.084	5.014.191	1,7	32.052	31.449	1,9
Mercado Cativo total (-) MMGD				18.465	18.371	0,5

Variação do consumo das classes no ano:



Residencial

Foi uma das classes que apresentou melhor desempenho do ano, com crescimento de 8,2% no comparativo entre os períodos. O número de unidades consumidoras aumentou 2,1%.



Industrial



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Representou cerca de 36,3% do consumo com crescimento de 0,3% e destaque para o segmento alimentício que contribuiu positivamente para o resultado da classe. De outro lado, a migração para o mercado livre de clientes dos setores Químico e Metalúrgico, com conexão na Rede Básica (230 kV), limitou o desempenho no período.

Comercial



Representou cerca de 19,9% do consumo e registrou expansão de 7,7%, sustentado, em parte, pelos desempenhos dos ramos atacadista e varejista.

Rural

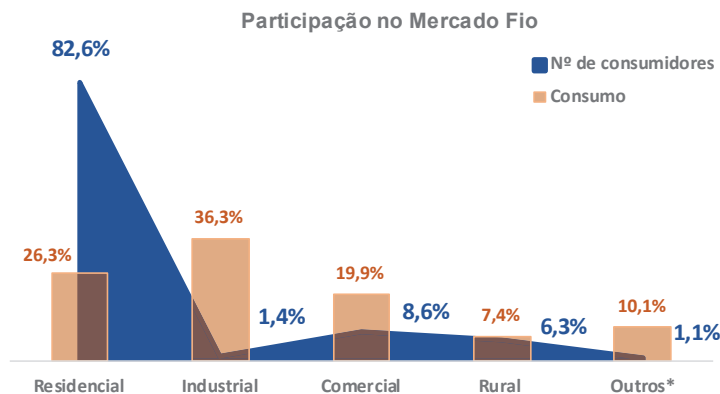


A classe Rural representou cerca de 7,4% do consumo registrou crescimento de 1,2%. Paralelamente, o número de consumidores reduziu 2,6%.

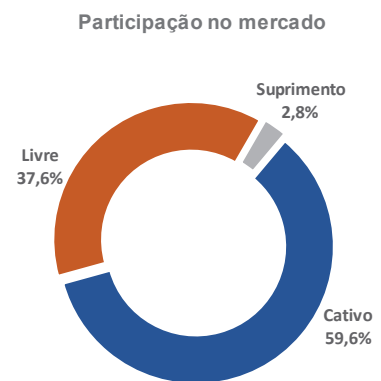
Outras classes



As Outras classes – Poder Público, Iluminação Pública, Serviço Público e Consumo Próprio – registraram crescimento de 2,8%.



*Outros: outras classes e suprimento e concessionárias



3.4. INVESTIMENTOS

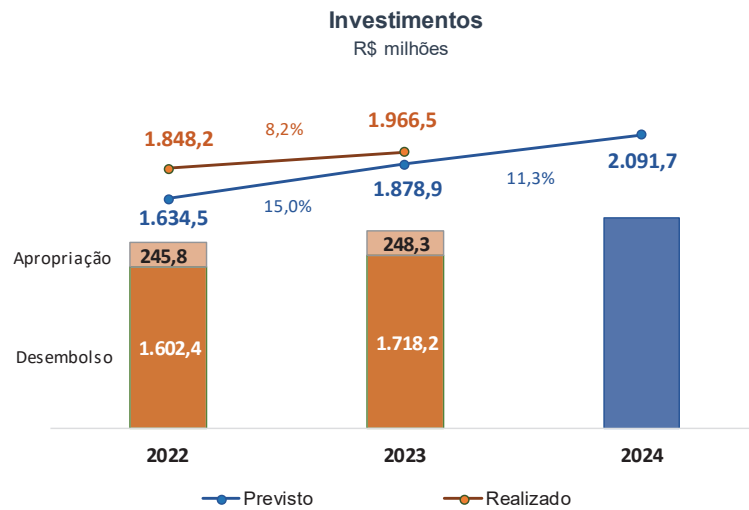
Os investimentos totais até 31.12.2023, líquidos da Participação Financeira do consumidor, alcançaram R\$ 1.966,5 milhões. Desse total realizado, R\$ 1.718,2 milhões são referentes aos desembolsos e R\$ 246,3 milhões às apropriações relacionadas à mão-de-obra própria, gastos com veículos próprios utilizados nas obras de investimentos, entre outros.

Os investimentos destinam-se à expansão e modernização do sistema elétrico de distribuição, através da: (i) implantação de novas subestações, linhas de distribuição de alta tensão e linhas de distribuição de média e baixa tensão; (ii) aprimoramento do sistema de telemedicação e (iii) melhoria da qualidade de fornecimento de energia elétrica na área rural.

O valor do orçamento de capital para desembolso referente à aquisição de bens e serviços para 2024 foi aprovado em 14.11.2023, na 240ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração – CAD e prevê o montante de R\$ 2.091,7 milhões, 11,3% superior a 2022, com o objetivo permanente de aumento da eficiência operacional, redução de custos e composição da base de remuneração de ativos regulatórios (BRR), especialmente por meio da continuidade da execução do Programa Transformação, composto pelos projetos Paraná Trifásico, Rede Elétrica Inteligente e Confiabilidade Total.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O gráfico demonstra o comparativo do montante dos Investimentos previstos e realizados.



3.4.1. Linhas e Subestações

Em 2023, foram conectadas subestações para reforçar o sistema elétrico de distribuição, melhorando a qualidade e aumentando a disponibilidade de energia aos consumidores.

As obras de novas subestações e ampliações adicionaram aproximadamente 207 MVA ao sistema de distribuição e as novas linhas de alta tensão concluídas no período adicionaram 3.185 km em linhas de distribuição e transmissão.

Extensões de linhas de distribuição:



Foto: Subestação Léa Martins, em Ponta Grossa

Linhas de Distribuição Ext (em km)	31.12.2023	31.12.2022
13,8 kV	112.871	111.358
34,5 kV	90.902	89.356
69,0 kV	778	767
138,0 kV	6.767	6.652
Total	211.318	208.133

Parque de subestações aberto por tensão:

Tensão	31.12.2023		31.12.2022	
	Automatizadas	MVA	Automatizadas	MVA
34,5 kV	236	1.665	236	1.646
69,0 kV	36	2.502	36	2.502
88,0 kV	0	5	0	5
138,0 kV	119	7.850	117	7.662
Total	391	12.022	389	11.815

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



3.4.2. Programa Transformação

O Programa Transformação constitui um amplo plano de investimento com o objetivo de modernizar, automatizar e renovar a rede de distribuição e rede de comunicação privada com tecnologias padronizadas para atendimento aos equipamentos de automação.

Entre os benefícios esperados estão o reforço das redes rurais para reduzir desligamentos e garantir o suporte ao crescimento do agronegócio no Estado do Paraná, redução dos custos com serviços de operação e manutenção (O&M) e comerciais, aprimoramento no controle dos indicadores de qualidade DEC e FEC, além de que os investimentos devem impactar em aumento da base de remuneração, que passará por revisão tarifária em 2026.

O programa é composto por projetos para manutenção e expansão do sistema elétrico na área de concessão da Copel Distribuição, abrangendo a construção de, aproximadamente, 25 mil km de novas redes, 15 mil novos pontos automatizados e a implementação da tecnologia de redes inteligentes no estado do Paraná.

Redes elétricas inteligentes - REI

O programa de redes elétricas inteligentes tem o objetivo de implantar uma rede de comunicação privada com tecnologia padronizada para atendimento de todos os equipamentos de automação da rede de distribuição e infraestrutura avançada de medição, e o uso de medidores de energia eletrônicos inteligentes.



Desta forma, a rede permite uma comunicação bidirecional entre os consumidores e os sistemas de controle centralizados utilizados pela Copel Distribuição.

Os medidores inteligentes representam o futuro do setor de energia elétrica, pois são peças-chave para a transformação dos centros urbanos em smart cities, ou cidades inteligentes.

Com o novo sistema, a leitura de consumo passa a ser remota, o que facilita o controle de toda a rede elétrica, desde a subestação até o consumidor final. Neste contexto, o consumidor passa a ter autonomia para monitorar o seu uso de energia por meio do aplicativo para celular.

A conexão remota da rede inteligente também dispensa deslocamentos de equipes, o que colabora com o meio ambiente, evitando a emissão de CO2.

O primeiro investimento com tecnologia de redes inteligentes nesse sentido foi concluído em 2018, como projeto piloto para validação da solução. A partir daí o projeto foi dividido nas Fases 1, 2 e 3 para levar, futuramente, a tecnologia a todos os municípios do Paraná.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

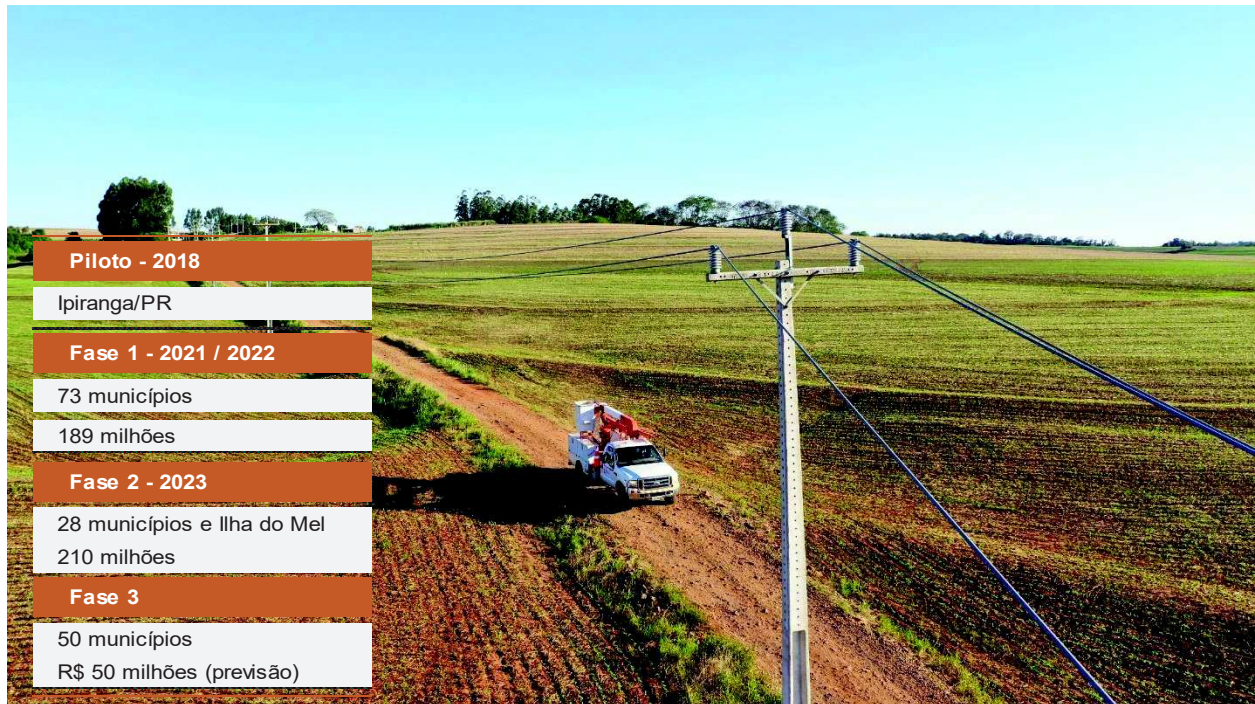


Foto: vista aérea atuação de equipe no REI

Reconhecimento

Em 2023, a Copel Distribuição recebeu o Selo Sesi ODS 2023 como reconhecimento de suas práticas em prol da Agenda 2030, reconhecendo a Rede Elétrica Inteligente como um dos projetos na temática ESG (ambiental, social e governança).

Paraná Trifásico

O projeto Paraná Trifásico representa a melhoria e renovação das redes de distribuição rurais na área de concessão da Companhia, com implantação de rede trifásica e criação de redundância nos principais ramais rurais.



Teve início em 2020 com o intuito de melhorar a qualidade de fornecimento, renovar os ativos e prover mais segurança aos empregados e à população. Desde o início da implantação – Fase 1, já foram investidos R\$ 1,875 milhões em 351 municípios paranaenses. Em 2023 foram investidos R\$ 670 milhões, sendo, para 2024, a previsão de R\$ 500 milhões, e a conclusão do projeto em 2025.

As obras do Paraná Trifásico seguem em andamento com mais 1,6 mil quilômetros em fase de construção.

O objetivo é reduzir os desligamentos de energia e tornar mais acessível a conexão daquelas propriedades que necessitam de uma ligação trifásica para o seu abastecimento, impulsionando a economia rural no Paraná. Até 2025, o programa completará 25 mil quilômetros de novas redes, somando a aplicação de R\$ 2,8 bilhões.

Estão sendo realizadas interligações entre os alimentadores, com a utilização de uma nova tecnologia de cabos protegidos, que trazem maior segurança e reduzem o número de desligamentos, impactando em melhoria da qualidade dos serviços ao consumidor e nos índices de qualidade que medem o número de horas (DEC) e a frequência (FEC) com que a consumidor permaneceu sem energia elétrica.



Foto: instalação de medidor



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

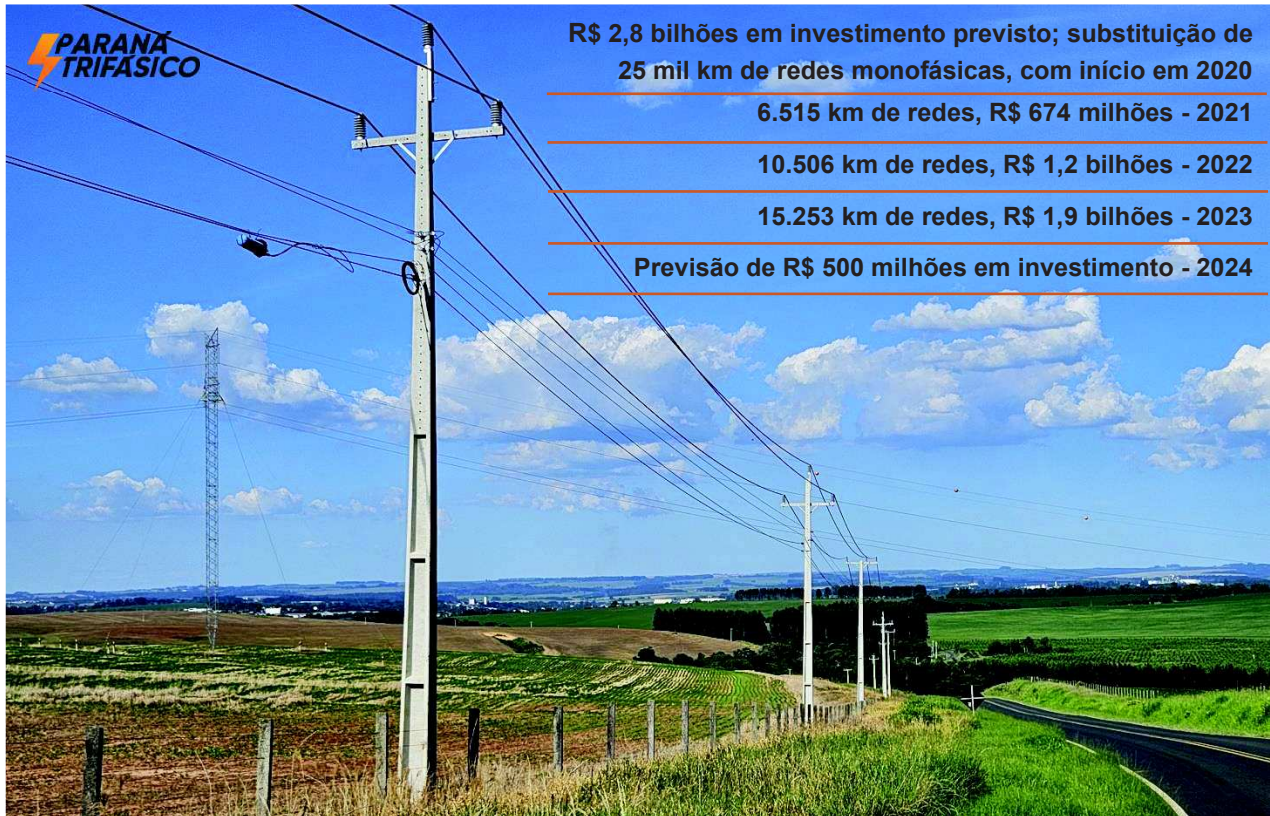


Foto: vista aérea atuação de equipe no Paraná trifásico

Projeto Confiabilidade Total

Iniciado em 2020, o projeto visa assegurar a modernidade nas operações da rede de energia a partir das seguintes premissas:



- a) manter a comunicação plena entre as equipes e a disponibilidade de equipamentos na rede;
- b) implementar automação nos equipamentos especiais;
- c) manter a totalidade de município da concessão com subestação (SE) ou chave especial; e
- d) ampliar os circuitos de rede e equipamento Self Healing.

Até o final de dezembro/2023 o projeto concluiu 84,35% do cronograma previsto, sendo investidos R\$ 364,9 milhões ao todo, em 2023 foram R\$ 104,3 milhões. A previsão para 2024 é de investir R\$ 51,5 milhões no projeto.

Painel de ações e impactos

Ação	Impacto	2022	2023
Repetidoras VHF	Redução das áreas de sombreamento da comunicação com as equipes	10	5
Automação de equipamentos	Maior eficiência e flexibilidade na operação e recomposição da rede de distribuição	1.873	770
Municípios com SE/EC	Reforço do sistema de distribuição	25	7
Retirada da radicalidade de SEs	Reforço do sistema de distribuição	8	15
Reconfiguração de alimentadores com mais de 5000 consumidores	Redução dos impactos de manobras, obras e outros eventos - para alimentadores com mais de 5000 consumidores	35	32
Self Healing em alimentadores com mais de 3000 consumidores	Redução dos impactos de manobras, obras e outros eventos - para alimentadores com mais de 3000 consumidores	150	45
R\$ milhões		114	104



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3.4.3. Redes Compactas e Protegidas

A Companhia vem implantando redes compactas predominantemente em áreas urbanas com elevado grau de arborização nas proximidades das redes de distribuição e redes protegidas exclusivamente em áreas rurais. As redes compactas evitam cortes e podas de árvores e melhoram a qualidade do fornecimento, pois reduzem o número de desligamentos.

As redes protegidas também melhoram a qualidade e a confiabilidade do sistema, pois evitam interrupções por contato com a vegetação ou outros objetos e intempéries. Ao final de dezembro/2023, a extensão das redes compactas e protegidas instaladas era de 27.851km (22.366 km em dezembro/2022), acréscimo de 5.485 km, 24,52%, em doze meses.

3.4.4. Rede Secundária Isolada

A Copel Distribuição também investe em redes secundárias isoladas em baixa tensão (127/220V), que apresentam vantagens significativas em relação à rede aérea convencional, tais como: melhorar os indicadores de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e de Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – FEC; dificultar o roubo de energia; melhorar as condições do meio ambiente; reduzir as áreas de podas; aumentar a segurança; reduzir a queda de tensão ao longo da rede; aumentar a vida útil dos transformadores pela redução do número de curtos-circuitos na rede, entre outras.

Ao final de dezembro/2023, a extensão das redes de distribuição secundárias isoladas, instaladas, era de 22.827 km (21.896 km em dezembro/2022), um acréscimo de 931 km, 4,25%, em doze meses.

3.5. QUALIDADE DE FORNECIMENTO

A qualidade de fornecimento é medida por indicadores que monitoram o desempenho das distribuidoras quanto à continuidade do serviço prestado. O DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora indica o número de horas em média que um consumidor fica sem energia elétrica durante um período. O FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora indica quantas vezes, em média, houve interrupção na unidade consumidora.

É a partir do DEC e do FEC que a Aneel estabelece os parâmetros individuais de continuidade (que são informados mensalmente na conta de energia elétrica do consumidor. Quando esses indicadores ultrapassam os limites estabelecidos, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia.

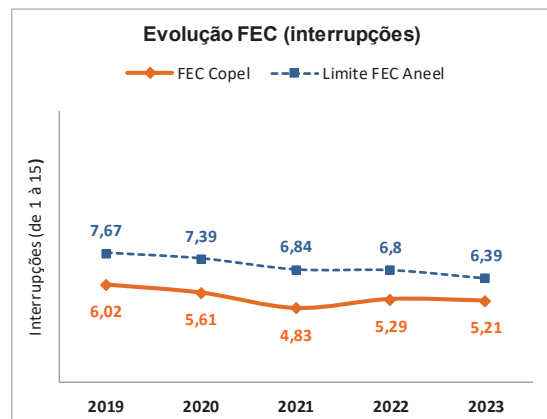
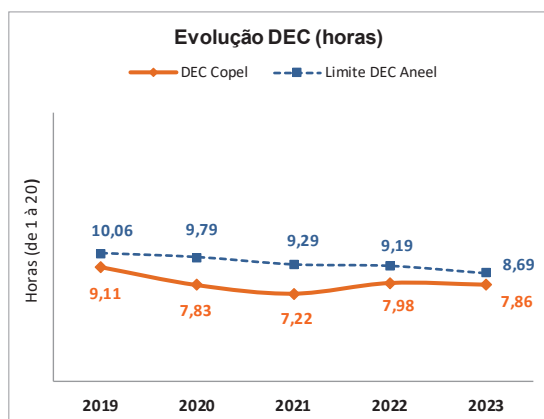
O resultado dos indicadores DEC e FEC da Copel Distribuição permanecem atendendo aos limites regulatórios impostos pela ANEEL, resultado dos investimentos em obras de desempenho e expansão, incremento de manutenções periódicas e inspeções preventivas, apresentados nos gráficos a seguir:

FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora

Indica quantas vezes, em média, houve interrupção de energia elétrica na unidade consumidora.

DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora

Número de horas, em média, que um consumidor fica sem energia elétrica durante um período



DESTAQUE - DIA “D”

A Copel Distribuição realiza o “Dia D” que consiste na mobilização de empregados e terceirizados na realização de manutenção preventiva das redes elétricas, com a finalidade de evitar desligamentos durante as chuvas de primavera e verão, esforços que visam o controle do “DEC”. Em 2023, a manutenção alcançou mais de 120 municípios, com aproximadamente 4 mil atividades registradas, como poda de árvores próximas à rede elétrica, roçada sob as linhas de transmissão e retirada de objetos enroscados na fiação.

Além disso, a preocupação com a sustentabilidade também é considerada do Dia D, com correta destinação dos resíduos das podas e a distribuição de 600 mudas adequadas para o plantio embaixo da rede elétrica, nas diferentes regiões do Paraná.



Foto: eletricista no Dia D

3.6. GESTÃO DE PERDAS DE ENERGIA

O sistema elétrico é composto por geração, transmissão e distribuição. As perdas referem-se à energia elétrica gerada que passa pelas linhas de transmissão (Rede Básica) e redes da distribuição, mas que não chega a ser comercializada seja por motivos técnicos ou comerciais.

Neste contexto, as perdas podem ser segmentadas entre Perdas na Rede Básica, que são externas ao sistema de distribuição da concessionária e têm origem iminentemente técnica, e as Perdas na Distribuição que podem ser de natureza técnica ou não técnica.

As perdas técnicas se referem à parcela das perdas na distribuição inerente ao processo de transporte, transformação de tensão e medição da energia na rede da concessionária. As perdas não técnicas, por sua vez, representam todas as demais perdas associadas à distribuição de energia elétrica, tais como furtos de energia, erros de medição, erros no processo de faturamento, unidades consumidoras sem equipamento de medição, entre outros.

Ações

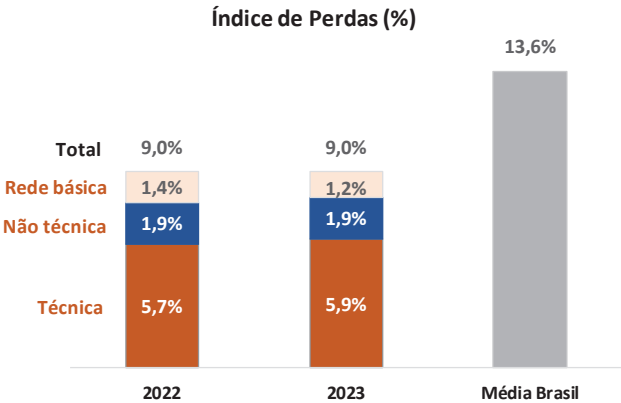
A Copel Distribuição mantém um Programa de Combate às Perdas não Técnicas que consiste em várias ações que objetivam reduzir ou manter o nível atual de perdas não técnicas, através das seguintes ações:

- Aperfeiçoamento das ações de combate ao procedimento irregular, melhorando o desempenho das inspeções direcionadas;
- Investimentos destinados à disponibilização e ou aquisição de equipamentos para inspeção;
- Elaboração e execução de treinamentos específicos e reciclagem relacionados a perdas comerciais;
- Realização de inspeções, tanto na Média como na Baixa Tensão;
- Notas educativas na imprensa e mensagens na fatura de energia elétrica.
- Operações conjuntas com a Polícia Civil e Ministério Público;
- Abertura de inquérito policial nas regiões onde constatados números expressivos de procedimentos irregulares.

Perdas em 2023

Em 2023 as perdas globais representaram 9,0% de toda energia injetada no sistema da distribuidora, sendo 5,9% de perdas técnicas, 1,9% de perdas não técnicas e 1,2% de perdas na rede básica.

Em função das ações realizadas, a efetividade das inspeções aumentou significativamente nos últimos anos, passando de 11,1% em 2012 para 28,6% em 2023, quando foram feitas 81.006 inspeções e detectados 17.875 procedimentos irregulares.





Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Apresentamos a seguir os principais destaques financeiros do período, com comentários sobre as variações anuais, exceto se indicado quando se referir sobre a variação trimestral. Os comentários da Administração sobre o Desempenho Econômico-Financeiro devem ser lidos em conjunto com as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas.

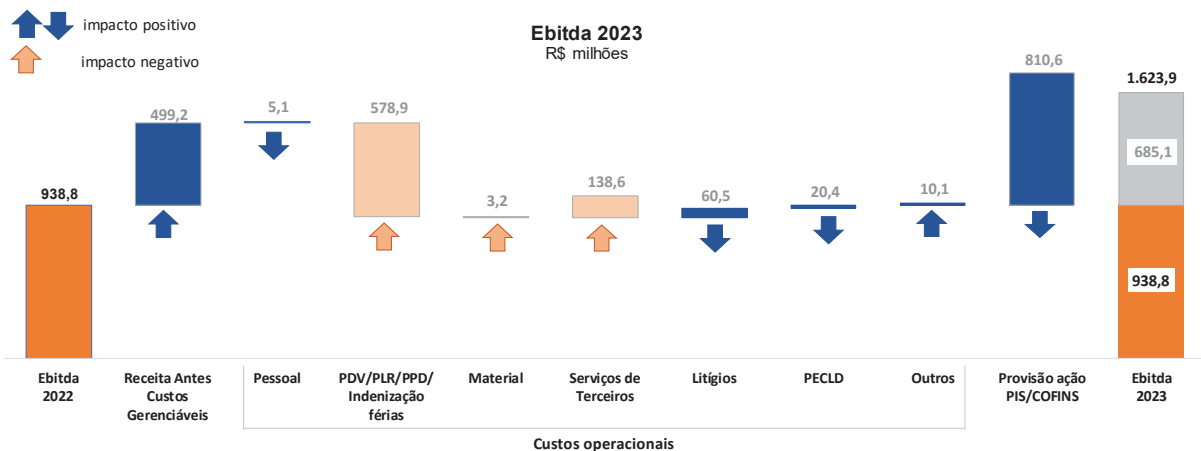
4.1. RESULTADO LÍQUIDO E EBITDA

A Copel Distribuição apresentou Lucro Líquido de R\$ 569,1 milhões em 2023, frente ao prejuízo de R\$ 229,8 milhões em 2022, devido, principalmente:

- pelo aumento da Receita antes da Parcela B em R\$ 499,2 milhões, em razão do crescimento do mercado e do Reajuste Tarifário Anual; redução de R\$ 60,5 milhões em provisões de litígios; e pelo impacto de R\$ 810,6 milhões da provisão para destinação de créditos de Pis e Cofins registrada em 2022 e não recorrente em 2023, com atualização monetária correspondente de R\$ 982,2 milhões no resultado financeiro;
- compensado pela provisão de R\$ 401,4 milhões do Programa de Demissão Voluntária – PDV, sendo R\$ 397,3 somente em 2023; indenização de R\$ 90,7 milhões do segundo terço de férias; aumento de R\$ 86,7 milhões nas provisões por desempenho e participação nos lucros; maiores custos de encargos de uso da rede elétrica, em R\$ 402,0 milhões, 17,4%; aumento de R\$ 138,6 milhões nos serviços prestados por terceiros; e aumento de R\$ 186,5 milhões no custo de construção.

EBITDA

O Ebitda atingiu R\$ 1.623,9 milhões, frente a R\$ 938,8 milhões em 2022, aumento de R\$ 685,1 milhões. No comparativo trimestral, o Ebitda resultou em aumento de R\$ 157,2 milhões, 35,6%.



Para melhor comparabilidade, o Ebitda ajustado, conforme demonstrado no quadro abaixo, resultou em R\$ 2.111,8 milhões em 2023 e R\$ 1.706,5 milhões em 2022, aumento de R\$ 405,3 milhões, 23,8%.

R\$ mil	4T23	4T22	ΔR\$	Δ%	31.12.2023	31.12.2022	ΔR\$	Δ%
Lucro líquido	263.291	324.263	(60.972)	-18,8%	569.121	(229.778)	798.899	-347,7%
IRPJ e CSLL diferidos	12.254	(42.282)	54.536	-129,0%	(29.026)	(585.568)	556.542	-95,0%
Provisão para IRPJ e CSLL	43.670	(22.215)	65.885	-296,6%	87.394	130.103	(42.709)	-32,8%
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	144.134	62.537	81.597	130,5%	475.102	1.169.741	(694.639)	-59,4%
Lajir/Ebit	463.349	322.303	141.046	43,8%	1.102.591	484.498	618.093	127,6%
(+) Depreciação e Amortização	135.744	119.638	16.106	13,5%	521.301	454.307	66.994	14,7%
Lajida/Ebitda	599.093	441.941	157.152	35,6%	1.623.892	938.805	685.087	73,0%
(+) Provisão para destinação de créditos de PIS/Cofins	-	-	-	-	-	810.563	-	-
(+) Reflexos da provisão PIS/COFINS	-	-	-	-	-	(38.661)	-	-
(+) Indenização abono terço adicional de férias	-	-	-	-	90.697	-	-	-
(+/-) Programa Demissão Voluntária - PDV	-	-	-	-	397.253	(4.199)	-	-
Lajida/Ebitda ajustado	599.093	441.941	157.152	35,6%	2.111.842	1.706.508	405.334	23,8%
Receita Operacional Líquida - ROL	4.016.174	3.587.443	428.731	12,0%	15.085.707	13.903.300	1.182.407	8,5%
Margem Ebitda ajustado / ROL	14,9%	12,3%	2,6 p.p.		14,0%	12,3%	1,7 p.p.	



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O Lajida/Ebitda não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização - Lajida (earnings before interest, taxes, depreciation and amortization – Ebitda) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras, observando as disposições da Resolução CVM nº 156/2022. Não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas normas internacionais de contabilidade, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia o divulga porque o utiliza para medir o seu desempenho.

Itens considerados para o Ebitda ajustado:

- **Provisão para destinação de crédito de Pis/Cofins:** refere-se ao reconhecimento da provisão ocorrida em junho/2022, conforme descrito na NE 11.5.
- **Reflexos da provisão para destinação de crédito de Pis/Cofins:** valores estimados correspondentes às provisões de Participação nos Lucros e Resultados - PLR e Prêmio Por Desempenho - PPD se não houvesse o reconhecimento da provisão para destinação de crédito de Pis/Cofins no montante de R\$ 810,6 milhões.
- **Indenização do abono do terço adicional de férias:** valor pago aos empregados decorrente do Acordo Coletivo de Trabalho – ACT efetivado em janeiro/2023.
- **Programa para Demissão Voluntária – PDV:** valores relativos à provisão da adesão de empregados ao programa de 2023, e, em 2022, à desistência ao programa anterior por parte de empregados.

4.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

	4T23	4T22	ΔR\$	Δ%	31.12.2023	31.12.2022	ΔR\$	Δ%
(=) Receita Operacional Líquida (ROL)	4.016.174	3.587.443	428.731	12,0	15.085.707	13.903.300	1.182.407	8,5
(-) Receita de Construção	(568.580)	(554.567)	(14.013)	2,5	(2.234.539)	(2.048.022)	(186.517)	9,1
(=) Receita Operacional Líquida ajustada	3.447.594	3.032.876	414.718	13,7	12.851.168	11.855.278	995.890	8,4
(-) Custos Não Gerenciáveis - Parcela A	(2.328.658)	(2.125.837)	(202.821)	9,5	(8.790.025)	(8.293.327)	(496.698)	6,0
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.585.200)	(1.546.763)	(38.437)	2,5	(6.074.752)	(5.980.124)	(94.628)	1,6
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(743.458)	(579.074)	(164.384)	28,4	(2.715.273)	(2.313.203)	(402.070)	17,4
(=) Receita antes dos custos gerenciáveis	1.118.936	907.039	211.897	23,4	4.061.143	3.561.951	499.192	14,0
(-) Custos Gerenciáveis - Parcela B	(655.587)	(584.736)	(70.851)	12,1	(2.958.552)	(2.266.890)	(691.662)	30,5
PMSO	(519.843)	(465.097)	(54.746)	11,8	(2.437.251)	(1.812.583)	(624.668)	34,5
Pessoal	(233.555)	(195.957)	(37.598)	19,2	(1.342.439)	(768.614)	(573.825)	74,7
Material	(25.544)	(21.243)	(4.301)	20,2	(74.501)	(71.302)	(3.199)	4,5
Serviços de Terceiros	(176.368)	(143.126)	(33.242)	23,2	(643.999)	(505.407)	(138.592)	27,4
Provisões e Perdas Estimadas	(54.647)	(70.190)	15.543	(22,1)	(201.084)	(281.895)	80.811	(28,7)
Outros Custos e Despesas Operacionais	(29.729)	(34.581)	4.852	(14,0)	(175.228)	(185.365)	10.137	(5,5)
Amortização	(135.744)	(119.638)	(16.106)	13,5	(521.301)	(454.307)	(66.994)	14,7
(=) Resultado das Atividades	463.349	322.303	141.046	43,8	1.102.591	1.295.061	(192.470)	(14,9)
(-) Provisão p/ destinação crédito de PIS/Cofins	-	-	-	-	-	(810.563)	810.563	-
(=) Resultado antes do Resultado Financeiro	463.349	322.303	141.046	43,8	1.102.591	484.498	618.093	127,6
(+/-) Resultado Financeiro total	(144.134)	(62.537)	(81.597)	130,5	(475.102)	(1.169.741)	694.639	(59,4)
(+) Resultado Financeiro	(144.654)	(47.250)	(97.404)	206,1	(416.584)	(129.047)	(287.537)	222,8
Receita Financeira	115.304	138.255	(22.951)	(16,6)	479.944	593.726	(113.782)	(19,2)
(-) Despesa Financeira	(259.958)	(185.505)	(74.453)	40,1	(896.528)	(722.773)	(173.755)	24,0
(-) Atualização Prov. destinação crédito PIS/Cofins	520	(15.287)	15.807	(103,4)	(58.518)	(1.040.694)	982.176	(94,4)
(=) Resultado antes do IRPJ e CSLL	319.215	259.766	59.449	22,9	627.489	(685.243)	1.312.732	(191,6)
(-) Tributos	(55.924)	64.497	(120.421)	(186,7)	(58.368)	455.465	(513.833)	(112,8)
(=) Lucro Líquido	263.291	324.263	(60.972)	(18,8)	569.121	(229.778)	798.899	(347,7)

A Demonstração de Resultado acima é apresentada na visão gerencial, e tem por finalidade demonstrar os resultados obtidos desconsiderados os valores da Receita e do Custo de Construção.

4.2.1. Receita operacional líquida

A Companhia apurou uma Receita Operacional Líquida (NE 25) com acréscimo de 8,5%, R\$ 1.182,4 milhões. Essa variação reflete, principalmente, o reajuste tarifário de junho/2023, que elevou a tarifa média em 10,5%, sendo 4,9% em junho/2022 e pela variação do mercado fio em 0,5%, líquido dos efeitos da MMGD.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

	4T23	4T22	ΔR\$	Δ%	31.12.2023	31.12.2022	ΔR\$	Δ%
Fornecimento de Energia Elétrica	1.613.874	1.208.416	405.458	33,6	5.663.429	5.236.340	427.089	8,2
Disponibilidade da rede elétrica	1.550.506	1.155.062	395.444	34,2	5.468.715	4.221.011	1.247.704	29,6
Suprimento	24.369	63.535	(39.166)	(61,6)	164.825	266.991	(102.166)	(38,3)
Receita de construção	568.580	554.567	14.013	2,5	2.234.539	2.048.022	186.517	9,1
Valor justo Ativo indenizável da concessão	20.269	34.124	(13.855)	(40,6)	62.166	79.169	(17.003)	(21,5)
Ativos e passivos financeiros setoriais	91.494	467.880	(376.386)	(80,4)	971.203	1.676.936	(705.733)	(42,1)
Outras receitas operacionais	147.082	103.859	43.223	41,6	520.830	374.831	145.999	39,0
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	4.016.174	3.587.443	428.731	12,0	15.085.707	13.903.300	1.182.407	8,5

Principais destaques:

- **Fornecimento:** A receita de fornecimento teve aumento de 8,2%, R\$ 427,1 milhões. Foi impactada principalmente: a) pelo efeito dos reajustes tarifários de 2023, que elevou a tarifa de energia em 17,37% (julho a dezembro/2023), enquanto que em 2022 o reajuste foi de -9,58% (janeiro a junho/2023); b) pelo aumento verificado no mercado cativo em 0,5%; e c) aumento do número de consumidores.
- **Disponibilidade da Rede Elétrica:** Aumento de R\$ 1.247,7 milhões, 29,6%, influenciado pelo efeito do reajuste na tarifa de uso em 2022, de 16,55% (janeiro a junho/2023) e em 2023 de 6,32% (julho a dezembro/2023), e pela variação do mercado fio em 4,0%.
- **Suprimento:** Decréscimo de R\$ 102,2 milhões, 38,3%, devido, sobretudo, pela redução na receita de venda de energia no Mecanismo de Venda de Excedentes – MVE, que ocorreu somente em 2022.
- **Receita de Construção:** O acréscimo de R\$ 186,5 milhões, 9,1%, devido ao aumento do volume de obras de infraestrutura, principalmente devido ao Programa Transformação.
- **Valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão:** Apresentou variação negativa de R\$ 17,0 milhões, 21,5%, impactado pela redução do IPCA de 2023 em relação a 2022, o qual corrige a base dos ativos.
- **Ativos e passivos financeiros setoriais:** Apresentaram redução de R\$ 705,7 milhões, 42,1%, reflexo dos menores custos de energia contratada de Itaipu e redução das bandeiras tarifárias, pela melhora das condições hidrológicas.
- **Outras Receitas:** A variação positiva de R\$ 146,0 milhões, 39,0%, se deve, principalmente, pelo aumento nos arrendamentos e aluguéis de equipamentos e estruturas em R\$ 88,1 milhões, 23,9%, verificado nos contratos de compartilhamento de postes.

4.2.2. Custos e despesas operacionais

a. Custos não gerenciáveis - Parcela A

	4T23	4T22	ΔR\$	Δ%	31.12.2023	31.12.2022	ΔR\$	Δ%
Compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	941.661	930.546	11.115	1,2	3.722.641	3.585.876	136.765	3,8
Micro e mini geradores e recompra de clientes	346.162	197.863	148.299	75,0	1.125.857	675.829	450.028	66,6
Itaipu Binacional	252.378	368.504	(116.126)	(31,5)	980.302	1.460.955	(480.653)	(32,9)
Programa Incentivo novas fontes energia alternativa - Prc	88.939	104.520	(15.581)	(14,9)	355.754	418.077	(62.323)	(14,9)
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	66.426	65.050	1.376	2,1	328.647	315.866	12.781	4,0
(-) PIS/Pasep e Cofins	(110.366)	(119.720)	9.354	(7,8)	(438.449)	(476.479)	38.030	(8,0)
Total custos com energia elétrica	1.585.200	1.546.763	38.437	2,5	6.074.752	5.980.124	94.628	1,6
Encargos de uso do sistema	599.848	497.496	102.352	20,6	2.199.053	1.757.225	441.828	25,1
Encargo de energia de reserva - EER	104.725	97.462	7.263	7,5	452.513	297.058	155.455	52,3
Encargos de transporte de Itaipu	75.387	41.086	34.301	83,5	258.520	151.240	107.280	70,9
Encargos dos serviços do sistema - ESS	38.564	1.260	37.304	2.960,6	79.359	340.254	(260.895)	(76,7)
(-) PIS/Pasep e Cofins	(75.066)	(58.230)	(16.836)	28,9	(274.172)	(232.574)	(41.598)	17,9
Total custos de encargos	743.458	579.074	164.384	28,4	2.715.273	2.313.203	402.070	17,4
Total custos Parcela A	2.328.658	2.125.837	202.821	9,5	8.790.025	8.293.327	496.698	6,0

Os custos da Parcela A apresentaram aumento R\$ 496,7 milhões, 6,0%, refletindo, principalmente a elevação dos encargos de uso e de transporte de energia.

- **Energia elétrica comprada para revenda (NE 26.1):** Houve aumento nos custos de energia comprada para revenda em R\$ 94,6 milhões, 1,6%, principalmente:
 - a. pelo aumento: no montante de energia proveniente do sistema de geração distribuída em R\$ 450,0 milhões, 66,6%, e de R\$ 136,8 milhões, 3,8%, em CCEAR, reflexo da incorporação, a partir de janeiro de 2023, dos produtos do 26º Leilão de Energia Nova, com elevação do preço médio dos contratos e término do recebimento da liquidação dos montantes do MVE;
 - b. compensado pela redução dos custos de energia de Itaipu em R\$ 480,7 milhões, 32,9%, impactada



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

pelo menor montante contratado no período e queda no preço médio R\$/MWh, em 27,1%, tendo em vista, majoritariamente, a aplicação da tarifa provisória de demanda em US\$ 16,19 kW.mês nos primeiros 4 meses de 2023 (Resolução Homologatória nº 3.168/2022), passando para US\$ 20,23 kW.mês nos demais meses do ano (Resolução Homologatória nº 3.193/2023), frente à tarifa de US\$ 24,73 kW.mês (Resolução Homologatória nº 3.007/2021) estabelecida para o ano de 2022.

- **Encargos de uso da rede elétrica (NE 26.2):** Apresentaram aumento de R\$ 402,1 milhões, 17,4%, refletindo, principalmente:
 - a. o aumento: dos encargos de uso do sistema em R\$ 441,8 milhões, 25,1%, decorrente de aumento nos custos com Rede Básica; do Encargo de Energia de Reserva – EER em R\$ 155,5 milhões, 52,3%, efeito do menor preço do PLD, impactando na necessidade de maiores aportes dos agentes do perfil de consumo, para manutenção do equilíbrio da Conta de Energia de Reserva - CONER; e de R\$ 107,3 milhões, 70,9%, no transporte de energia de Itaipu, decorrente do reajuste nas tarifas;
 - b. compensado pelo decréscimo de R\$ 260,9 milhões, 76,7% nos Encargos dos Serviços do Sistema – ESS, devido à recuperação e estabilização do cenário hídrico, o que impactou na redução dos custos, proveniente de um menor despacho das usinas térmicas.

b. Custos gerenciáveis – Parcela B

	4T23	4T22	ΔR\$	Δ%	31.12.2023	31.12.2022	ΔR\$	Δ%
PMSO	519.843	465.097	54.746	11,8	2.437.251	1.812.583	624.668	34,5
Pessoal e Administradores	191.155	153.742	37.413	24,3	1.174.906	599.121	575.785	96,1
Remuneração, encargos e benefícios	166.522	171.164	(4.642)	(2,7)	572.142	575.244	(3.102)	(0,5)
Provisões PPD e PLR	24.633	(17.422)	42.055	(241,4)	114.814	28.076	86.738	308,9
PDV	-	-	-	-	397.253	(4.199)	401.452	-
Indenização acordo coletivo de trabalho	-	-	-	-	90.697	-	90.697	-
Planos Previdenciário e Assistencial	42.400	42.215	185	0,4	167.533	169.493	(1.960)	(1,2)
Material	25.544	21.243	4.301	20,2	74.501	71.302	3.199	4,5
Serviços de Terceiros	176.368	143.126	33.242	23,2	643.999	505.407	138.592	27,4
Outros Custos e Despesas Operacionais	29.729	34.581	(4.852)	(14,0)	175.228	185.365	(10.137)	(5,5)
Provisões e Perdas Estimadas	54.647	70.190	(15.543)	(22,1)	201.084	281.895	(80.811)	(28,7)
Provisão para Litígios	(3.633)	54.438	(58.071)	(106,7)	101.960	162.413	(60.453)	(37,2)
Perdas Estimadas	58.280	15.752	42.528	270,0	99.124	119.482	(20.358)	(17,0)
Amortização	135.744	119.638	16.106	13,5	521.301	454.307	66.994	14,7
Total Custos da Parcela B	655.587	584.735	70.852	12,1	2.958.552	2.266.890	691.662	30,5
(-) Indenização abono férias	-	-	-	-	(90.697)	-	-	-
(-) PDV	-	-	-	-	(397.253)	4.199	-	-
Total Custos da Parcela B ajustado	655.587	584.735	70.852	12,1	2.470.602	2.271.089	199.513	8,8
PMSO Ajustado	519.843	465.097	54.746	11,8	1.949.301	1.816.782	132.519	7,3

Os custos da Parcela B, desconsiderando a provisão para destinação do crédito de Pis/Cofins, apresentaram aumento de R\$ 691,7 milhões, 30,5% no ano, verificado sobretudo nos custos de PMSO – Pessoal, Material, Serviços e Outros, cujo aumento foi de 34,5%, R\$ 624,7 milhões.

Principais destaques:

- **Pessoal (NE 26.3):** Houve aumento de R\$ 575,8 milhões, 96,1%, sendo impactado: a) pela provisão para o Programa de Demissão Voluntária de 2023, no valor de R\$ 397,3 milhões; b) pelo valor de R\$ 90,7 milhões, referente ao 1/3 adicional de férias, pago em janeiro/2023 a título de indenização, conforme celebrado em Acordo Coletivo de Trabalho - ACT; e c) pelo aumento de R\$ 86,7 milhões nas provisões para Participação nos Lucros e Resultados – PLR e Prêmio Por Desempenho – PPD. O quadro de empregados foi reduzido de 4.257 em 31.12.2022 para 4.203 em 31.12.2023.

Programa de Demissão Voluntária: A Companhia instituiu, em 24.08.2023, o Programa de Demissão Voluntária – PDV, sendo as adesões encerradas em 15.09.2023. Foram confirmadas 1.034 adesões confirmadas pela Copel Distribuição. O total provisionado se refere: à indenização que será paga e da multa de 40% do FGTS, além dos valores de auxílio alimentação e da mensalidade do plano de saúde parte da empresa, os quais serão pagos pela Companhia por 12 meses a partir da data do desligamento do empregado.

- **Material:** Apresentou aumento de R\$ 3,2 milhões, 4,5%, verificado, principalmente, pelo aumento dos custos de materiais do sistema elétrico, compensado pela redução dos custos com combustíveis e em peças e equipamentos para veículos.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- **Serviços de terceiros** (NE 26.4): Apresentaram acréscimo de R\$ 138,6 milhões, 27,4%, principalmente devido à elevação dos custos com: a) manutenção do sistema elétrico, tendo em vista as ações no combate ao DEC e FEC; b) atendimento a consumidores, referente a serviços de suspensão de fornecimento, religações e vistorias, decorrentes de reajustes e do aumento da mão de obra terceirizada; c) serviços de reformas de instalações nos endereços da Companhia; e d) serviços de call center, influenciado por aumento de equipes e atendimentos emergenciais, além dos reajustes dos contratos.
- **Provisões e Perdas estimadas** (NE 26.5): Resultaram em decréscimo de 28,7%, R\$ 80,8 milhões, devido: a) à redução nas Perdas estimadas de R\$ 20,4 milhões, 17,0%, influenciada, principalmente, pela intensificação das ações de cobrança realizadas pela Companhia; e b) à redução de provisão para litígios em R\$ 60,5 milhões, 37,2%, principalmente pelo reconhecimento, em 31.12.2023, da atualização monetária de litígios em despesa financeira, no montante de R\$ 51,1 milhões (NE 23.1.1).
- **Outros Custos e Despesas Operacionais** (NE 26.7): Resultaram em redução de R\$ 10,1 milhões, 5,5%, decorrente, principalmente: a) pelo decréscimo de Tributos em R\$ 36,0 milhões, 84,1%, sobretudo pelo registro do valor principal de R\$ 33,3 milhões em 2022 correspondente ao REFIS Paraná; redução nos custos de taxa de arrecadação em R\$ 4,9 milhões, 10,2%, relacionado a maior utilização de pix como forma de pagamento pelos clientes; compensado pelo aumento nas Perdas e ganhos líquidos na alienação de bens e direitos em R\$ 33,9 milhões, 73,7%; e aumento em Indenizações em R\$ 5,5 milhões, 40,1%.

4.2.3. Resultado financeiro

	4T23	4T22	ΔR\$	Δ%	31.12.2023	31.12.2022	ΔR\$	Δ%
Receitas financeiras	115.304	138.255	(22.951)	(16,6)	479.944	593.726	(113.782)	(19,2)
Acréscimos moratórios sobre faturas	41.834	45.932	(4.098)	(8,9)	193.811	258.724	(64.913)	(25,1)
Renda de aplicações financeiras	24.216	30.400	(6.184)	(20,3)	84.792	109.918	(25.126)	(22,9)
Remuneração de ativos e passivos setoriais	7.041	48.769	(41.728)	(85,6)	62.796	146.754	(83.958)	(57,2)
Atualização monetária ação Pis/Cofins	3.602	7.119	(3.517)	(49,4)	47.146	33.909	13.237	39,0
Variação cambial sobre compra de energia elétrica de Itaipu	3.047	2.572	475	18,5	17.073	43.946	(26.873)	(61,2)
Atualização dos depósitos judiciais	7.850	6.773	1.077	15,9	36.872	25.950	10.922	42,1
Outras receitas financeiras	32.767	3.224	29.543	916,3	59.174	1.090	58.084	>500%
(-) Pis/Pasep e Cofins sobre receita financeira	(5.053)	(6.534)	1.481	(22,7)	(21.720)	(26.565)	4.845	(18,2)
(-) Despesas financeiras	259.958	185.505	74.453	40,1	896.528	722.773	173.755	24,0
Variação monetária, cambial e encargos da dívida	188.096	156.298	31.798	20,3	740.793	564.588	176.205	31,2
(-) Encargos dívida transferidos p/ Ativos da concessão (NE 8)	(4.854)	(4.615)	(239)	5,2	(19.041)	(17.903)	(1.138)	6,4
Parcelamento de Tributos (NE 11.4)	8.963	12.726	(3.763)	(29,6)	41.130	57.872	(16.742)	(28,9)
Atualização monetária de Litígios (NE 23.1.1)	51.104	-	51.104	-	51.104	-	51.104	-
Variação cambial sobre compra de energia elétrica de Itaipu	2.820	1.160	1.660	143,1	10.605	27.584	(16.979)	(61,6)
Remuneração de ativos e passivos setoriais	768	1.527	(759)	(49,7)	4.541	11.207	(6.666)	(59,5)
Outras	13.061	18.409	(5.348)	(29,1)	67.396	79.425	(12.029)	(15,1)
Receitas financeiras (-) despesas financeiras	(144.654)	(47.250)	(97.404)	206,1	(416.584)	(129.047)	(287.537)	222,8
(-) Atualização Provisão destinação crédito Pis/Cofins	(520)	15.287	(15.807)	(103,4)	58.518	1.040.694	(982.176)	(94,4)
Resultado Financeiro total	(144.134)	(62.537)	(81.597)	130,5	(475.102)	(1.169.741)	694.639	(59,4)

O Resultado financeiro (NE 27), desconsiderando-se a atualização da provisão para destinação do crédito de Pis/Cofins, apresentou decréscimo de R\$ 287,5 milhões, impactado, principalmente:

- Pelo aumento dos Encargos de dívidas de empréstimos, financiamentos e debêntures em R\$ 176,2 milhões, 31,2%, motivado pelo aumento das taxas de juros e pelo aumento da dívida por novas captações;
- Pela redução na receita de Acréscimos moratórios sobre faturas em R\$ 64,9 milhões, 25,1%, devido, principalmente pela redução do IPCA no período (4,62% em 2023 e 5,79% em 2022), índice de correção das faturas em atraso, e pelas ações de cobrança;
- Pela menor remuneração líquida dos Ativos e passivos financeiros setoriais em R\$ 77,3 milhões, 57,0%;
- Pelo aumento de Outras receitas financeiras, impactado, principalmente, por juros e impostos a compensar de R\$ 23,0 milhões e por multas contratuais de R\$ 29,4 milhões;
- Pela redução da atualização sobre parcelamento de tributos em R\$ 16,7 milhões, impactado, principalmente, pela adesão ao REFIS Paraná em 2022, que resultou no reconhecimento de juros no montante de R\$ 17,8 milhões, enquanto que em 2023 a atualização foi de R\$ 3,4 milhões;
- Pela redução nas variações monetárias líquidas sobre a compra de energia elétrica de Itaipu, resultando em menor despesa financeira de R\$ 9,9 milhões, 60,5%, pela redução da cotação do dólar;
- Pela atualização monetária de litígios em R\$ 51,1 milhões, reflexo da mudança voluntária em 31.12.2023 (NE 23.1.1).



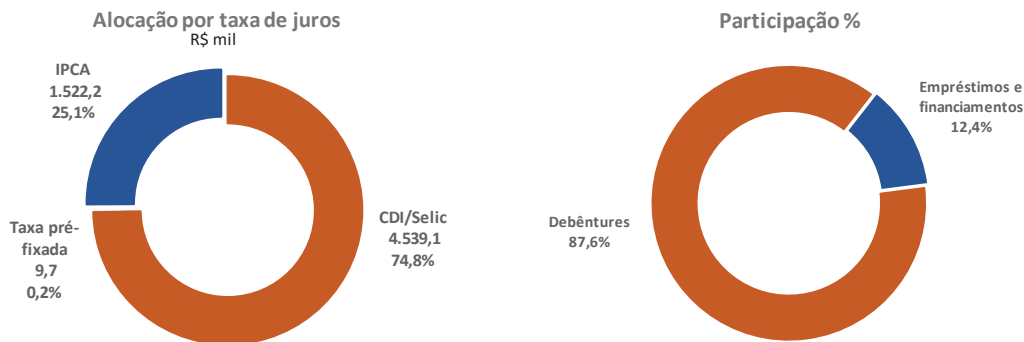
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4.3. ENDIVIDAMENTO

Ao longo de 2023, a Companhia realizou emissão de Debêntures no total de R\$ 1,6 bilhões (NE 17), com a finalidade de reforçar o caixa para atendimento aos compromissos da Companhia, que impactaram na elevação do endividamento (bruto) cresceu 27,1% e a dívida líquida em 25,3%. Nesse período, a Companhia realizou pagamentos de R\$ 1,0 bilhão.

R\$ milhões	31.12.2023	31.12.2022	ΔR\$	Δ%
Empréstimos e financiamentos	750,7	758,0	(7,3)	-1,0%
Debêntures	5.320,2	4.016,6	1.303,6	32,5%
Dívida bruta	6.070,9	4.774,6	1.296,3	27,1%
(-) Caixa e equivalentes de caixa	626,7	430,1	196,6	45,7%
(-) Títulos e valores mobiliários	1,0	0,9	0,1	11,1%
Dívida líquida	5.443,2	4.343,6	1.099,6	25,3%

Concentração da dívida:



Vencimentos:

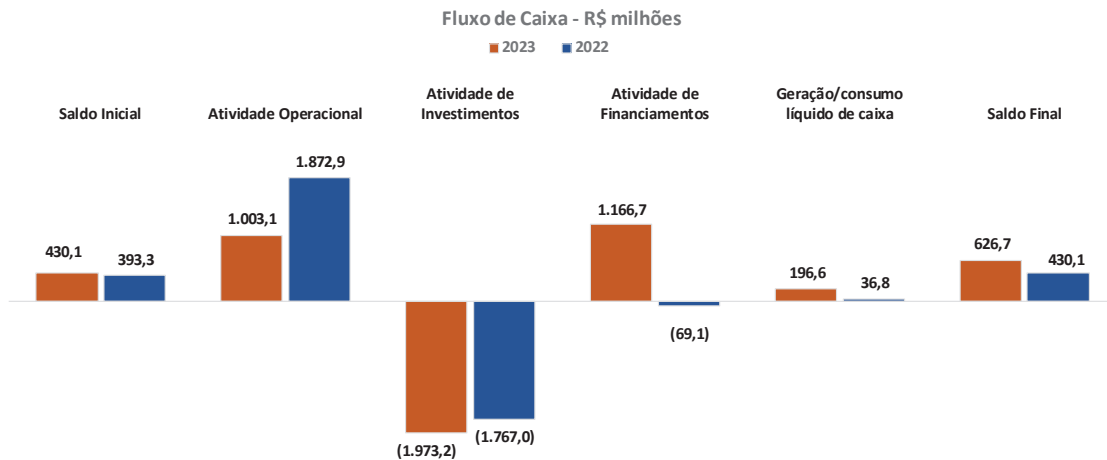
	Empréstimos e Financiamentos	Debêntures	Dívida Financeira Total	(-) Custo de Transação	Total	% sobre total
Curto prazo (até 31.12.2024)	381.945	586.553	968.498	(23.663)	944.835	15,6%
2025	376.909	864.644	1.241.553	(18.687)	1.222.866	20,1%
2026	1.909	1.565.369	1.567.278	(11.622)	1.555.656	25,6%
2027	-	1.065.369	1.065.369	(5.959)	1.059.410	17,5%
2028	-	400.000	400.000	(2.791)	397.209	6,5%
2029	-	194.907	194.907	(2.620)	192.287	3,2%
Após 2029	-	703.386	703.386	(4.753)	698.633	11,5%
	760.763	5.380.228	6.140.991	(70.095)	6.070.896	100,0%



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4.4. FLUXO DE CAIXA

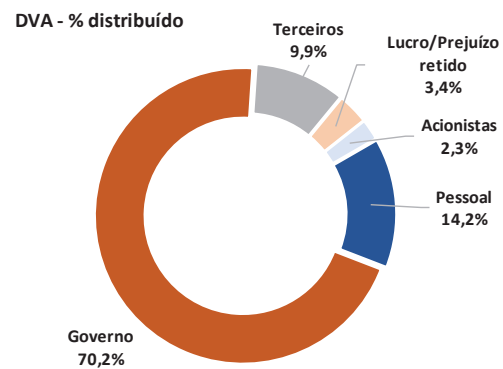
Em 2023, a Companhia gerou caixa líquido de R\$ 196,6 milhões, R\$ 36,8 milhões em 2022, reflexo do desempenho da operação e dos financiamentos, aplicados sobretudo no plano de investimentos.



4.5. VALOR ADICIONADO

No exercício de 2023, a Copel Distribuição apurou R\$ 9.960 milhões de Valor Adicionado Total, 6,7% inferior ao ano anterior (R\$ 10.674).

No quadro está demonstrado a distribuição resumida desse valor e no gráfico o percentual de participação dos principais itens.



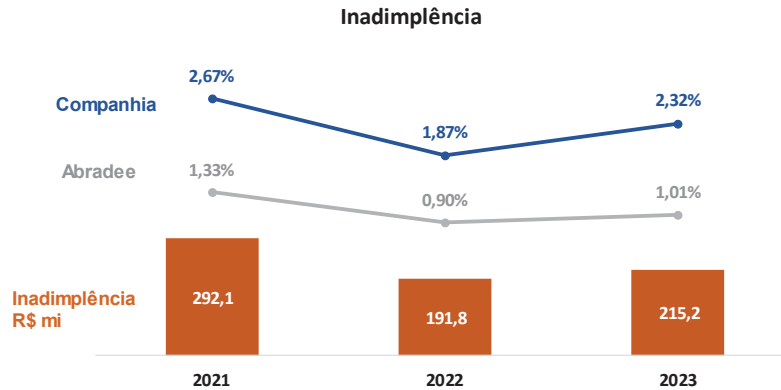
	31.12.2023	31.12.2022	Var. %
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	9.960	10.674	(6,7)
PESSOAL (-) PDV	900	802	12,2
PDV	397	(4)	-
PLR e PPD	115	28	310,7
Total Pessoal	1.412	826	70,9
Tributos	3.523	3.966	(11,2)
Encargos Setoriais	3.475	4.321	(19,6)
Total Governo	6.998	8.287	(15,6)
Provisão ação Pis/Cofins	59	1.041	(94,3)
Outros	922	750	22,9
Total Terceiros	981	1.791	(45,2)
Lucros (prejuízos) retidos	339	(230)	(247,4)
Remuneração do capital próprio	230	-	-
Total Acionistas	569	(230)	(347,4)
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	9.960	10.674	(6,7)



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4.6. INADIMPLÊNCIA DE CONSUMIDORES

Em 2023, a inadimplência de consumidores da Copel Distribuição foi de R\$ 215,2 milhões, que equivale a 1,01% do faturamento dos 12 meses anteriores, aumento de 12,2% em relação a 2022, R\$ 191,8 milhões e 0,90% do faturamento.



Após um período de redução da inadimplência em 2022, os dois principais indicadores de inadimplência da Copel DIS (Corporativa e Abradee) apresentam resultados maiores em 2023.

Para controle da inadimplência são realizadas diversas ações de cobrança como os avisos de inadimplência (SMS, e-mail, protesto de títulos, carta cobrança) e, em última instância, a suspensão de fornecimento. Estas ações contribuem para a recuperação de contas inadimplentes com muitos dias de atraso.

Metodologia

O índice de inadimplência Copel Distribuição do produto fornecimento de energia elétrica considera, em sua metodologia de cálculo, como inadimplente o consumidor com débito vencido há mais de 15 dias até 360 dias, excluindo o reconhecimento de perdas dos débitos vencidos, sendo:

- Índice de inadimplência Critério Corporativa:

$$i = \frac{\sum \text{Pendência de energia (16 a 360 dias)}}{\text{Faturamento 12 meses}}$$

- Índice de inadimplência Critério Abradee

$$i = \frac{\sum \text{Pendência (1 a 90 dias)}}{\text{Faturamento 12 meses}}$$



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Daniel Pimentel Slaviero

Secretário Executivo

Maximiliano Andres Orfali

Membros

Ana Letícia Feller

Luiz Claudio Maia Vieira

CONSELHO FISCAL

Presidente

Demetrius Nichele Macei

Membros titulares

Harry França Júnior

José Paulo da Silva Filho

Membros suplentes

Roberto Zaninelli Covelo Tizon

Otami Cesar Martins

Verônica Peixoto Coelho

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Presidente e especialista financeiro

Carlos Biedermann

Membro

Marco Antônio Barbosa Cândido

Membro externo

Luiz Cláudio Maia Vieira

DIRETORIA

Diretor Geral

Maximiliano Andres Orfali

Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

Adriano Rudek de Moura

Diretor Jurídico e de Relações Institucionais

Eduardo Vieira de Souza Barbosa

Diretor Comercial, de Regulação e de Gestão

Hemerson Luiz Barbosa Pedroso

CONTADOR

Robson Carlos Nogueira

CRC-PR- 047941/O-4

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

SUMÁRIO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL	3
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	5
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	7
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
1. CONTEXTO OPERACIONAL	9
2. BASE DE PREPARAÇÃO	10
3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	11
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	19
6. CLIENTES	19
7. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS LÍQUIDOS	20
8. ATIVOS DE CONCESSÃO	22
9. CONTAS A RECEBER VINCULADAS À CONCESSÃO	23
10. OUTROS CRÉDITOS	23
11. TRIBUTOS	24
12. DEPÓSITOS JUDICIAIS	30
13. INTANGÍVEL	30
14. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS	31
15. FORNECEDORES	31
16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	32
17. DEBÊNTURES	35
18. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	37
19. ENCARGOS DO CONSUMIDOR A RECOLHER	42
20. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	42
21. DIREITO DE USO DE ATIVOS E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS	43
22. OUTRAS CONTAS A PAGAR	45
23. PROVISÕES PARA LITÍGIOS E PASSIVO CONTINGENTE	45
24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	48
25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	50
26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	52
27. RESULTADO FINANCEIRO	55
28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	56
29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	62
30. COMPROMISSOS	65
31. SEGUROS	65
32. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	65
COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA	67
RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	68
PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL	78
PARECER DO CONSELHO FISCAL	79
PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE	80
DECLARAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	85

Balanço Patrimonial
em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	626.708	430.121
Cauções e depósitos vinculados		9	90
Clientes	6	2.973.010	2.429.434
Ativos financeiros setoriais	7	15.473	190.699
Outros créditos	10	435.620	408.462
Estoques		131.927	158.487
Imposto de renda e contribuição social	11.1	1.259	95.397
Outros tributos a recuperar	11.4	922.449	1.178.192
Despesas antecipadas		37.807	37.593
Partes relacionadas	29.3	9.404	8.765
		5.153.666	4.937.240
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários	5	1.005	905
Clientes	6	105.259	109.472
Depósitos judiciais	12	380.433	384.425
Ativos financeiros setoriais	7	15.473	190.699
Contas a receber vinculadas à concessão	9	1.954.679	1.442.819
Ativos de Concessão	8	2.201.958	2.332.171
Outros créditos	10	44.838	15.020
Imposto de renda e contribuição social	11.1	66.123	19.723
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.2	1.324.670	1.203.057
Outros tributos a recuperar	11.4	2.135.382	2.502.266
		8.229.820	8.200.557
Investimentos		443	534
Intangível	13	8.317.327	7.257.827
Direito de uso de ativos	21.1	129.870	142.657
		16.677.460	15.601.575
TOTAL DO ATIVO		21.831.126	20.538.815

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (continuação)
em milhares de reais

PASSIVO	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
CIRCULANTE			
Obrigações sociais e trabalhistas	14	597.160	154.982
Partes relacionadas	29.3	11.950	8.962
Fornecedores	15	1.605.111	1.447.967
Outras obrigações fiscais	11.4	253.336	182.308
Empréstimos e financiamentos	16	375.135	6.203
Debêntures	17	569.700	373.634
Dividendos a pagar		460.904	265.574
Benefícios pós-emprego	18.3	59.742	51.978
Encargos do consumidor a recolher	19	44.789	29.032
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	20	262.444	284.305
Passivos financeiros setoriais	7	476.103	433.914
Passivo de arrendamentos	21.2	40.083	48.882
Outras contas a pagar	22	175.694	132.246
PIS e COFINS a restituir para consumidores	11.5.1	558.591	550.527
		5.490.742	3.970.514
NÃO CIRCULANTE			
Outras obrigações fiscais	11.4	546.184	566.826
Empréstimos e financiamentos	16	375.585	751.805
Debêntures	17	4.750.476	3.642.973
Benefícios pós-emprego	18.3	948.724	657.867
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	20	224.996	223.805
Passivos financeiros setoriais	7	27.888	49.341
Passivo de arrendamentos	21.2	99.138	100.659
Outras contas a pagar	22	1.558	16.007
PIS e COFINS a restituir para consumidores	11.5.1	173.135	1.444.631
Provisão para destinação de crédito de PIS e Cofins	11.5.2	1.909.775	1.851.257
Provisões para litígios	23.1	500.060	652.858
		9.557.519	9.958.029
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	24.1	5.372.206	5.359.206
Ajustes de avaliação patrimonial	24.2	(163.951)	15.777
Reserva legal	24.4	335.200	306.744
Reserva de retenção de lucros		1.239.410	928.545
		6.782.865	6.610.272
TOTAL DO PASSIVO		21.831.126	20.538.815

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações de Resultados
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	25	15.085.707	13.903.300
Custos Operacionais	26	(13.122.771)	(11.833.211)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		1.962.936	2.070.089
Outras Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas com vendas	26	(142.324)	(170.407)
Despesas gerais e administrativas	26	(519.397)	(385.531)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	(198.624)	(219.090)
Provisão para destinação de crédito de PIS e Cofins	11.5.2	-	(810.563)
		(860.345)	(1.585.591)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		1.102.591	484.498
Resultado Financeiro	27		
Receitas financeiras		479.944	593.726
Despesas financeiras		(896.528)	(722.773)
Atualização de provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins	11.5.2	(58.518)	(1.040.694)
		(475.102)	(1.169.741)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		627.489	(685.243)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	11.6		
Imposto de renda e contribuição social		(87.394)	(130.103)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		29.026	585.568
		(58.368)	455.465
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		569.121	(229.778)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS - em reais			
Ações ordinárias		0,10602	(0,04288)

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		569.121	(229.778)
Outros resultados abrangentes			
Itens que não serão reclassificados para o resultado			
Ganhos (perdas) com passivos atuariais			
Benefícios pós-emprego	18.4	(272.315)	181.446
Tributos sobre outros resultados abrangentes		92.587	(61.692)
Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos		(179.728)	119.754
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		389.393	(110.024)

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas



Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros			Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
					Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto		
Saldo em 1º de janeiro de 2022		5.359.206	-	(103.977)	306.744	1.808.323	188.260	-	7.558.556
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	(229.778)	(229.778)
Ajustes de passivos atuariais, líquidos de tributos		-	-	119.754	-	-	-	-	119.754
Resultado abrangente total do exercício		-	-	119.754	-	-	-	(229.778)	(110.024)
Deliberação do Dividendo adicional proposto		-	-	-	-	-	(188.260)	-	(188.260)
Destinação proposta à A.G.O.:									
Dividendos intermediários (JCP)		-	-	-	-	(113.504)	-	-	(113.504)
Dividendos		-	-	-	-	(270.496)	-	-	(270.496)
Distribuição de Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	(266.000)	-	-	(266.000)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	(229.778)	-	229.778	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		5.359.206	-	15.777	306.744	928.545	-	-	6.610.272
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	569.121	569.121
Ajustes de passivos atuariais, líquidos de tributos		-	-	(179.728)	-	-	-	-	(179.728)
Resultado abrangente total do exercício		-	-	(179.728)	-	-	-	569.121	389.393
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	24.1	-	13.000	-	-	-	-	-	13.000
Aumento de Capital	24.1	13.000	(13.000)	-	-	-	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:									
Reserva legal		-	-	-	28.456	-	-	(28.456)	-
Dividendos intercalares (JSCP)	24.4	-	-	-	-	-	-	(122.600)	(122.600)
Dividendos (JSCP)		-	-	-	-	-	-	(107.200)	(107.200)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	310.865	-	(310.865)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		5.372.206	-	(163.951)	335.200	1.239.410	-	-	6.782.865

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas



Demonstrações dos Fluxos de Caixa

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

em milhares de reais

	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		569.121	(229.778)
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido (prejuízo) do exercício com a geração de caixa pelas atividades operacionais:			
Encargos, variações monetárias e cambiais não realizadas - líquidas		557.469	264.778
Reconhecimento do valor justo do ativo indenizável da concessão	25.1	(62.166)	(79.169)
Baixas de contas a receber vinculadas à concessão	9	269	82
Baixas de ativos de concessão	8	16.728	8.829
Imposto de renda e contribuição social	11.6	87.394	130.103
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.6	(29.026)	(585.568)
Efeitos da ação do ICMS sobre o PIS e Cofins		257.759	2.112.720
Apropriação de obrigações de benefícios pós emprego	18.4	169.973	169.277
Constituição para programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	20.2	126.837	116.336
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	25.1	(1.070.196)	(1.847.863)
Amortização	26	521.301	454.307
Provisão decorrente do programa de demissão voluntária		397.253	-
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas		201.084	284.230
Resultado das baixas de intangível	13	78.722	53.494
		1.822.522	851.778
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		(638.549)	928.380
Ativos financeiros setoriais		36.963	966.465
Depósitos judiciais		40.864	2.720
Outros créditos		(32.729)	59.007
Estoques		26.560	11.269
Imposto de renda e contribuição social		30.613	(58.441)
Outros tributos a recuperar		(146.438)	(94.086)
Despesas antecipadas		(214)	(437)
Partes relacionadas		(639)	(3.040)
		(683.569)	1.811.837
Aumento (redução) dos passivos			
Obrigações sociais e trabalhistas		262.649	(53.488)
Partes relacionadas		2.988	(2.609)
Fornecedores		161.249	(230.480)
Outras obrigações fiscais		752.885	576.275
Benefícios pós-emprego	18.4	(143.667)	(128.623)
Encargos do consumidor a recolher		15.757	(147.766)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	20.2	(183.444)	(136.503)
Outras contas a pagar		28.999	16.382
Provisões para litígios quitadas	23.1.1	(302.786)	(184.726)
		594.630	(291.538)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		1.733.583	2.372.077
Imposto de renda e contribuição social pagos		(4.720)	17.804
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	16.3	(107.036)	(68.294)
Encargos de debêntures pagos	17.2	(594.414)	(433.106)
Encargos de mútuo pagos		(11.618)	(4.895)
Encargos de passivos de arrendamento pagos	21.2.1	(12.683)	(10.724)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		1.003.112	1.872.863
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		(19)	142.642
Aquisições de ativos de contrato		(2.312.492)	(2.153.519)
Participação financeira do consumidor - ativos de contrato		339.277	243.916
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(1.973.234)	(1.766.961)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos de empréstimos e financiamentos		-	750.000
Ingressos de mútuo com partes relacionadas		233.000	100.000
Ingressos de debêntures emitidas	17.2	1.600.000	1.500.000
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital		13.000	-
(-) Custos de transação na emissão de debêntures, empréstimos e financiamentos		(35.606)	(30.022)
Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	16.3	(9.728)	(144.621)
Amortizações de principal de debêntures	17.2	(333.334)	(758.333)
Amortizações de principal de passivos de arrendamento	21.2.1	(51.543)	(41.778)
Amortizações de principal do mútuo com a controladora		(233.000)	(100.000)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(16.080)	(1.344.343)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		1.166.709	(69.097)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		196.587	36.804
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	430.121	393.317
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	626.708	430.121
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		196.587	36.804

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas



Demonstrações do Valor Adicionado
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
em milhares de reais

VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		31.12.2023	31.12.2022	
Receitas				
Venda de energia e outros serviços		18.154.171		18.089.469
Receita de construção		2.234.539		2.048.022
Valor justo do ativo indenizável da concessão		62.166		79.169
Ativos e passivos financeiros setoriais		1.070.196		1.847.863
Outras receitas		41.352		45.133
Perdas de crédito esperadas		(99.124)		(119.482)
		21.463.300		21.990.174
(-) Insumos adquiridos de terceiros				
Energia elétrica comprada para revenda		6.367.985		6.294.481
Encargos de uso da rede elétrica (-) ESS e EER		2.457.574		1.908.465
Material, insumos e serviços de terceiros		753.560		604.481
Custo de construção		2.047.534		1.877.842
Perda / Recuperação de valores ativos		134.408		99.244
Provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins		-		810.563
Outros insumos		157.418		229.496
		11.918.479		11.824.572
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO				
		9.544.821		10.165.602
(-) Amortização				
		521.301		454.307
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO				
		9.023.520		9.711.295
(+) Valor adicionado transferido				
Receitas financeiras		479.944		593.726
Outras receitas		456.918		368.833
		936.862		962.559
		9.960.382		10.673.854
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
	31.12.2023	%	31.12.2022	%
Pessoal				
Remunerações e honorários	537.900		539.292	
Planos previdenciário e assistencial	167.533		169.493	
Auxílio alimentação e educação	74.540		65.218	
Indenização abono sobre férias	90.697		-	
Encargos sociais - FGTS	29.105		27.959	
Programa de desligamentos voluntários	397.253		(4.199)	
Prêmio de desempenho e participação nos lucros	114.814		28.076	
	1.411.842	14,2	825.839	7,7
Governo				
Federal				
Tributos	1.007.481		467.842	
Encargos setoriais	3.474.552		4.321.143	
Estadual	2.512.078		3.496.085	
Municipal	3.465		2.263	
	6.997.576	70,2	8.287.333	77,7
Terceiros				
Juros	908.151		731.891	
Atualização de provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins	58.518		1.040.694	
Arrendamentos e aluguéis	12.519		15.876	
Doações, subvenções e contribuições	2.655		1.999	
	981.843	9,9	1.790.460	16,8
Acionistas				
Lucros (prejuízos) retidos	339.321		(229.778)	
Remuneração do capital próprio	229.800		-	
	569.121	5,7	(229.778)	(2,2)
	9.960.382		10.673.854	

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

em 31 de dezembro de 2023
em milhares de reais

1. Contexto Operacional

A Copel Distribuição S.A. (Copel Distribuição ou Companhia), com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158, bloco C, Curitiba - PR, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel), em 19 de maio de 2022, obteve junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, o registro de companhia aberta na categoria “B”, sob o código 2680-8, em conformidade com a Resolução CVM nº 80/2022.

A Companhia opera na distribuição regulada de energia elétrica em 394 municípios do Paraná, dos quais Guarapuava e Coronel Vivida são atendidos parcialmente, e Porto União em Santa Catarina. O atendimento alcança 5,1 milhões de unidades consumidoras distribuídas nas classes residencial, industrial, comercial, rural, poder e serviços públicos, iluminação pública e supridas.

As principais obrigações e prerrogativas da Companhia estabelecidas no Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 46/1999, prorrogando a vigência da concessão até 07.07.2045, são: realizar a operação e manutenção das instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do serviço; realizar prestação de serviço adequado; organizar e manter o controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão; gerenciar os recursos financeiros; realizar investimentos necessários à prestação do serviço e expansão do sistema elétrico; obter energia elétrica ao menor custo disponível; prestar contas à Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, conforme previsto em lei; entre outros.

Cabe ao poder concedente e à Aneel: expedir normas, instruções e regulação, as quais serão condições implícitas ao contrato; realizar o acompanhamento e fiscalização do cumprimento do contrato.

A Companhia não atua em outros segmentos, possuindo apenas o segmento de Distribuição.

Em 24.11.2022, a Lei 21.272 do Estado do Paraná autorizou a transformação da Copel em companhia de capital disperso e sem acionista controlador (“Corporação”) por meio de oferta pública secundária de ações e/ou Units de emissão da Copel e propriedade do Controlador. Em 11.08.2023 foi efetuada a liquidação da oferta pública de ações e concluído o processo de transformação da Controladora em companhia de capital disperso e sem acionista controlador (“Corporação”).

Em decorrência deste processo, foram efetuadas as negociações junto a instituições financeiras e realizadas Assembleias Gerais de Debenturistas para deliberar sobre o consentimento para a realização da operação, conforme divulgado nas NEs nº 16.4 e 17.3.

Assim, a partir de 11.08.2023, o Estado do Paraná deixou ser o acionista controlador da Copel e, conseqüentemente, não possui mais o controle indireto das subsidiárias da Copel. Deste modo, a Copel Distribuição fica desobrigada do cumprimento das obrigações previstas na Lei 13.303/16 e demais obrigações aplicáveis às sociedades de economia mista.

No entanto, o Estado do Paraná passou a deter uma ação preferencial de classe especial, criada nos termos da Lei Estadual nº 21.272/2022, que confere, enquanto for titular de ações representativas de, pelo menos, 10% do total de ações emitidas pela Copel, o poder de veto em deliberações da Assembleia Geral que autorizem os administradores a aprovar e executar o Plano Anual de Investimentos da Copel Distribuição, que visem à modificação da denominação e sede da Copel e que alterem as cláusulas do estatuto relacionadas a limitação para que nenhum acionista ou grupo de acionistas venha a exercer votos correspondentes a mais de 10% do total e à celebração de acordos de acionistas para o exercício de direito de voto.

2. Base de Preparação

2.1 Declarações de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão destas Demonstrações Financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 29.02.2024.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, reconhecidos a valor justo, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Copel Distribuição. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e estas revisões são reconhecidas prospectivamente.

2.4.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto aqueles que envolvem estimativas, estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- NE nº 3.1 - Instrumentos financeiros.

2.4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 3.2 e 7 - Ativos e passivos financeiros setoriais;
- NEs nºs 3.3.1 e 8 – Ativos de Concessão;
- NEs nºs 3.3.2 e 9 – Contas a Receber Vinculadas à Concessão;
- NEs nºs 3.3.3 e 13 - Intangível;
- NE nº 3.5 - Redução ao valor recuperável de ativos;
- NEs nºs 3.5.1 e 6.2 – Ativo Financeiro e Perdas de crédito esperadas;
- NEs nºs 3.6 e 23 - Provisões para litígios e passivos contingentes;

- NEs nºs 3.6 e 11.5.2 - Provisão para destinação de crédito de PIS e Cofins;
- NE nº 3.7 – Reconhecimento da Receita;
- NE nº 3.8 – Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;
- NEs nºs 3.9.2 e 11.2 - Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- NEs nºs 3.10 e 18 - Benefícios Pós-emprego; e
- NEs nºs 3.11 e 21 – Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos.

2.5 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de concessão de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; (iii) potencial de geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para cumprimento de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; (iv) histórico dos resultados nos últimos exercícios sociais; e (v) cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Planejamento Estratégico da Companhia o qual é aprovado pela Administração, acompanhado e revisado periodicamente, buscando a perenidade de suas atividades.

Para equacionar a capacidade financeira de curto prazo da Companhia, que apresenta capital circulante líquido negativo, a Administração vem monitorando a evolução da liquidez e adotando ações para equacionamento da capacidade financeira de curto prazo, preservando os programas de investimentos da Companhia, bem como buscando o alongamento da dívida.

3. Políticas Contábeis Materiais

A seguir são apresentadas as informações materiais das políticas contábeis da Companhia.

3.1 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que sejam um contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não possuem cotação disponível no mercado.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos, bem como não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.1.1 Ativos Financeiros

a. Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

b. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

c. Baixas de ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

3.1.2 Passivos Financeiros

a. Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

b. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

c. Baixas de passivos financeiros

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2 Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

A Companhia registra as variações dos Ativos e passivos financeiros setoriais com o objetivo de manter a neutralidade entre os valores faturados das tarifas dos consumidores, para cobertura dos custos de energia, de encargos e outros itens relacionados, e o previsto em cobertura tarifária, conforme termo aditivo ao contrato de concessão das concessionárias de distribuição, aprovado pelo Despacho Aneel nº 4.621/2014 e de acordo com Orientação Técnica OCPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica.

Os Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos são compostos: a) pela Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A - CVA, que registra a variação entre os custos previstos e realizados de aquisição de energia elétrica, de transmissão e encargos setoriais, e b) pelos itens financeiros que correspondem a outros direitos e obrigações integrantes da tarifa.

Os valores são atualizados até o próximo reajuste/revisão tarifária e, após a homologação da Aneel, a nova tarifa é aplicada para o ano tarifário vigente, proporcionando cobrança ou devolução dos ativos e passivos constituídos, os quais passam a ser amortizados.

No caso de extinção da concessão por qualquer motivo, os valores residuais de itens da Conta de Compensação de Valores de itens da “Parcela A” - CVA e outros componentes financeiros, não repassados via tarifa, devem ser incorporados no cálculo da indenização, ficando, portanto, resguardado o direito ou a obrigação do concessionário junto ao Poder Concedente.

3.3 Contrato de concessão

Em consonância ao CPC 04 - Ativos Intangíveis, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão e ao OCPC 05 - Contratos de Concessão, a Companhia aplica estas práticas em razão de deter, junto ao poder concedente, contrato de concessão para a exploração do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica.

A ICPC 01 (R1) é aplicável aos concessionários de serviços públicos quando o Poder Concedente controla ou regula quais serviços o concessionário deve fornecer, para quem, a qual preço, e, ainda, controla qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao, final do período da concessão.

Desta forma, os ativos da infraestrutura são reconhecidos conforme segue.

3.3.1 Ativos de Concessão

Os Ativos de Concessão (ativos de contrato) de que tratam as normas ICPC 01 – Contratos de Concessão e observando o CPC 47/IFRS 15 - Receita de contratos com clientes representam o direito contratual da concessionária relacionado às obras em construção para atendimento às necessidades da concessão, contabilizado ao custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável.

Quando da sua entrada em operação, esses ativos serão transferidos para o Ativo Intangível no montante equivalente ao que será remunerado pelo usuário, mediante pagamento de tarifa pelo uso dos serviços, ou para o Contas a Receber Vinculados à Concessão, no montante equivalente à parcela residual dos ativos não amortizados, que serão revertidos ao poder concedente mediante indenização ao final da concessão.

3.3.2 Contas a receber vinculadas à concessão

Referem-se à indenização prevista no contrato de concessão que, no entendimento da Administração, assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a ser pago pelo Poder Concedente. Essa indenização tem como objetivo reembolsar a Companhia pelos investimentos efetuados em infraestrutura, não recebidos por meio da tarifa, por possuírem vida útil superior ao prazo da concessão. Esses ativos financeiros são classificados como valor justo por meio de resultado.

Os fluxos de caixa vinculados a estes ativos são determinados considerando o valor da base tarifária denominada Base de Remuneração Regulatória – BRR, definida pelo Poder Concedente, e o valor justo é regulado com base na metodologia de custo de reposição dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição vinculada à concessão.

3.3.3 Intangível

Compreende o direito de exploração da infraestrutura, construída ou adquirida sob o regime de concessão do serviço público de energia elétrica, e de cobrar dos usuários o serviço público prestado. É reconhecido pelo custo de aquisição, incluídos os custos de empréstimos, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização desse intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos, com expectativa de amortização durante o prazo da concessão.

A baixa do ativo intangível é realizada na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso. Os ganhos ou as perdas resultantes da alienação de um ativo intangível são reconhecidos no resultado, mensurados com a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo. Durante a fase de construção da infraestrutura, os custos são classificados como Ativos de Concessão (NE 3.3.1).

3.4 Estoque (inclusive do Ativo de Concessão)

Os materiais no almoxarifado, classificados no ativo circulante, e aqueles destinados a investimentos, classificados no Ativo de Concessão, estão registrados pelo custo médio de aquisição. Os valores contabilizados não excedem seus valores de realização.

3.5 Redução ao valor recuperável de ativos – impairment

3.5.1 Ativo Financeiro

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do CPC 48 / IFRS 9 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupados com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo e dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

As contas a receber de clientes são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios para isso incluem, entre outras coisas, a incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com a Companhia ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas.

3.5.2 Ativos não financeiros

Esses ativos são avaliados na data de apresentação das demonstrações financeiras para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras. Em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.6 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Os valores que correspondem à parcela principal da provisão são reconhecidos no resultado operacional ou no ativo e a atualização monetária, se houver, é reconhecida no resultado financeiro.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada durante a fase de implantação do empreendimento, em contrapartida ao ativo de contrato, à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou que a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em nota explicativa quando for provável o reconhecimento de benefícios econômicos futuros, para os ativos, ou quando a probabilidade de saída de recursos for avaliada como possível, no caso dos passivos.

3.7 Reconhecimento da receita

A receita é mensurada na medida em que for provável que benefícios econômicos que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquidas de quaisquer contraprestações variáveis. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto, da infraestrutura ou do serviço ao cliente.

3.7.1 Receita de Fornecimento – Tarifa de Energia (TE)

A receita de fornecimento é suportada pelos contratos de adesão dos consumidores de baixa tensão e contratos de compra de energia regulada para consumidores de média e alta tensão, sendo que o cumprimento da obrigação de desempenho se dá através da entrega de energia elétrica, ocorrida em um determinado período.

O faturamento da energia elétrica vendida é efetuado mensalmente com base na medição realizada conforme calendário de leitura estabelecido pela Companhia, sendo a receita registrada pelo valor justo da contraprestação a ser recebida no momento em que as faturas são emitidas utilizando as tarifas de energia homologadas pela ANEEL.

Para adequação do consumo no período de competência, é registrada receita não faturada calculada entre a data da última leitura e o encerramento do mês, por estimativa, com base na média do último faturamento.

3.7.2 Receita de disponibilidade da rede elétrica - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD)

A Companhia reconhece a receita da disponibilidade da rede elétrica a seus clientes cativos e livres que utilizam os sistemas de distribuição. O faturamento e o registro da receita não faturada são efetuados mensalmente e tem como base a medição realizada. O valor justo da contraprestação é calculado de acordo com tarifa de uso do sistema (TUSD) homologada pela ANEEL.

São registradas ainda, deduzidas da receita de disponibilidade, as compensações pagas aos consumidores cativos, relativas aos indicadores de continuidade individuais DIC, FIC, DMIC e DICRI, os quais indicam a duração e frequência da interrupção de energia, assim como a duração máxima (tolerância) que o consumidor pode ter o fornecimento de energia interrompido. Quando esses indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia, A Companhia efetua o ressarcimento ao cliente em até dois meses após a ocorrência, através de crédito na fatura.

3.7.3 Receita de construção e custo de construção

As receitas relativas a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de distribuição são contabilizadas conforme o estágio de execução. Os respectivos custos são reconhecidos quando incorridos, na demonstração do resultado do exercício, como custo de construção.

Considerando que a Companhia terceiriza a construção de infraestrutura de distribuição com partes não relacionadas, por meio de obras realizadas em curto prazo, a margem de construção para a atividade de distribuição de energia resulta em valores não significativos, o que leva ao não reconhecimento deste valor na receita de construção.

3.7.4 Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto. A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros calculados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

3.8 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia no Mercado de Curto Prazo da CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela Câmara, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD - Preço de Liquidação das Diferenças correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

3.9 Tributos

3.9.1 Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) de cada entidade tributável e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, 15%, acrescidos de 10% sobre o que exceder a R\$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social.

O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

3.9.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, baseada em seu histórico de rentabilidade e na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis aos seus negócios de atuação, constitui crédito fiscal diferido sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo dos tributos e sobre prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores apropriados nas demonstrações financeiras, os quais são reconhecidos somente na medida em que seja provável que exista lucro tributável, para o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais, compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são divulgados por seu valor líquido caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

3.9.3 Outros tributos a recuperar e outras obrigações fiscais

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e Imposto sobre Serviços - ISS das alíquotas vigentes, assim como à tributação pelo Programa de Integração Social - PIS e pela Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da Cofins são apresentados deduzidos dos custos operacionais na demonstração do resultado.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do ICMS, do PIS e da Cofins relacionados às aquisições de bens, são apresentados deduzidos do custo de aquisição dos respectivos ativos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou no não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

3.10 Benefícios Pós-emprego

A Companhia patrocina planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão e plano assistencial (assistência médica e odontológica) para seus empregados ativos e seus dependentes legais.

Os valores desses compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e ativos) são avaliados anualmente por atuário independente, com a data base que coincide com o encerramento do exercício. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com o atuário independente e aprovadas pela Administração da Controladora.

Os ativos dos planos de benefícios são avaliados pelos valores de mercado (marcação a mercado) pela Companhia. O valor do passivo assistencial líquido é reconhecido pelo valor presente da obrigação atuarial, deduzido o valor justo dos ativos do plano. A adoção do método da unidade de crédito projetada agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final.

São utilizadas outras premissas atuariais que levam em conta tabelas biométricas e econômicas, além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação Copel de Previdência e Assistência, entidade que administra estes planos. Ganhos ou perdas atuariais motivados por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

3.11 Arrendamento mercantil

O tratamento contábil de contratos de arrendamentos está em consonância com o CPC 06 (R2) / IFRS 16. Na celebração contratual para fornecimento de bens e serviços, a Companhia avalia se o contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se esse contrato transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período de tempo, em troca de contraprestação. A Companhia adota uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e/ou de ativos de baixo valor.

3.11.1 Direito de uso de ativos

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas, e são ajustados pelas remensurações dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor do passivo de arrendamento reconhecido, os custos iniciais incorridos e os pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, deduzidos os incentivos recebidos. A depreciação desses ativos é realizada linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

3.11.2 Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo custo amortizado dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados.

Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas. A Companhia reconhece separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamentos e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

3.11.3 Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, sem opção de compra e para bens de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.12 Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pelas empresas assim como sua distribuição durante determinado período. É apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações, por não ser uma demonstração prevista e obrigatória conforme as IFRS.

3.13 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2023

A partir de 1º.01.2023 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- CPC 26 / IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS: classificação de passivos como circulantes ou não circulantes e alteração nas divulgações de políticas contábeis;
- CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, substituindo o CPC 11 / IFRS 4;
- CPC 23 / IAS 8: atualização das definições de estimativas contábeis;
- CPC 32 / IAS 12: alterações no tratamento do imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação e atualizações decorrentes das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois (a partir de 1º.01.2023).

3.14 Novas normas que ainda não entraram em vigor

Estarão vigentes, com início em ou após 1º de janeiro de 2024, as alterações nos seguintes pronunciamentos:

- CPC 26 (R1) - Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante; Passivos Não Circulantes com Covenants
- CPC 06 (R2) - Passivo de Arrendamento em uma Transação de Venda e Retroarrendamento
- CPC 03 / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: requisitos para divulgação de acordos de financiamento de fornecedores (a partir de 1º.01.2024);
- CPC 02 / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (a partir de 1º.01.2025);
- CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações contábeis Companhia decorrentes destas alterações de normas.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e bancos conta movimento	133.525	107.767
Aplicações financeiras de liquidez imediata	493.183	322.354
	626.708	430.121

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, sem restrições de uso, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos líquidos de imposto de renda auferidos até a data de encerramento do período e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco), de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro.

Notas Explicativas

As aplicações, dependendo da incidência de IOF e do prazo de liquidez negociado no momento da contratação, são remuneradas entre 100,1% e 102,0% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Títulos e Valores Mobiliários

Categoria	Indexador	31.12.2023	31.12.2022
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	96% a 98% do CDI	1.005	905
		1.005	905
	Não circulante	1.005	905

A Companhia possui títulos e valores mobiliários, cuja finalidade de aplicação é a de garantias de financiamento para o programa Luz para todos, que rendem taxas de juros variáveis, com prazo de até 24 meses a partir do final do período de relatório.

6. Clientes

	Saldos vincendos	Dias vencidos		Saldo 31.12.2023	Saldo 31.12.2022
		até 90	mais de 90		
Consumidores					
Residencial	448.784	234.772	24.386	707.942	513.096
Industrial	179.461	29.314	30.895	239.670	179.008
Comercial	281.313	60.346	24.022	365.681	260.417
Rural	111.185	28.208	2.908	142.301	101.645
Poder público	52.465	4.213	390	57.068	39.106
Iluminação pública	32.790	27	-	32.817	28.328
Serviço público	49.310	502	783	50.595	39.293
Encargos de uso da rede	153.878	7.143	5.412	166.433	158.796
Parcelamento de débitos (6.1)	237.711	30.637	69.151	337.499	403.518
Subsídio baixa renda - Eletrobras	32.031	-	-	32.031	28.342
Receita não faturada	853.662	-	-	853.662	765.878
Outros créditos	90.693	71.871	30.626	193.190	100.995
	2.523.283	467.033	188.573	3.178.889	2.618.422
Suprimento de energia elétrica					
Contratos bilaterais	4.043	-	-	4.043	3.891
CCEE	29.149	-	-	29.149	34.192
Receita não faturada	2.275	-	-	2.275	5.245
	35.467	-	-	35.467	43.328
(-) Perdas de créditos esperadas (6.2)	(19.334)	(40.193)	(76.560)	(136.087)	(122.844)
	2.539.416	426.840	112.013	3.078.269	2.538.906
Circulante	2.434.157	426.840	112.013	2.973.010	2.429.434
Não circulante	105.259	-	-	105.259	109.472

As Contas a receber são compostas pelos valores a receber das receitas faturadas e não faturadas, decorrentes: a) dos serviços de distribuição de energia elétrica, realizados com consumidores cativos, livres, potencialmente livres, concessionárias e permissionárias; b) da participação financeira do consumidor e outros serviços cobráveis; e c) dos valores a receber relativos posição positiva na liquidação mensal da energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

6.1 Parcelamento de débitos

	Saldo 31.12.2023	Saldo 31.12.2022
Residencial	123.889	168.534
Industrial	87.323	92.824
Comercial	141.068	147.678
Rural	10.493	13.871
Poderes públicos	13.142	12.858
Iluminação pública	6.108	11.980
Serviço público	1.685	2.252
(-) Ajuste a valor presente	(46.209)	(46.479)
	337.499	403.518

Notas Explicativas

O parcelamento de débitos vencidos, junto à Copel Distribuição, poderá ser concedido mediante solicitação do consumidor, com base nos critérios e condições que consideram o percentual mínimo de entrada, a quantidade de parcelas, bem como exigências de garantias, a depender do valor do débito.

Os saldos de parcelamentos de débitos, em 31.12.2023, estão a valor presente, e considera o montante a ser descontado, as datas de vencimento das parcelas e a taxa média ponderada de desconto, em 1,22% a.m. (1,10% a.m. em 31.12.2022).

6.2 Perdas / reversões de créditos esperadas

	Saldo em 1º.01.2022	Adições / (reversões)	Perdas	Saldo em 31.12.2022	Adições / (reversões)	Perdas	Saldo em 31.12.2023
Consumidores							
Residencial	50.267	112.457	(100.199)	62.525	42.037	(48.960)	55.602
Industrial	41.227	(22.914)	3.398	21.711	(1.193)	(9.866)	10.652
Comercial	58.296	21.104	(48.764)	30.636	61.408	(26.405)	65.639
Rural	2.960	4.327	(3.460)	3.827	(194)	(300)	3.333
Poder público	381	116	39	536	(927)	717	326
Iluminação pública	11	7	-	18	4	-	22
Serviço público	(27)	2.254	(277)	1.950	(29)	(542)	1.379
Não faturado	2.474	(1.487)	-	987	(270)	-	717
Ajuste a valor presente	(1.504)	(1.146)	-	(2.650)	(1.151)	-	(3.801)
	154.085	114.718	(149.263)	119.540	99.685	(85.356)	133.869
Concessionárias e permissionárias	4.001	3.760	(4.457)	3.304	(499)	(587)	2.218
	158.086	118.478	(153.720)	122.844	99.186	(85.943)	136.087

As perdas de créditos esperadas são apresentadas, nas Demonstrações de Resultados, em despesas com vendas. As estimativas para perdas de crédito esperadas de clientes são mensuradas conforme critérios divulgados na NE nº 3.5.1, e sua constituição é suficiente para absorver qualquer provável perda na liquidação dos créditos de difícil recebimento.

A exposição da Companhia ao risco de crédito relacionado a Clientes está divulgada na NE nº 28.2.1.b.

7. Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

Os Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos compreendem o resultado das operações que envolvem itens da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A - CVA, bem como outros componentes financeiros relativos a outros direitos e obrigações, e que configuram os custos não gerenciáveis repassados aos consumidores através da tarifa fixada para o período de vigência.

As oscilações de mercado, preço, determinações legais, entre outros, impactam nos custos efetivamente realizados que, comparados à cobertura tarifária, geram diferenças a serem consideradas quando do reajuste tarifário futuro, após aprovação da Aneel. Ao longo do ciclo tarifário, as diferenças, positivas ou negativas, são atualizadas monetariamente e reconhecidas no resultado (NE 25 e 27). São amortizados os valores constituídos no ciclo anterior e homologados no reajuste.

7.1 Mutação dos ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

	31.12.2023			31.12.2022		
	Saldos a amortizar	Próximos reajustes	Total	Saldos a amortizar	Próximos reajustes	Total
Ciclo 2021-2022	-	-	-	(433.914)	-	(433.914)
Ciclo 2022-2023	(476.103)	-	(476.103)	-	381.398	381.398
Ciclo 2023-2024	-	30.946	30.946	-	(24.670)	(24.670)
Ciclo 2024-2025	-	(27.888)	(27.888)	-	(24.671)	(24.671)
Total	(476.103)	3.058	(473.045)	(433.914)	332.057	(101.857)
Ativo Circulante			15.473			190.699
Ativo Não Circulante			15.473			190.699
Passivo Circulante			(476.103)			(433.914)
Passivo Não Circulante			(27.888)			(49.341)

Notas Explicativas

	Saldo em	Receita Operacional		Resultado financeiro	Balanco Patrimonial	Bandeiras tarifárias	Saldo em
	1º.01.2023	Constituição	Amortização	Atualização	Constituição		31.12.2023
CVA							
Energia elétrica para revenda - Itaipu	819.647	(70.066)	(702.517)	59.495	-	-	106.559
Transporte de energia pela rede básica	253.765	540.084	(244.243)	51.550	-	-	601.156
Transporte de energia de Itaipu	10.706	50.824	(10.188)	3.251	-	-	54.593
Energia elétrica comprada para revenda	(582.060)	(444.221)	555.568	(86.563)	-	112	(557.164)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	200.494	(55.037)	(149.314)	5.138	-	-	1.281
Proinfa	42.079	(32.344)	(22.660)	(1.569)	-	-	(14.494)
Encargos de Serviços do Sistema - ESS	227.330	271.566	(323.495)	23.651	-	(56.570)	142.482
	971.961	260.806	(896.849)	54.953	-	(56.458)	334.413
Componentes Financeiros							
Risco hidrológico	(524.807)	(431.385)	504.007	(23.216)	-	-	(475.401)
Devoluções de créditos Pts/Cofins (a)	(765.573)	-	1.525.351	-	(1.462.673)	-	(702.895)
Devoluções tarifárias	(175.460)	(92.589)	96.560	(10.118)	-	-	(181.607)
Neutralidade	98.598	(41.000)	(79.292)	2.072	-	-	(19.622)
Sobrecontratação	436.325	327.874	(176.556)	46.848	-	(297)	634.194
Bônus Itaipu	4.943	(68)	(66.026)	(1.076)	58.984	-	(3.243)
Compensação acordos bilaterais CCEAR	(186)	-	186	-	-	-	-
Conta escassez hídrica (b)	(71.188)	-	71.188	-	-	-	-
CDE Eletrobrás (c)	(184.099)	165.167	24.583	(8.336)	(39.195)	-	(41.880)
Demais	107.629	(13.446)	(108.315)	(2.872)	-	-	(17.004)
	(1.073.818)	(85.447)	1.791.686	3.302	(1.442.884)	(297)	(807.458)
	(101.857)	175.359	894.837	58.255	(1.442.884)	(56.755)	(473.045)
Ativo circulante	190.699						15.473
Ativo não circulante	190.699						15.473
Passivo circulante	(433.914)						(476.103)
Passivo não circulante	(49.341)						(27.888)

	Saldo em	Receita Operacional		Resultado financeiro	Balanco Patrimonial	Bandeiras tarifárias	Saldo em
	1º.01.2022	Constituição	Amortização	Atualização	Constituição		31.12.2022
CVA							
Energia elétrica para revenda - Itaipu	1.286.966	344.731	(914.567)	102.517	-	-	819.647
Transporte de energia pela rede básica	180.521	213.106	(152.329)	12.467	-	-	253.765
Transporte de energia de Itaipu	14.018	8.125	(11.823)	386	-	-	10.706
Energia elétrica comprada para revenda	(475.842)	(540.360)	429.160	(36.150)	-	41.132	(582.060)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(18.786)	392.608	(201.781)	28.453	-	-	200.494
Proinfa	10.501	77.631	(53.234)	7.181	-	-	42.079
Encargos de Serviços do Sistema - ESS	531.280	417.466	(324.194)	46.467	-	(443.689)	227.330
	1.528.658	913.307	(1.228.768)	161.321	-	(402.557)	971.961
Componentes Financeiros							
Risco hidrológico	(604.152)	(463.625)	570.582	(27.612)	-	-	(524.807)
Devoluções de créditos Pts e Cofins (a)	(337.350)	-	1.164.877	-	(1.593.100)	-	(765.573)
Devoluções tarifárias	(198.997)	(66.898)	101.685	(11.250)	-	-	(175.460)
Neutralidade	81.177	94.338	(81.461)	4.544	-	-	98.598
Sobrecontratação	(78.596)	522.321	53.319	15.421	-	(76.140)	436.325
Bônus Itaipu	(26.450)	46.914	(6.240)	(4.568)	(4.713)	-	4.943
Compensação acordos bilaterais CCEAR	(184)	(239)	385	(148)	-	-	(186)
Conta escassez hídrica (b)	-	-	76.949	(2.293)	(145.844)	-	(71.188)
CDE Eletrobrás (c)	-	165.215	-	(13.803)	(335.511)	-	(184.099)
Demais	110.196	86.068	(100.866)	13.935	(1.701)	-	107.632
	(1.054.357)	384.094	1.779.230	(25.774)	(2.080.869)	(76.140)	(1.073.815)
	474.301	1.297.401	550.462	135.547	(2.080.869)	(478.697)	(101.854)
Ativo circulante	383.740						190.699
Ativo não circulante	383.740						190.699
Passivo circulante	(139.770)						(433.914)
Passivo não circulante	(153.409)						(49.341)

a. Crédito de PIS e COFINS

No processo de reajuste tarifário anual em 2022, a Companhia destinou R\$ 1,593 bilhão relativos à ação judicial referente à exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e Cofins (NE nº 11.5.1). Em 2023, o valor corresponde a R\$ 1,463 bilhão (Resolução Homologatória nº 3.209/2023).

b. Conta Escassez Hídrica

Diante da situação de escassez hídrica, em 2021, uma das medidas governamentais destinadas para amenizar os impactos financeiros no setor elétrico, foi a contratação de operação financeira para cobrir, total ou parcialmente os custos adicionais temporariamente assumidos pelas distribuidoras no período (Decreto nº 10.939/2022). Os recursos foram alocados na Conta Escassez Hídrica (Resolução Normativa nº 1.008/2022 da Aneel).

Em 09.05.2022 a Copel Distribuição recebeu o montante de R\$ 145.844, reconhecido como um componente financeiro, reduzindo a tarifa no reajuste tarifário anual (RTA) de 2022, a ser devolvido em 4 anos, a partir do RTA de 2023. Assim, o valor passou a ser recolhido mensalmente para a CDE Conta escassez hídrica, em quotas homologadas pela Aneel, desde junho/2023 (NE 25.3.1).

c. CDE Eletrobrás

A desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás (Lei nº 14.182 de 12.07.2021), produziu um benefício ao consumidor de energia elétrica, na medida em que foram repassados à modicidade tarifária o correspondente a 50% do valor adicionado proveniente da bonificação pela outorga dos contratos de concessão renovados das hidrelétricas da Eletrobrás (Resolução CNPE nº 15/2021 de 31.08.2021). O montante destinado à Copel Distribuição no processo de reajuste tarifário em junho/2022 foi de R\$ 335.511, sendo este recurso recebido pela Companhia em 29.07.2022.

8. Ativos de Concessão

	Ativo	Obrigações especiais	Total
Em 1º.01.2022	1.851.866	(53.671)	1.798.195
Adições	2.092.117	-	2.092.117
Participação financeira do consumidor	-	(243.916)	(243.916)
Transferências para o intangível (NE 13)	(1.332.118)	194.794	(1.137.324)
Transferências de/para contas a receber vinculadas à concessão (NE 9)	(197.912)	29.840	(168.072)
Baixas	(8.829)	-	(8.829)
Em 31.12.2022	2.405.124	(72.953)	2.332.171
Adições	2.305.741	-	2.305.741
Participação financeira do consumidor	-	(339.277)	(339.277)
Transferências de propriedades para investimentos	21	-	21
Transferências para o intangível (NE 13)	(1.889.379)	273.071	(1.616.308)
Transferências para contas a receber vinculadas à concessão (NE 9)	(507.401)	56.151	(451.250)
Transferências para bens destinados a alienação	(12.412)	-	(12.412)
Baixas	(16.728)	-	(16.728)
Em 31.12.2023	2.284.966	(83.008)	2.201.958

Os Ativos de Concessão são compostos por obras em andamento relacionadas principalmente com a construção e ampliação de subestações, linhas e redes de distribuição, e equipamentos de medição, mensurados ao custo histórico, líquidos das Obrigações Especiais.

À medida que essas obras são concluídas, os valores desses direitos são transferidos ao Ativo Intangível (NE nº 13) ou a Contas a Receber Vinculados à Concessão (NE nº 9), conforme a forma da remuneração. Durante a fase de construção são capitalizados os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures, sendo:

	31.12.2023	31.12.2022
Encargos financeiros capitalizados	19.041	17.903
Taxa média	0,32%	0,38%

9. Contas a Receber Vinculadas à Concessão

Em 1º.01.2022	1.200.708
Transferências de ativos de concessão (NE 8)	168.072
Transferência para outros créditos (bens destinados a alienação)	(5.048)
Reconhecimento do valor justo	79.169
Baixas	(82)
Em 31.12.2022	1.442.819
Transferências de ativos de concessão (NE 8)	451.250
Transferência para outros créditos (bens destinados a alienação)	(1.287)
Reconhecimento do valor justo	62.166
Baixas	(269)
Em 31.12.2023	1.954.679

O ativo financeiro registrado no Contas a receber vinculadas à concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público cuja vida útil do bem supera o prazo da concessão, e que, conforme previsão contratual, são indenizados ao final da concessão.

10. Outros Créditos

	31.12.2023	31.12.2022
Serviços em curso (a)	241.957	263.433
Repasse CDE (b)	133.375	83.649
Bandeira tarifária - CCRBT (NE 25.3.2)	9.273	8.711
Alienações e desativações em curso	44.970	31.831
Adiantamento a empregados	10.167	11.983
Adiantamento para indenizações imobiliárias	617	4.406
Crédito Bônus redução voluntária de consumo	2.917	2.917
Outros créditos	37.182	16.552
	480.458	423.482
Circulante	435.620	408.462
Não circulante	44.838	15.020

a. Serviços em curso

Os Serviços em curso se referem, em sua maioria, aos gastos relacionados aos projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Programa de Eficiência Energética - PEE em execução que, após sua conclusão, são compensados com o respectivo passivo (NE nº 20).

b. Repasse - Subvenções CDE

O saldo representa valores a serem repassados à Companhia para cobertura dos descontos tarifários incidentes sobre as tarifas, definidos na Lei nº 10.438/2002 e Decreto nº 7.891/2013, cujos recursos são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE. Os valores são estipulados no Reajuste/Revisão Tarifária Anual e correspondem, para a Copel Distribuição, ao período de junho do ano atual a maio do próximo ano. Mensalmente, a Companhia constitui estimativa de diferenças a serem compensadas no próximo reajuste tarifário.

Composição do saldo:

	31.12.2023	31.12.2022
Repasse CDE cota mensal	55.116	43.613
Diferenças a receber durante o ciclo tarifário 2023-2024	31.508	24.428
Estimativa diferenças a receber	46.751	15.608
	133.375	83.649

Notas Explicativas

Valores das cotas para os períodos:

	Previsão	Ajuste	Repassamento mensal
Resolução Homologatória nº 3.209/2023 - período junho/23 a maio/24	55.116	5.251	60.367
Resolução Homologatória nº 3.049/2022 - período junho/22 a maio/23	43.613	4.071	47.684
Resolução Homologatória nº 2.886/2021 - período junho/21 a maio/22	45.019	2.642	47.661

11. Tributos

11.1 Imposto de renda e contribuição social

	31.12.2023	31.12.2022
Ativo circulante		
IR e CSLL a compensar	40.913	104.121
IR e CSLL a compensar com o passivo	(39.656)	(8.724)
	1.259	95.397
Ativo não circulante		
IR e CSLL a recuperar	66.123	19.723
	66.123	19.723
Passivo circulante		
IR e CSLL a recolher	30.998	14.662
IR e CSLL a compensar com o ativo	(30.998)	(14.662)
	-	-

11.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

11.2.1 Mutação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 1º.01.2022	Resultado	Resultado abrangente	Saldo em 31.12.2022	Resultado	Resultado abrangente	Saldo em 31.12.2023
Ativo não circulante							
Provisões para litígios	229.397	(11.462)	-	217.935	(50.151)	-	167.784
Provisão destinação de crédito de PIS/Cofins	-	629.427	-	629.427	19.984	-	649.411
Benefícios pós-emprego	288.944	13.821	(61.692)	241.073	9.137	92.587	342.797
Provisão para P&D e PEE	133.866	(8.259)	-	125.607	(59.818)	-	65.789
Perdas de créditos esperadas	54.650	(12.694)	-	41.956	4.205	-	46.161
INSS - liminar sobre depósito judicial	56.458	5.395	-	61.853	5.795	-	67.648
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	(1)	65.618	-	65.617	(34.207)	-	31.410
Provisão para perdas tributárias	11.279	-	-	11.279	-	-	11.279
Passivo de arrendamentos	34.276	16.568	-	50.844	(3.509)	-	47.335
Provisão para participação nos lucros	69.115	(58.354)	-	10.761	15.258	-	26.019
Programa Prêmio Desempenho empregados	12.407	(12.407)	-	-	12.759	-	12.759
Instrumentos financeiros	12.637	3.166	-	15.803	(92)	-	15.711
Programa de desligamentos voluntários	11.581	(11.581)	-	-	135.066	-	135.066
Outros	27.920	11.143	-	39.063	(7.425)	-	31.638
	942.529	630.381	(61.692)	1.511.218	47.002	92.587	1.650.807
(-) Passivo não circulante							
Contratos de concessão	185.070	18.625	-	203.695	9.885	-	213.580
Atualização de depósitos judiciais	29.528	4.283	-	33.811	6.601	-	40.412
Direito de uso de ativos	33.203	16.000	-	49.203	(4.347)	-	44.856
Custo transação s/ empréstimos e debêntures	12.088	5.905	-	17.993	5.837	-	23.830
Outros	3.459	-	-	3.459	-	-	3.459
	263.348	44.813	-	308.161	17.976	-	326.137
Líquido	679.181	585.568	(61.692)	1.203.057	29.026	92.587	1.324.670
Ativo apresentado no BP				1.203.057			1.324.670

11.3 Projeção de realização dos créditos fiscais diferidos

A projeção da realização dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo e passivo não circulantes está baseada no período de realização de cada item constante do ativo e passivo diferido, prejuízo fiscal e base negativa, baseadas de acordo com nas projeções de resultados futuros. Estas projeções foram apreciadas pelo Conselho Fiscal e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 29.02.2024.

Notas Explicativas

Os critérios utilizados para a realização de cada item estão relacionados com a previsibilidade de realização do valor principal que originou a diferença temporária. Quando a expectativa de realização do item é de difícil previsão, principalmente por não ser de controle da Companhia, tais como provisões para litígios, a Companhia adota históricos de realização para projetar sua realização futura.

Seguem os itens que foram base para constituição dos principais créditos da Companhia, bem como sua forma de realização:

- Provisão para destinação de crédito Pis/Cofins: serão realizados a medida do repasse dos valores nos processos de revisão e reajuste tarifário homologados pelo órgão regulador, caso ocorra, ou pela reversão da respectiva provisão;
- Benefícios pós-emprego: serão realizados conforme os pagamentos sejam efetuados à Fundação Copel ou revertidos conforme novas estimativas atuariais;
- Provisões para litígios: realizados conforme ocorram as decisões judiciais ou pela reversão quando da possível revisão do risco das ações;
- Provisões de P&D e PEE: realizados conforme a aplicação dos gastos nos projetos;
- Contrato de concessão: realizados no decorrer do prazo do contrato;
- Prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social: recuperados pela compensação com lucros tributários futuros, considerando o limite estabelecido na legislação;

Os demais valores constituídos serão realizados quando atenderem aos critérios de dedutibilidade previstos na legislação fiscal ou por eventual reversão dos valores registrados.

	Ativo	Passivo
2023	446.900	(12.809)
2024	603.912	(22.640)
2025	122.395	(21.632)
2026	46.926	(10.635)
2027	27.786	(7.595)
2028 a 2030	65.318	(18.572)
Após 2031	337.570	(232.254)
	1.650.807	(326.137)

11.4 Outros tributos a recuperar e outras obrigações fiscais

	31.12.2023	31.12.2022
Ativo circulante		
ICMS a recuperar	141.800	116.354
PIS/Pasep e Cofins a compensar - Ação jud. exclusão ICMS da base	777.481	1.148.897
PIS/Pasep e Cofins a compensar - Outros	3.120	4.088
(-) PIS/Pasep e Cofins a compensar com o passivo	-	(91.198)
Outros tributos a compensar	48	51
	922.449	1.178.192
Ativo não circulante		
ICMS a recuperar	187.235	132.579
PIS/Pasep e Cofins a compensar - Ação jud. exclusão ICMS da base	1.888.383	2.335.720
PIS/Pasep e Cofins a compensar - Outros	11.629	769
Outros tributos a compensar	48.135	33.198
	2.135.382	2.502.266

Notas Explicativas

	31.12.2023	31.12.2022
Passivo circulante		
ICMS a recolher (NE 11.4.2)	175.596	107.642
Programa Especial de Regularização Tributária - Pert (b)	62.420	57.046
Parcelamento ICMS (NE 11.4.1)	11.365	10.437
Outros tributos	3.955	7.183
	253.336	182.308
Passivo não circulante		
INSS a recolher - liminar sobre depósito judicial (a)	198.959	181.914
Programa Especial de Regularização Tributária - Pert (b)	317.304	347.029
Parcelamento ICMS (NE 11.4.1)	29.921	37.883
	546.184	566.826

- a. Pagamento suspenso por liminar relativo a INSS sobre remuneração a título de: i) afastamento de empregado por motivos de doença ou acidente, nos primeiros 15 dias; e ii) 1/3 constitucional sobre férias gozadas. Os valores estão sendo depositados em juízo.
- b. A Companhia aderiu, em 2017, ao Pert (MP nº 783/2017 e IN nº 1711/2017), em decorrência da alteração da forma de tributação sobre os Ativos e passivos financeiros setoriais para regime de competência, antes realizada pelo regime de faturamento, conforme entendimento da Receita Federal (Solução de Consulta Cosit nº 101/2016). A operação resultou no pagamento de 20% do débito e, a partir de janeiro de 2018, pagamento do saldo em 145 parcelas mensais de R\$ 3.572, corrigidos pela Selic.

11.4.1 Programa de parcelamento incentivado de créditos tributários de ICMS do PR

Em 27.09.2022 a Companhia aderiu ao parcelamento de créditos tributários de ICMS, instituído pelo estado do Paraná através da Lei Estadual nº 20.946/2021, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 10.766/2022, no qual inscreveu, em seu relatório de situação fiscal, débitos que totalizavam R\$ 92.249, atualizados até setembro de 2022 com os encargos de multa, juros e atualização monetária.

Com a adesão, a Companhia obteve o benefício de R\$ 41.696 referente à redução nos encargos moratórios, restando um saldo consolidado da dívida de R\$ 50.553, a ser pago em 60 meses até setembro de 2027, conforme regulamento do referido programa. A Companhia vem pagando regularmente as parcelas mensais, atualizadas pela taxa Selic.

11.4.2 ICMS sobre operações de energia elétrica

Em 23.06.2022 foi publicada a Lei Complementar nº 194/2022 que vedou a fixação de alíquotas de ICMS sobre operações de energia elétrica em patamar superior ao das operações em geral, considerada a essencialidade dos bens e serviços relacionados. Ainda, estabeleceu que o ICMS não incide sobre os serviços de transmissão e distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica. Em atendimento a lei, e após pronunciamentos dos fiscos estaduais, em setembro de 2022 a Companhia implantou as mudanças necessárias para o devido atendimento à legislação.

No entanto, em 09.02.2023, o STF concedeu aos Estados em decisão liminar, nos autos da ADI 7195, a suspensão do artigo que excluiu tais itens da parcela tributada da fatura de energia elétrica. Considerando tal decisão, a Companhia reestabeleceu a tributação do ICMS sobre os referidos serviços e encargos setoriais. Em 03.03.2023, a medida liminar foi referendada pelo Plenário do STF. O mérito da referida ADI encontra-se pendente de julgamento.

11.5 Crédito de PIS e Cofins sobre ICMS

Em 12.08.2009, a Copel Distribuição impetrou mandado de segurança nº 5032406-35.2013.404.7000 perante a 3ª Vara Federal de Curitiba requerendo a concessão de ordem para deixar de incluir o ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins. Em 16.06.2020, transitou em julgado acórdão no qual a 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região reconheceu o direito da Companhia de excluir da base de cálculo do PIS e da Cofins o valor integral do ICMS destacado nas notas fiscais de saída.

Notas Explicativas

O acórdão também reconheceu que a prescrição, neste caso, é quinquenal e que, portanto, a Copel Distribuição tem o direito a ressarcir-se dos valores pagos a partir dos cinco anos anteriores ao ajuizamento do mandado de segurança até a data da decisão transitada em julgado.

A partir desta decisão favorável, a Companhia reconheceu o crédito tributário atualizado no ativo, que, após a habilitação dos créditos junto à Receita Federal, vem sendo recuperado através da compensação com tributos a recolher desde junho de 2021, para o crédito da Cofins, e desde janeiro de 2024 para o crédito do PIS.

Em 13.05.2021, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos embargos de declaração opostos pela União Federal no Recurso Extraordinário 574.706/PR, dando parcial provimento nos seguintes termos: (i) no ponto relativo ao ICMS excluído da base de cálculo do PIS e da Cofins, prevaleceu o entendimento de que se trata do ICMS destacado; e (ii) modular os efeitos do julgado cuja produção haverá de se dar após 15.03.2017, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data da sessão em que proferido o julgamento. Sendo assim a decisão final sobre essa matéria não impactou o trânsito em julgado da ação a favor da Copel Distribuição, mantendo o tratamento e valores registrados.

O quadro a seguir demonstra a movimentação do ativo até 31.12.2023:

Em 31.12.2021	4.355.265
Atualização monetária	294.952
Compensação com tributos a recolher	(1.165.601)
Em 31.12.2022	3.484.616
Atualização monetária	256.492
Compensação com tributos a recolher	(1.075.244)
Em 31.12.2023	2.665.864
Circulante	777.481
Não Circulante	1.888.383

A atualização monetária corresponde ao acréscimo de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), sobre o valor principal do tributo, conforme previsto no art. 148 da IN RFB nº 2055, de 06.12.2021.

O ativo continuará sendo compensado com futuros débitos de tributos federais, respeitando os limites estabelecidos pela legislação tributária vigente.

11.5.1 Passivo a restituir aos consumidores

A Companhia, com o auxílio de seus assessores legais, registrou passivo a restituir para os consumidores referente à recuperação de crédito tributário dos últimos 10 anos, a contar da data do trânsito em julgado da ação, considerando a legislação vigente, o prazo prescricional definido no código civil e a jurisprudência dos tribunais.

Em 09.02.2021, a Aneel abriu a Consulta Pública nº 05/2021 voltada a discutir a forma de devolução dos créditos tributários para os consumidores propondo que os montantes a serem devolvidos a cada ciclo tarifário (créditos junto à Receita Federal do Brasil, somados a eventuais depósitos judiciais já recebidos pela concessionária/permissionária) sejam abatidos na fatura de energia elétrica, por meio de rateio pelo conjunto de consumidores.

Adicionalmente, o Despacho Aneel nº 361/2021 estabeleceu que diante de situações excepcionais, nas quais haja possibilidade de aumento tarifário expressivo, poderá ser utilizada parte dos créditos do PIS e da Cofins antecipadamente à conclusão da consulta pública, limitada a 20% do total envolvido nas ações judiciais impetradas pelas distribuidoras.

No reajuste tarifário de 24.06.2023 o total de R\$ 1.462.673 (R\$ 1.593.100 em junho/2022), com efeito redutor, foi considerado como item financeiro, de modo que este saldo foi transferido para a conta de passivos financeiros setoriais.

O quadro a seguir demonstra a movimentação do saldo até 31.12.2023:

Em 31.12.2021	3.326.795
Atualização monetária	273.601
(-) PIS/COFINS sobre atualização	(12.139)
(-) Transferência para passivos financeiros setoriais	(1.593.100)
Em 31.12.2022	1.995.158
Atualização monetária	210.311
(-) PIS/COFINS sobre atualização	(11.070)
(-) Transferência para passivos financeiros setoriais	(1.462.673)
Em 31.12.2023	731.726
Circulante	558.591
Não Circulante	173.135

O saldo do Passivo será restituído ao consumidor, à medida que os créditos tributários no ativo sejam compensados.

11.5.2 Provisão para destinação de crédito de Pis e Cofins

Em 27.06.2022, foi promulgada a Lei Federal nº 14.385 que disciplina a destinação de valores de tributos cobrados a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica, em razão da cobrança do PIS e da Cofins sobre o ICMS, reconhecida pelo poder judiciário como indevida.

Conforme detalhado anteriormente nesta nota, a Copel Distribuição teve reconhecido o direito de excluir o valor integral do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins e já efetuou o repasse aos consumidores de parte destes valores, por meio de reduções via componente tarifário nos reajustes tarifários homologados pela Aneel.

Neste contexto, apesar da ausência de regulamentação desta Lei, baseada na revisão de avaliação do risco realizada pela Administração e suportada nas opiniões de assessores legais, a Copel Distribuição decidiu reconhecer provisão adicional, sem efeito caixa imediato, referente ao período compreendido entre o 11º e o 16º ano da data do trânsito em julgado da ação.

Deste modo, em 30.06.2022 foram efetuados os registros de R\$ 810.563 de provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins e de R\$ 1.011.370 de atualização monetária, totalizando R\$ 1.821.933.

A Administração da Copel Distribuição entende que a restituição aos consumidores está limitada aos valores de crédito tributário dos últimos 10 anos a contar da data do trânsito em julgado da ação e, portanto, está avaliando as medidas cabíveis, inclusive judiciais, considerando a proteção conferida à coisa julgada, bem como os prazos de prescrição e decadência aplicáveis.

Em 12.12.2022, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - Abradee ingressou no Supremo Tribunal Federal - STF com Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI questionando a Lei nº 14.385/2022. O julgamento foi incluso nas sessões virtuais de 10.11.2023 a 20.11.2023 e, após o voto do ministro relator, que julgou improcedente o pedido formulado na ação direta, o processo foi destacado para julgamento em plenário físico, ainda não realizado. A Companhia aguarda o desdobramento da referida ADI.

O quadro a seguir demonstra a movimentação do Passivo até 31.12.2023:

Notas Explicativas

Em 1º.01.2022	-
Constituição da provisão para destinação de crédito de PIS e Cofins	810.563
Atualização monetária - reconhecimento inicial	1.011.370
Atualização monetária - julho a dezembro/2022	29.324
Em 31.12.2022	1.851.257
Atualização monetária - janeiro a dezembro/2023	58.518
Em 31.12.2023	1.909.775
Não Circulante	1.909.775

Eventual destinação desta provisão ocorrerá somente após os créditos tributários do ativo serem compensados.

11.6 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	627.489	(685.243)
IRPJ e CSLL (34%)	(213.346)	232.983
Efeitos fiscais sobre:		
Juros sobre o capital próprio	78.132	120.531
Despesas indedutíveis	(13.335)	(23.248)
Incentivos fiscais	2.917	3.798
Atualização Selic sobre Indébitos Tributários	87.207	100.283
Outros	57	21.118
IRPJ e CSLL correntes	(87.394)	(130.103)
IRPJ e CSLL diferidos	29.026	585.568
Alíquota efetiva - %	9,3%	66,5%

11.7 Reforma Tributária do consumo

Em 20.12.2023, a Emenda Constitucional – EC 132 aprovou a reforma tributária do consumo, que substitui cinco tributos (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) por um Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) Dual de padrão internacional, formado pela Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS, federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, de estados e municípios.

A reforma cria ainda o Imposto Seletivo, de caráter regulatório, com o objetivo de desestimular o consumo de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

Conforme a EC, os novos tributos terão início de vigência em 2026 (ano de “calibragem”), com a implantação completa a partir de 2033, encerrando-se a vigência dos atuais tributos até 2032. A aplicação dos novos tributos contará com regras gerais de não cumulatividade plena (creditamento amplo), regras equivalentes para os IBS e CBS, alíquotas equalizadas (ressalvados benefícios de redução específicos), base de incidência ampla, tributação no destino e cálculo por fora. Conforme previsto no texto da EC, haverá ainda a necessidade de regulamentações através de leis complementares que deverão ocorrer durante no ano de 2024.

Considerando as regras definidas até o momento as regras gerais estabelecidas no nível da referida EC, ainda não é possível determinar com exatidão os impactos finais da referida reforma para a Companhia. No entanto, considerando a atuação da Companhia em negócios regulados, com preços e tarifas sujeitos a cláusulas contratuais de reequilíbrio econômico-financeiro, a Companhia espera que a implantação dos novos tributos não gere impacto relevante em seus resultados futuros.

12. Depósitos Judiciais

	31.12.2023	31.12.2022
Fiscais	266.464	245.792
Trabalhistas	65.405	97.958
Cíveis		
Cíveis	25.538	24.010
Servidões de passagem	17.270	11.771
Consumidores	5.724	4.862
	48.532	40.643
Outros	32	32
	380.433	384.425

Depósitos judiciais são registrados inicialmente pelo montante depositado e acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis, os quais são reconhecidos no resultado financeiro.

Do saldo apresentado, o montante de R\$ 198.959 em 31.12.2023 (R\$ 181.914 em 31.12.2022) refere-se ao questionamento judicial da incidência da contribuição previdenciária (INSS a recolher) sobre determinadas verbas salariais. O passivo está registrado em Outras Obrigações Fiscais (NE nº 11.4).

13. Intangível

	em serviço	Obrigações especiais	Total
Em 1º.01.2022	9.330.317	(2.734.133)	6.596.184
Transferências de ativos de concessão (NE 8)	1.332.118	(194.794)	1.137.324
Transferências de propriedades para investimentos	(955)		(955)
Quotas de amortização - concessão (a)	(574.735)	153.504	(421.231)
Baixas	(53.494)		(53.494)
Em 31.12.2022	10.033.251	(2.775.423)	7.257.827
Transferências de ativos de concessão (NE 8)	1.889.379	(273.071)	1.616.308
Transferências de propriedades para investimentos	48	-	48
Transferências para outros créditos (bens destinados a alienação)	(45)	-	(45)
Quotas de amortização - concessão (a)	(641.966)	163.877	(478.089)
Baixas	(78.722)	-	(78.722)
Em 31.12.2023	11.201.945	(2.884.617)	8.317.327

(a) Amortização durante o período de concessão a partir da transferência para intangível em serviço ou da vida útil dos ativos, dos dois o menor. A taxa média anual de amortização do Ativo Intangível é de 4,0%.

O Ativo Intangível compreende os ativos em serviço, referente à parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, líquidos das Obrigações Especiais. Essas representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, da União, Estados e Municípios, destinados a investimentos em empreendimentos vinculados à concessão, e não configuram passivos onerosos ou créditos do acionista.

14. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	31.12.2023	31.12.2022
Obrigações sociais		
Impostos e contribuições sociais	28.794	25.354
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	5.057	4.676
	33.851	30.030
Obrigações trabalhistas		
Folha de pagamento, líquida	27	32.196
Férias e 13º Salário	51.557	59.125
Provisões para prêmio por desempenho e participação nos lucros	114.815	31.919
Programa de desligamentos voluntários	396.903	1.417
Outros	7	295
	563.309	124.952
	597.160	154.982
Circulante	597.160	154.982

15. Fornecedores

	31.12.2023	31.12.2022
Materiais e serviços	446.259	443.235
Energia elétrica comprada para revenda	851.397	767.185
Energia de curto prazo CCEE	37.184	43.156
Encargos de uso da rede elétrica	270.271	194.391
	1.605.111	1.447.967
Circulante	1.605.111	1.447.967

16. Empréstimos e Financiamentos

Contrato	Destinação	Garantias	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Pagamento de encargos	Encargos financeiros do contrato a.a.	Taxa efetiva de juros a.a.	Valor do contrato	31.12.2023	31.12.2022
MOEDA NACIONAL											
Banco do Brasil											
CCB 265.901.903	Capital de giro.	Cessão de créditos.	29.06.2022	2	24.06.2025	Trimestral	DI + spread 1,25%	DI + spread 2,14%	750.000	751.096	751.671
										751.096	751.671
Caixa Econômica Federal											
415.855-22/14	Programa de Eletrificação Rural - Luz para Todos.	Receita própria; emissão de notas promissórias e duplicatas de venda mercantil.	31.03.2015	120	08.12.2026	Mensal	6,0%	-	16.984	5.748	7.664
										5.748	7.664
BNDES											
14205611-C	Preservação de negócios, melhorias, suporte operacional e investimentos gerais em expansão e consolidação de projetos e programas de Investimentos Sociais de Empresas (ISE)	Fiança da Copel; cessão fiduciária de receitas e direitos indenizatórios da concessão.	15.12.2014	113	15.06.2024	Mensal	6,0%	-	78.921	3.919	11.757
										3.919	11.757
Total moeda nacional										760.763	771.092
Valor bruto									Valor bruto	760.763	771.092
(-) Custo de transação									(-) Custo de transação	(10.043)	(13.084)
Valor líquido									Valor líquido	750.720	758.008
Circulante									Circulante	375.135	6.203
Não Circulante									Não Circulante	375.585	751.805

16.1 Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador

	31.12.2023	%	31.12.2022	%
Moeda nacional - indexadores ao final do período (%)				
CDI	741.053	98,71	738.587	97,44
Sem indexador (taxa fixa anual)	9.667	1,29	19.421	2,56
	750.720	100,00	758.008	100

16.2 Vencimentos das parcelas

31.12.2023	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida Líquida
Curto prazo (até 31.12.2024)	381.945	(6.810)	375.135
2025	376.909	(3.233)	373.676
2026	1.909	-	1.909
Longo prazo	378.818	(3.233)	375.585

16.3 Mutação de empréstimos e financiamentos

	Circulante	Não circulante	Moeda estrangeira	Circulante	Não circulante	Moeda nacional	Total
Em 1º.01.2022	1.299	149.271	150.570	9.814	19.363	29.177	179.747
Ingressos	-	-	-	-	750.000	750.000	750.000
Encargos	956	-	956	70.178	-	70.178	71.134
(-) Custos de Transação	-	-	-	-	(15.578)	(15.578)	(15.578)
Variação monetária e cambial	75.361	(89.739)	(14.378)	-	-	-	(14.378)
Transferências	59.532	(59.532)	-	1.979	(1.979)	-	-
Amortização - principal	(134.894)	-	(134.894)	(9.727)	-	(9.727)	(144.621)
Pagamento - encargos	(2.254)	-	(2.254)	(66.042)	-	(66.042)	(68.296)
Em 31.12.2022	-	-	-	6.203	751.805	758.008	758.008
Encargos	-	-	-	112.109	-	112.109	112.109
(-) Custos de Transação	-	-	-	-	(2.633)	(2.633)	(2.633)
Transferências	-	-	-	373.586	(373.586)	-	-
Amortização - principal	-	-	-	(9.728)	-	(9.728)	(9.728)
Pagamento - encargos	-	-	-	(107.036)	-	(107.036)	(107.036)
Em 31.12.2023	-	-	-	375.135	375.585	750.720	750.720

16.4 Cláusulas contratuais restritivas - covenants

O contrato de empréstimos e financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Copel no capital social das controladas que represente alteração de controle sem a prévia anuência. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar na necessidade de cumprimento de obrigações acessórias, em multas ou até na declaração de vencimento antecipado das dívidas.

Em 31.12.2023, todos os indicadores financeiros medidos anualmente foram integralmente atendidos.

Em decorrência do processo de transformação da Copel em sociedade com capital disperso e sem acionista controlador, conforme NE nº 1, foi obtido o consentimento dos credores mediante contraprestações financeiras (quitadas em julho e 2023) de modo que a alteração de controle acionário não caracterizasse um evento de vencimento antecipado das dívidas da Companhia. Além disso, foram finalizadas as tratativas de itens administrativos e de comunicação com as instituições financeiras previstos nos documentos de consentimento.

No que diz respeito ao BNDES, em 13.07.2023 foi autorizado o processo, consignando de forma resolutiva outras condicionantes, conforme segue:

- (i) Nenhum pronunciamento desfavorável do Tribunal de Contas do Estado do Paraná que invalide o processo;
- (ii) Valor da oferta primária dentro do limite pactuado;
- (iii) Anuência à mudança de controle acionário da Copel pelos debenturistas, notistas e demais credores financeiros; e
- (iv) Obtenção das novas concessões das Usinas Hidrelétricas Governador Bento Munhoz da Rocha Netto, Governador Ney Braga e Governador José Richa, pela Copel Geração e Transmissão.

A Copel iniciou os trâmites formais para assinatura dos novos contratos de concessão das Usinas Hidrelétricas, que deve ocorrer após a convocação pelo Poder Concedente. Até o momento não houve pronunciamentos desfavoráveis do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Abaixo estão apresentados os covenants financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos:

Instrumento Contratual	Indicadores financeiros anuais	Limite
BNDES Finem nº 14205611 Financiamento a empreendimentos - Finem	Endividamento Financeiro / Ebitda ajustado	≤ 4,0

17. Debêntures

Emissão	Destinação	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros contrato a.a.	Taxa efetiva de juros a.a.	Valor do contrato	31.12.2023	31.12.2022
4ª	Capital de giro e pagamento da 1ª parcela de amortização da 2ª emissão de debêntures.	27.09.2018	3	27.09.2023	DI + spread 2,70%	DI + 3,96%	1.000.000	-	346.895
5ª, série 1	Investimento para expansão, renovação ou melhoria e reembolso de despesas da rede de distribuição de energia elétrica da Emissora vinculada ao contrato de concessão nº 46/1999 da ANEEL.	15.11.2019	3	15.11.2027	IPCA + 4,20%	IPCA + 4,61%	500.000	647.092	618.209
6ª, série 1	Reforço do capital de giro da Emissora e a amortização da primeira parcela de principal das debêntures de cada uma das seguintes emissões da Emissora: 3ª, 4ª e 5ª Emissão.	16.06.2021	2	15.06.2026	DI + 1,95%	DI + 2,02%	1.000.000	1.004.566	1.006.449
6ª, série 2	Investimentos para expansão, renovação ou melhoria e/ou reembolso de despesas da rede de distribuição de energia elétrica da Emissora, vinculada ao "Contrato de concessão nº 46/1999-ANEEL.	16.06.2021	3	15.06.2031	IPCA + 4,7742%	IPCA + 5,1564%	500.000	585.696	559.894
7ª, série 1	Reforço de Capital de giro da Emissora; resgate das debêntures da 3ª emissão; amortização da 2ª parcela de principal das 4ª e 5ª emissão.	15.05.2022	2	15.05.2025	CDI + 1,21%	CDI + 1,28%	300.000	304.505	305.380
7ª, série 2	Reforço de Capital de giro da Emissora; resgate das debêntures da 3ª emissão; amortização da 2ª parcela de principal das 4ª e 5ª emissão.	15.05.2022	2	15.05.2027	CDI + 1,36%	CDI + 1,42%	901.450	915.148	917.789
7ª, série 3	Investimentos para expansão, renovação ou melhoria e/ou reembolso de despesas da rede de distribuição de energia elétrica da Emissora, vinculada ao Contrato de concessão nº 46/1999 da Aneel.	15.05.2022	3	15.05.2032	IPCA + 6,1732%	IPCA + 6,6587%	298.550	315.816	301.830
8ª, série 1	Exclusivamente para reforço de caixa para atendimento dos compromissos da Emissora	15.06.2023	1	15.06.2024	CDI + 1,45%	CDI + 1,89%	400.000	401.784	
8ª, série 2	Exclusivamente para amortização do principal e dos juros devidos no âmbito da "Escritura Particular da 4ª (quarta) Emissão de Debêntures. O valor remanescente para reforço de caixa e atendimento dos compromissos da Emissora	15.06.2023	2	15.06.2027	CDI + 2,00%	CDI + 2,14%	800.000	803.723	
8ª, série 3	Exclusivamente para reforço de caixa para atendimento dos compromissos da Emissora	15.06.2023	1	15.06.2028	CDI + 2,25%	CDI + 2,35%	400.000	401.897	
							Valor bruto	5.380.228	4.056.446
							(-) Custo de transação	(60.052)	(39.839)
							Valor líquido	5.320.176	4.016.607
							Circulante	569.700	373.634
							Não Circulante	4.750.476	3.642.973

Debêntures simples, série única (4ª emissões) em duas séries (5ª e 6ª emissões) e em três séries (7ª e 8ª emissões), não conversíveis em ações, da espécie quirografia, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476.

Interveniente garantidora: Copel

Agente fiduciário: Pentágono S.A. DTVM

Garantias: Fidejussória

Pagamento de encargos: semestral

Notas Explicativas



17.1 Vencimentos das parcelas

31.12.2023	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida Líquida
Curto prazo (até 31.12.2024)	586.553	(16.853)	569.700
2025	864.644	(15.454)	849.190
2026	1.565.369	(11.622)	1.553.747
2027	1.065.369	(5.959)	1.059.410
2028	400.000	(2.791)	397.209
2029	194.907	(2.620)	192.287
Após 2029	703.386	(4.753)	698.633
Longo prazo	4.793.675	(43.199)	4.750.476

17.2 Mutações das debêntures

	circulante	não circulante	total
Em 1º.01.2022	783.245	2.416.356	3.199.601
Ingressos	-	1.500.000	1.500.000
(-) Custos de Transação	-	(14.445)	(14.445)
Encargos e variação monetária	457.694	65.196	522.890
Transferências	324.134	(324.134)	-
Amortização - principal	(758.333)	-	(758.333)
Pagamento - encargos	(433.106)	-	(433.106)
Em 31.12.2022	373.634	3.642.973	4.016.607
Ingressos	-	1.600.000	1.600.000
(-) Custos de Transação	-	(32.972)	(32.972)
Encargos e variação monetária	595.351	68.938	664.289
Transferências	528.463	(528.463)	-
Amortização - principal	(333.334)	-	(333.334)
Pagamento - encargos	(594.414)	-	(594.414)
Em 31.12.2023	569.700	4.750.476	5.320.176

17.3 Cláusulas contratuais restritivas - covenants

A Companhia emitiu debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social, que represente alteração de controle sem a prévia anuência dos debenturistas; não realizar, sem prévia e expressa autorização dos debenturistas, distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, caso esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias ou não atenda aos índices financeiros estabelecidos. O descumprimento destas condições poderá implicar em necessidade de cumprimento de obrigações acessórias, na solicitação de anuência aos debenturistas ou até na declaração de vencimento antecipado das dívidas.

Em 31.12.2023, todos os indicadores financeiros medidos anualmente foram integralmente atendidos.

Em decorrência do processo de transformação da Copel em sociedade com capital disperso e sem acionista controlador, conforme NE nº 1, foram realizadas Assembleias Gerais de Debenturistas para deliberar sobre o consentimento para a realização da operação, mediante contraprestação financeira (waiver fee), de modo que a alteração de controle acionário não caracterizasse um evento de vencimento antecipado das dívidas da Companhia.

Notas Explicativas



A contraprestação financeira ficou condicionada ao sucesso da oferta, com pagamento em até dez dias de sua liquidação, e corresponde a remuneração de 0,20%, multiplicado pela *duration* remanescente das debêntures, incidente sobre seu valor nominal atualizado na data de realização das Assembleias, exceto para a 4ª Emissão da Copel Distribuição, para a qual a taxa de remuneração é 0,15% sobre o valor nominal atualizado na data de realização das Assembleias. A quitação das contraprestações financeiras ocorreu em agosto de 2023.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de debêntures.

Instrumento Contratual	Indicadores financeiros anuais	Limite
4ª Emissão de Debêntures	Índice de cobertura do serviço da dívida e Dívida líquida consolidada / Ebitda consolidado	≥ 1,5
5ª Emissão de Debêntures		
6ª Emissão de Debêntures		≤ 3,5
7ª Emissão de Debêntures		
8ª Emissão de Debêntures		

18. Benefícios Pós-Emprego

A Companhia patrocina planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão (Plano Unificado e Plano III) e Plano Assistencial, para assistência médica e odontológica (Planos Prosaúde II e Prosaúde III), para seus empregados ativos e seus dependentes legais. O patrocínio vitalício do Plano Assistencial para os aposentados, pensionistas e dependentes legais somente é aplicado aos participantes do Plano Prosaúde II. A Fundação Copel de Previdência e Assistência é a entidade que administra estes planos.

18.1 Plano de benefício previdenciário

O Plano Unificado é um plano de Benefício Definido - BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo. Este plano está fechado para novos participantes desde 1998.

O Plano III, único plano disponível para novos participantes, é um plano de Contribuição Variável – CV na fase contributiva e, após a aposentadoria, torna-se um plano de Benefício Definido – BD.

18.2 Plano assistencial

A Companhia aloca recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos nos regulamentos dos Planos Prosaúde II e Prosaúde III. A cobertura inclui exames médicos periódicos em ambos os planos e somente é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente no Plano Prosaúde II.

18.3 Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	31.12.2023	31.12.2022
Planos previdenciários	201	769
Planos assistenciais	1.008.265	709.076
	1.008.466	709.845
Circulante	59.742	51.978
Não circulante	948.724	657.867

Notas Explicativas



Os valores reconhecidos no resultado estão resumidos a seguir:

	31.12.2023	31.12.2022
Empregados		
Planos previdenciários	43.805	41.338
Plano assistencial - pós-emprego	86.458	92.146
Plano assistencial - funcionários ativos	66.955	58.995
(-) Transferências para ativos de concessão	(29.932)	(23.190)
	167.286	169.289
Administradores		
Planos previdenciários	203	169
Plano assistencial	44	35
	247	204
	167.533	169.493

18.4 Mutação dos benefícios pós-emprego

	circulante	não circulante	Total
Em 1º.01.2022	48.415	802.222	850.637
Apropriação do cálculo atuarial	-	92.146	92.146
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	77.131	-	77.131
Ganhos atuariais	-	(181.446)	(181.446)
Transferências	55.055	(55.055)	-
Amortizações	(128.623)		(128.623)
Em 31.12.2022	51.978	657.867	709.845
Apropriação do cálculo atuarial	-	86.458	86.458
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	83.515	-	83.515
Perdas atuariais (a)	-	272.315	272.315
Transferências	67.916	(67.916)	-
Amortizações	(143.667)	-	(143.667)
Em 31.12.2023	59.742	948.724	1.008.466

(a) Perdas decorrentes principalmente da redução da taxa de desconto, aumento dos custos médicos e variação esperada da obrigação pelo custo do serviço corrente e custo de juros.

18.5 Avaliação atuarial de acordo com o CPC 33 (R1)

18.5.1 Premissas Atuariais

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos, para 2023 e 2022, estão demonstradas a seguir:

Notas Explicativas



	2023		2022	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Econômicas				
Inflação a.a.	-	3,00%	-	5,10%
Taxa de desconto/retorno esperados a.a.				
Planos Unificado - Benefício Definido	5,33%	8,49%	6,10%	11,51%
Planos Unificado - Saldado	5,36%	8,52%	6,11%	11,52%
Planos III	5,37%	8,53%	6,12%	11,53%
Planos Assistencial	5,48%	8,64%	6,14%	11,55%
Crescimento salarial				
Plano Unificado a.a.	1,00%	4,03%	0,00%	5,10%
Plano III a.a.	1,00%	4,03%	1,00%	6,15%
Plano Assistencial - Aging Factor	3,30%	-	3,30%	-
Demográficas				
Tábua de mortalidade	AT - 2000		AT - 2000	
Tábua de mortalidade de inválidos	WINKLEVOSS		WINKLEVOSS	
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927		TASA 1927	

18.5.2 Expectativa de vida a partir da idade média – Tábua AT-2000 (em anos)

	Plano Unificado	Plano III
Em 31.12.2023		
Participantes aposentados	12,73	21,35
Participantes pensionistas	13,99	24,67
Em 31.12.2022		
Participantes aposentados	19,60	23,42
Participantes pensionistas	12,48	25,97

18.5.3 Avaliação atuarial

Com base na revisão das premissas, em 31.12.2023 os valores do Plano Unificado e Plano III totalizaram superávit de R\$ 448.716 e de R\$ 50.059, respectivamente (R\$ 341.675 e de R\$ 44.341 em 31.12.2022).

A legislação atual aplicável não permite qualquer redução significativa nas contribuições ou reembolsos à Companhia com base no superávit atual desses Planos. Por esse motivo, a Companhia não registrou ativos em seu balanço de 31.12.2023, refletindo qualquer direito de redução de contribuições ou restituição de superávit ou outros valores.

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	31.12.2023	31.12.2022
Obrigações total ou parcialmente cobertas	3.589.357	2.284.742	1.126.410	7.000.509	6.304.561
Valor justo dos ativos do plano	(4.038.073)	(2.334.801)	(118.146)	(6.491.020)	(5.981.500)
Estado de cobertura do plano	(448.716)	(50.059)	1.008.264	509.489	323.061
Ativo não reconhecido	448.716	50.059	-	498.775	386.016
	-	-	1.008.264	1.008.264	709.077

A Companhia procedeu ajustes nos seus passivos assistenciais com base no relatório atuarial, na data base 31.12.2023, conforme apresentado na Demonstração de Resultados Abrangentes

Notas Explicativas



18.5.4 Movimentação do passivo atuarial

	Plano Unificado	Plano III	Plano assistencial
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 1º.01.2022	3.459.114	2.022.022	980.307
Custo de serviço	105	1.195	4.216
Custo dos juros	380.003	221.172	101.830
Benefícios pagos	(320.954)	(156.617)	-
Ganhos atuariais	(91.679)	(31.968)	(264.185)
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2022	3.426.589	2.055.804	822.168
Custo de serviço	14.898	3.837	4.764
Custo dos juros	397.964	235.987	94.405
Benefícios pagos	(298.870)	(157.614)	(35.606)
Perdas atuariais	48.776	146.728	240.679
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2023	3.589.357	2.284.742	1.126.410

18.5.5 Movimentação do ativo atuarial

	Plano Unificado	Plano III	Plano assistencial
Valor justo do ativo do plano em 1º.01.2022	3.828.997	2.029.409	130.437
Retorno esperado dos ativos	418.896	166.424	17.481
Contribuições e aportes	16.579	90.534	-
Benefícios pagos	(320.955)	(156.617)	-
Perdas atuariais	(175.253)	(29.605)	(34.827)
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2022	3.768.264	2.100.145	113.091
Retorno esperado dos ativos	437.729	243.957	12.711
Contribuições e aportes	18.943	5.528	35.606
Benefícios pagos	(298.869)	(157.613)	(35.606)
(Ganhos) / perdas atuariais	112.006	142.784	(7.656)
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2023	4.038.073	2.334.801	118.146

18.5.6 Custos estimados

Os custos (receitas) estimados para 2024 para cada plano estão demonstrados a seguir:

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial
Custo do serviço corrente	(15.985)	6.562	5.815
Custo estimado dos juros	330.844	192.353	95.863
Rendimento esperado do ativo do plano	(331.699)	(192.604)	(10.213)
Custos (receitas)	(16.840)	6.311	91.465

Tendo em vista o superávit atual dos planos previdenciários, a Companhia não registrará as receitas e custos estimados apresentados no quadro acima para o Plano Unificado e Plano III, conforme legislação que não permite redução nas contribuições ou reembolsos à Companhia.

18.5.7 Análise de sensibilidade

As tabelas a seguir apresentam a análise de sensibilidade, que demonstra o efeito de aumento ou redução de meio ponto percentual nas taxas presumidas de variação dos custos, sobre o agregado dos componentes de custo de serviço e custo de juros dos custos líquidos periódicos pós-emprego e a obrigação de benefícios acumulada pós-emprego.

Notas Explicativas



	Cenários projetados	
	Aumento 0,5%	Redução 0,5%
Sensibilidade da taxa de juros de longo prazo		
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	(5.624.449)	6.146.399
Impactos nas obrigações do programa de saúde	(1.049.053)	1.213.119
Sensibilidade da taxa de crescimento de custos médicos		
Impactos nas obrigações do programa de saúde	1.214.417	1.047.442
Impacto no custo do serviço do exercício seguinte do programa de saúde	6.079	4.732
Sensibilidade ao custo do serviço		
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	8.513	9.006
Impactos nas obrigações do programa de saúde	4.754	6.056

18.5.8 Benefícios a pagar

Os benefícios estimados a serem pagos, nos próximos cinco anos, e o total de benefícios para os exercícios fiscais subsequentes, são apresentados abaixo:

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	Total
2024	302.138	163.496	35.644	501.278
2025	359.497	165.042	50.574	575.113
2026	314.238	169.199	48.467	531.904
2027	314.107	173.351	53.478	540.936
2028	318.062	177.461	58.755	554.278
2029 a 2053	6.567.273	4.913.778	3.542.160	15.023.211

18.5.9 Alocação de ativos e estratégia de investimentos

A alocação de ativos para os planos previdenciário e assistencial da Companhia no final de 2023 e a alocação-meta para 2024, por categoria de ativos, são as seguintes:

	Meta para 2024 (*)	2032
Renda fixa	79,0%	77,2%
Renda variável	4,9%	5,3%
Empréstimos	1,3%	1,2%
Investimentos imobiliários	3,6%	5,6%
Investimentos estruturados	8,8%	8,7%
Investimentos no exterior	2,4%	2,0%
	100,0%	100,0%

(*) Alocação Estratégica baseada no total de investimentos de cada plano.

Adicionalmente, seguem informações referentes à alocação de ativos de planos previdenciários patrocinados pela Companhia.

	Plano Unificado		Plano III	
	meta (%) (*)	mínimo (%)	meta (%)	mínimo (%)
Renda fixa	89,5%	60,0%	70,0%	48,0%
Renda variável	3,0%	2,0%	8,0%	3,0%
Empréstimos	0,5%	0,0%	2,0%	0,0%
Investimentos imobiliários	2,5%	0,0%	1,0%	0,0%
Investimentos estruturados	4,5%	0,0%	15,0%	0,0%
Investimentos no exterior	0,0%	0,0%	4,0%	0,0%

(*) Alocação Estratégica 2023.

A Administração da Fundação Copel decidiu manter participação mais conservadora em renda variável, em relação ao limite legal permitido, que é de 70%.

Notas Explicativas



19. Encargos do Consumidor a Recolher

	31.12.2023	31.12.2022
Conta de desenvolvimento energético - CDE (NE nº 25.3.1)	44.789	29.032
	44.789	29.032

20. Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

20.1 Saldos constituídos de P&D e PEE

	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 31.12.2023	Saldo em 31.12.2022
Pesquisa e desenvolvimento - P&D					
FNDCT	-	4.323	-	4.323	3.904
MME	-	2.161	-	2.161	1.965
P&D	96.499	1.290	40.036	137.825	157.628
	96.499	7.774	40.036	144.309	163.497
Programa de eficiência energética - PEE					
Procel	-	23.613	-	23.613	11.960
PEE	139.611	10.821	169.086	319.518	332.654
	139.611	34.434	169.086	343.131	344.614
	236.110	42.208	209.122	487.440	508.111
			Circulante	262.444	284.305
			Não circulante	224.996	223.805

São recursos do consumidor, correspondente a 1% da receita operacional líquida (ROL), que as distribuidoras de energia elétrica devem destinar a projetos direcionados ao desenvolvimento tecnológico do setor elétrico, relacionado à Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e ao financiamento e combate ao desperdício de energia elétrica, relacionado aos programas de Eficiência Energética - PEE, conforme Lei nº 9.991/2000 e Resoluções Normativas Aneel nºs 504/2012 e 556/2013, revisada pela Resolução Normativa Aneel n.º 830/2018.

Notas Explicativas



20.2 Mutação dos saldos de P&D e PEE

	FNDCT	MME	Procel	P&D	PEE	Total
Em 1º.01.2022	4.291	2.146	19.882	158.977	309.811	495.107
Constituições	22.571	11.298	11.298	22.596	45.191	112.954
Contrato de desempenho	-	-	-	-	2.552	2.552
Atualização (NE 27)	-	-	3.799	4.725	24.647	33.171
Transferências	-	-	(3.685)	-	3.685	-
Recolhimentos	(22.958)	(11.479)	(19.334)	(6.894)	(30.568)	(91.233)
Glosas	-	-	-	-	830	830
Conclusões	-	-	-	(21.776)	(23.494)	(45.270)
Em 31.12.2022	3.904	1.965	11.960	157.628	332.654	508.111
Constituições (a)	24.402	12.201	12.201	24.403	48.804	122.011
Contrato de desempenho (b)	-	-	-	-	4.420	4.420
Atualização (NE 27)	-	-	(548)	4.423	21.619	25.494
Recolhimentos (c)	(29.784)	(14.906)	-	(8.942)	(16.451)	(70.083)
Transf. para o Ativo - Lei 14.514/2022 (d)	5.801	2.901	-	1.740	-	10.442
Glosas	-	-	-	406	-	406
Conclusões (e)	-	-	-	(41.833)	(71.528)	(113.361)
Em 31.12.2023	4.323	2.161	23.613	137.825	319.518	487.440
Circulante	4.323	2.161	23.613	93.562	138.785	262.444
Não Circulante				44.263	180.733	224.996

- a. O valor correspondente é reconhecido como deduções da receita (NE nº 25.3). Mensalmente, os saldos do Passivo de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, descontado o montante aplicado em projetos. Os gastos realizados com os projetos são registrados na rubrica de serviços em curso até sua finalização.
- b. Contratos entre a Copel Distribuição e empresas e instituições interessadas, com o objetivo de redução nos custos de energia, no âmbito do PEE. Os valores recebidos pela distribuidora são reinvestidos em Projetos de Eficiência Energética.
- c. Parte do valor constituído mensalmente, é recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, ao Ministério de Minas e Energia – MME e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – Procel. Adicionalmente, parte do valor que seria constituído em P&D e PEE, é destinado à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, visando à modicidade tarifária até 2025 (Lei nº 14.120/2021), pelo período de agosto/2020 e até 2025.
- d. A Companhia, em atendimento ao art. 21 da Lei nº 14.514/2022, aplicou para o período de janeiro a junho de 2023, até a derrubada do veto, em 18.07.2023, os percentuais de 0,75% para P&D e 0,25% para PEE. O Ofício Circular nº 0005/2023-SPE/ANEEL, de 08.12.2023 manteve para todo ano de 2023 os percentuais mínimos de 0,5% tanto para P&D quanto para o PEE. Em consequência disso, houveram recolhimentos a maior dos encargos relacionados ao P&D, cujos valores serão compensados em 2024.
- e. Referem-se às baixas de projetos concluídos em contrapartida de serviços em curso.

21. Direito de Uso de Ativos e Passivos de arrendamentos

21.1 Direito de uso de ativos

	Saldo em 1º.01.2022				Saldo em 31.12.2022				Saldo em 31.12.2023		
	Adições	Amortização	Baixas		Adições	Amortização	Baixas		Adições	Amortização	Baixas
Imóveis	36.199	7.323	(3.716)	(973)	38.833	18.600	(4.488)	(516)	52.430		
Veículos	48.076	81.167	(33.183)	-	96.060	19.129	(41.352)	-	73.837		
Equipamentos	11.323	3.095	(6.654)	-	7.764	4.069	(8.230)	-	3.603		
	95.598	91.585	(43.553)	(973)	142.657	41.798	(54.070)	(516)	129.870		

Notas Explicativas

**21.2 Passivos de arrendamentos****21.2.1 Mutação do passivo de arrendamentos**

	Circulante	Não circulante	Total
Em 1º.01.2022	31.448	69.365	100.813
Adições	28.760	62.825	91.585
Encargos	10.724	-	10.724
Transferências CP x LP	30.877	(30.877)	-
Pagamento - principal	(41.778)	-	(41.778)
Pagamento - encargos	(10.724)	-	(10.724)
Baixas	(425)	(654)	(1.079)
Em 31.12.2022	48.882	100.659	149.541
Adições	7.509	34.289	41.798
Encargos	12.683	-	12.683
Transferências CP x LP	35.591	(35.591)	-
Pagamento - principal	(51.543)	-	(51.543)
Pagamento - encargos	(12.683)	-	(12.683)
Baixas	(356)	(219)	(575)
Em 31.12.2023	40.083	99.138	139.221

A taxa de desconto em 31.12.2023 é 15,55% a.a. (14,87% a.a. em 31.12.2022). A Companhia define a taxa de desconto com base na taxa de juros nominal praticada na última captação de recursos, desconsiderando captações subsidiadas ou incentivadas. As taxas de juros aplicadas variam de 3,58% a 15,55% a.a.

21.2.2 Vencimentos das parcelas de longo prazo

Ano	Total
2024	24.641
2025	23.705
2026	4.867
2027	3.299
2028	1.969
Após 2028	40.657
Total	99.138

21.3 Direito Potencial de PIS e Cofins a recuperar

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS e Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

	Nominal	Valor Presente
Contraprestação do arrendamento	205.404	139.221
PIS/COFINS potencial	19.000	12.878

21.3.1 Impacto pela projeção de inflação nos fluxos de caixa descontados

Em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, a Companhia procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pela norma.

Notas Explicativas



No entanto, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro, o quadro a seguir apresenta os saldos comparativos entre a informação registrada em conformidade com o CPC 06 (R2) e o valor que seria registrado se considerada a inflação projetada:

	31.12.2023			31.12.2022		
	CPC 06 (R2) - IFRS 16	Orientação CVM	%	CPC 06 (R2) - IFRS 16	Orientação CVM	%
Passivo Leasing	139.221	169.125	21,48%	149.541	176.236	17,85%
Direito de uso Líquido	129.870	151.771	16,86%	142.657	163.368	14,52%
Despesa Financeira	12.624	15.251	20,81%	10.618	12.903	21,52%
Despesa de Depreciação	54.070	59.654	10,33%	43.553	48.609	11,61%

21.4 Compromissos de arrendamentos e aluguéis

Para os arrendamentos de ativos de baixo valor, tais como impressoras e móveis, arrendamento de curto prazo, os valores estão reconhecidos na demonstração de resultado como custos e/ou despesas operacionais (NE 26.7). O saldo dos compromissos de arrendamentos e aluguéis está demonstrado a seguir:

	Acima de 5 anos			31.12.2023	31.12.2022
	Até 1 ano	1 a 5 anos	anos		
Imóveis	9.752	27.806	72.443	110.001	81.068
Veículos	39.215	51.707	-	90.922	114.011
Equipamentos	2.942	1.539	-	4.481	8.740
	51.909	81.052	72.443	205.404	203.820

22. Outras Contas a Pagar

	31.12.2023	31.12.2022
Taxa de iluminação pública arrecadada	68.253	52.520
Consumidores	60.498	50.652
Cauções em garantia	25.177	4.513
Outras obrigações	23.324	40.568
	177.252	148.253
Circulante	175.694	132.246
Não circulante	1.558	16.007

23. Provisões para Litígios e Passivo Contingente

A Companhia responde diversos processos judiciais e administrativos perante diferentes cortes. A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão, descritos na NE nº 3.6, são atendidos.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia responde na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiros. Por esse motivo, essa informação não é fornecida.

Notas Explicativas



23.1 Provisões para litígios

23.1.1 Mutação das ações consideradas como de perda provável

	Saldo em 1º.01.2023	Resultado			Adições (Reversões) no ativo	Quitações	Saldo em 31.12.2023
		Adições	Reversões	Atualização			
Fiscais (NE 23.3.a)	22.850	11.431	(875)	2.409		(15.057)	20.758
Trabalhistas (NE 23.3.b)	392.994	65.515	(29.879)	35.836		(185.020)	279.446
Benefícios a empregados (NE 23.3.c)	21.117	8.290	(2.711)	-		(574)	26.122
Cíveis (NE 23.3.d)							
Cíveis e direito administrativo	177.731	55.883	(4.195)	13.132		(99.380)	143.171
Servidões de passagem	19.565	-	-	-	(179)	(2.557)	16.829
Desapropriações e patrimoniais	2.987	1.734	(1.085)	(560)	(2.897)	50	229
Consumidores	3.758	319	(858)	(818)		41	2.442
Ambientais	4.112	1.069	(883)	(249)		-	4.049
	208.153	59.005	(7.021)	11.505	(3.076)	(101.846)	166.720
Regulatórias (NE 23.3.e)	7.744	699	(2.494)	1.354		(289)	7.014
Total	652.858	144.940	(42.980)	51.104	(3.076)	(302.786)	500.060
Não circulante	652.858						500.060

	Saldo em 1º.01.2022	Resultado			Adições (Reversões) no ativo	Quitações	Saldo em 31.12.2022
		Adições	Reversões	Atualização			
Fiscais (NE 23.3.a)	11.560	7.184	4.992	7.094		(7.980)	22.850
Trabalhistas (NE 23.3.b)	410.112	73.645	(14.707)	27.416		(103.472)	392.994
Benefícios a empregados (NE 23.3.c)	25.145	-	(3.519)	-		(509)	21.117
Cíveis (NE 23.3.d)							
Cíveis e direito administrativo	158.699	40.758	6.214	27.398		(55.338)	177.731
Servidões de passagem	18.060	-	-	-	2.236	(731)	19.565
Desapropriações e patrimoniais	1.692	327	(327)	-	1.297	(2)	2.987
Consumidores	3.763	11	1.398	74		(1.488)	3.758
Ambientais	3.686	-	383	43		-	4.112
	185.900	41.096	7.668	27.515	3.533	(57.559)	208.153
Regulatórias (NE 23.3.e)	38.921	966	(13.007)	(3.930)		(15.206)	7.744
Total	671.638	122.891	(18.573)	58.095	3.533	(184.726)	652.858
Não circulante	671.638						652.858

A Companhia efetuou mudança voluntária na forma de registro da atualização monetária sobre provisões para litígios. Os valores que eram registrados como despesas operacionais passaram a ser reconhecidos como despesas financeiras. Nas demonstrações do resultado do exercício consolidadas de 2023 o montante de R\$ 51.104 foi reconhecido como despesa financeira (NE nº 27). Caso essa mudança voluntária de prática contábil estivesse sendo aplicada no exercício findo em 31.12.2022, o valor da reclassificação de despesas operacionais para despesas financeiras seria de R\$ 58.095 na demonstração do resultado do exercício. Considerando as análises quantitativas e qualitativas realizadas pela Companhia, a Administração concluiu que o efeito dessa mudança voluntária na forma de registro da atualização monetária sobre provisões para litígios é imaterial para as demonstrações financeiras já publicadas nos exercícios e trimestres anteriores tendo em vista que esta mudança não impacta o balanço patrimonial, o lucro líquido do exercício, a geração de caixa da Companhia e nem o atendimento a cláusulas restritivas de contratos de dívidas (Covenants).

23.2 Passivo contingente

23.2.1 Classificação das ações consideradas como de perda possível

Obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem constituição de provisões por terem sido avaliadas como perda possível.

Notas Explicativas



	31.12.2023	31.12.2022
Fiscais (NE 23.3.a)	261.846	193.633
Trabalhistas (NE 23.3.b)	178.087	263.456
Benefícios a empregados (NE 23.3.c)	4.360	7.207
Cíveis (NE 23.3.d)	262.491	305.856
Regulatórias (NE 23.3.e)	1.135.777	1.135.780
	1.842.561	1.905.932

23.3 Descrição da natureza e/ou informações sobre as principais ações

Natureza / Descrição	Provisões		Passivo contingente	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
a. Fiscais				
Tributos federais				
Exigências e questionamentos administrativos da Receita Federal do Brasil.	-	-	-	1.659
IPTU				
Exigência de Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana - IPTU sobre imóveis afetados ao serviço público de energia elétrica.	-	-	116.459	104.787
Outras				
Impostos, taxas e outros tributos federais, estaduais e municipais em que a Companhia discute a incidência ou não, bem como suas bases e valores para recolhimento.	20.758	22.850	145.387	87.187
Total Fiscais	20.758	22.850	261.846	193.633
b. Trabalhistas				
Ações movidas por empregados e ex-empregados da Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, periculosidade, adicional de transferência, equiparação/reenquadramento salarial e outras, e também ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.	279.446	392.994	178.087	263.456
c. Benefícios a empregados				
Ações de reclamações trabalhistas movidas por ex-empregados aposentados da Companhia contra a Fundação Copel, que causarão, conseqüentemente, reflexos na medida em que forem necessários aportes complementares.	26.122	21.117	4.360	7.207
d. Cíveis				
Fumicultores				
Ações que têm como principal causa a falta de energia elétrica causando perda da produção.	57.475	73.366	42.373	71.237
Cíveis e direito administrativo				
Outras ações que envolvem faturamento, supostos procedimentos irregulares, contratos administrativos e multa contratual, indenização por acidentes com a rede de energia elétrica e acidentes com veículos.	85.696	104.365	195.953	210.149

continua

Notas Explicativas



Natureza / Descrição	Provisões		Passivo contingente	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Servidões de passagem	16.829	19.565	22.062	21.713
Desapropriações e patrimoniais				
As ações judiciais ocorrem quando há divergência entre o valor avaliado pela Companhia para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro em razão de inventários em andamento, propriedades sem matrículas, entre outras. Decorrem também da intervenção no usucapião de terceiros, seja na qualidade de confrontante ou em caso de imóvel onde há áreas de servidão de passagem, a fim de preservar os limites e confrontações das faixas de servidões e das áreas desapropriadas. As ações de desapropriações e patrimoniais compreendem, ainda, reintegrações de posse para retomada dos imóveis invadidos por terceiros em propriedades da concessionária.	229	2.987	748	600
Consumidores				
Ações movidas por consumidores que envolvem indenização de danos pessoais e solicitação da devolução de valores pagos, que supostamente foram indevidos, sobre o consumo de energia elétrica. Atualmente está em fase de instrução.	2.442	3.758	1.077	1.911
Ambientais				
Ações relativas a obrigações legais e compensatórias socioambientais, em razão das atividades de construção ou manutenção de empreendimentos em operação de distribuição de energia elétrica realizados pela Companhia.	4.049	4.112	278	246
Total Cíveis	166.720	208.153	262.491	305.856
e. Regulatórias				
ESBR				
A ESBR moveu contra a Aneel a ação ordinária nº 10426-71.2013.4.01.4100, na Justiça Federal de Rondônia, cuja sentença (i) reconheceu excludentes de responsabilidade pelo atraso de 535 dias no cronograma das obras da UHE Jirau; (ii) declarou inexigíveis quaisquer obrigações, penalidades e custos impostos à ESBR decorrentes do atraso e, por fim, (iii) anulou o despacho Aneel nº 1.732/2013, que havia reconhecido o atraso de apenas 52 dias no cronograma de implantação. Houve recurso de apelação pela Aneel, em trâmite no TRF da 1ª Região. A consequência prática da decisão foi que, ao tempo em que isentou a ESBR, expôs as Distribuidoras com as quais celebrou CCEARs ao Mercado de Curto Prazo e ao alto valor do PLD no período, onde se inclui a Copel Distribuição. Isso, porque as regras de comercialização de energia elétrica impõem que toda energia consumida tenha a correspondente cobertura contratual. O risco de perda da ação está classificado como possível. Caso as ações sejam julgadas desfavoráveis, o valor será considerado como um Ativo Financeiro Setorial a ser recuperado mediante tarifa.	-	-	1.129.202	1.130.845
Outras				
Notificações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias	7.014	7.744	6.575	4.935
Total Regulatórias	7.014	7.744	1.135.777	1.135.780
	500.060	652.858	1.842.561	1.905.932

24. Patrimônio Líquido

24.1 Capital social

O capital social integralizado é composto por ações ordinárias, pertencentes à Copel, conforme abaixo:

Notas Explicativas



	31.12.2023	31.12.2022
Capital social integralizado	5.372.206	5.359.206
Número de ações	5.372.205.949	5.359.205.949

Em 28.04.2023, por deliberação de Assembleia Extraordinária, foi aprovada a conversão em aumento de capital o montante de R\$ 13.000, anteriormente recebido da Controladora a título de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC.

24.2 Ajustes de avaliação patrimonial

Passivos atuariais	Benefícios pós-emprego	Tributos sobre os ajustes	
Em 1º.01.2022			(103.977)
Passivos atuariais	181.446	(61.692)	119.754
Em 31.12.2022			15.777
Passivos atuariais	(272.315)	92.587	(179.728)
Em 31.12.2023			(163.951)

24.3 Reserva de Retenção de Lucros

A reserva de retenção de lucros visa à cobertura do programa de investimento da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei nº 6.404/1976. Sua constituição, ao final do exercício, ocorre mediante retenção do lucro líquido remanescente, após constituição da reserva legal e da proposição dos juros sobre o capital próprio e dividendos.

24.4 Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2023	31.12.2022
Base de cálculo para os dividendos		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	569.121	(229.778)
Reserva legal (5%)	(28.456)	-
	540.665	(229.778)
Dividendos propostos		
Juros sobre o capital próprio (JSCP) - valor bruto	229.800	-
Dividendos por ação		
Dividendos por ação (em R\$) - JSCP	0,04281	-

Em 28.09.2023 o Conselho de Administração da Copel Distribuição aprovou a distribuição de dividendos intermediários e intercalares na forma de Juros sobre Capital Próprio - JSCP, no montante de R\$ 122.600, com base no resultado do primeiro semestre de 2023, a serem creditados ao acionista com posição acionária em 30.09.2023. O pagamento ocorrerá à medida em que houver solicitação da Controladora, observando os indicadores regulatórios de sustentabilidade financeira do contrato de concessão da Companhia.

E, em 20.12.2023, aquele Conselho aprovou distribuição de dividendos intercalares do exercício de 2023, sob a forma JSCP, no montante de R\$107.200, com base no resultado do primeiro semestre de 2023, a serem creditados aos acionistas com posição acionária em 31.12.2023, cujo pagamento ocorrerá na mesma data do pagamento dos dividendos aprovados na Assembleia Geral Ordinária que deliberar a destinação do resultado do exercício corrente, a ser realizada até 30.04.2024, e em obediência aos indicadores regulatórios de sustentabilidade financeira do contrato de concessão da Companhia.

Estes valores de JSCP, líquidos dos tributos retidos na fonte, foram imputados ao dividendo obrigatório do exercício de 2023, conforme critérios estabelecidos no Estatuto Social da Companhia.

Notas Explicativas



24.5 Lucro líquido por ação básico diluído

	31.12.2023	31.12.2022
Numerador básico e diluído		
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações, atribuído aos acionistas	569.121	(229.778)
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações ordinárias	5.368.003.208	5.359.205.949
Lucro líquido básico e diluído por ação atribuído aos acionistas - em reais	0,10602	(0,04288)

25. Receita Operacional Líquida

25.1 Composição da receita

	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos setoriais	ISS	Receita líquida	
						31.12.2023	31.12.2022
Fornecimento de energia elétrica	7.662.743	(613.673)	(1.028.451)	(357.190)	-	5.663.429	5.236.340
Suprimento de energia elétrica	172.283	(7.458)	-	-	-	164.825	266.991
Disponibilidade da rede elétrica	10.200.538	(809.703)	(1.481.845)	(2.440.275)	-	5.468.715	4.221.011
Receita de construção	2.234.539	-	-	-	-	2.234.539	2.048.022
Valor justo do ativo indenizável da concessão	62.166	-	-	-	-	62.166	79.169
Resultado dos Ativos e passivos financeiros setoriais	1.070.196	(98.993)	-	-	-	971.203	1.676.936
Outras receitas operacionais	575.525	(54.682)	-	-	(13)	520.830	374.831
	21.977.990	(1.584.509)	(2.510.296)	(2.797.465)	(13)	15.085.707	13.903.300

	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos setoriais	ISS	Receita líquida	
						31.12.2022	31.12.2021
Fornecimento de energia elétrica	8.702.933	(634.002)	(1.858.483)	(974.108)	-	5.236.340	5.326.736
Suprimento de energia elétrica	280.808	(13.817)	-	-	-	266.991	753.241
Disponibilidade da rede elétrica	9.057.631	(693.169)	(1.595.850)	(2.547.601)	-	4.221.011	4.401.654
Receita de construção	2.048.022	-	-	-	-	2.048.022	1.700.889
Valor justo do ativo indenizável da concessão	79.169	-	-	-	-	79.169	108.733
Ativos e passivos financeiros setoriais	1.847.863	(170.927)	-	-	-	1.676.936	2.270.859
Outras receitas operacionais	416.930	(41.890)	-	-	(209)	374.831	274.280
	22.433.356	(1.553.805)	(3.454.333)	(3.521.709)	(209)	13.903.300	14.836.392

25.2 Reajuste Tarifário Anual - RTA da Copel Distribuição

O reajuste tarifário é previsto no contrato de concessão da distribuidora e visa o reposicionamento das tarifas para cobertura dos custos de energia, encargos, transporte e outros financeiros – Parcela A, bem como a atualização da Parcela B, que é a receita da distribuidora para fazer frente aos custos de operação, manutenção e administração e, ainda, à remuneração do capital investido e quota de reintegração regulatória. O reajuste da Copel distribuição ocorre em junho de cada ano.

O resultado do RTA de 2023 da Copel Distribuição foi homologado pela Aneel por meio da Resolução Homologatória nº 3.209 de 20.06.2023, autorizando o reajuste médio de 10,50% percebido pelos consumidores (4,9% em junho/2022 pela Resolução Homologatória nº 3.049 de 21.06.2022), e cuja aplicação ocorreu integralmente às tarifas a partir de 24.06.2023. Para os consumidores da alta tensão o reajuste médio ficou em 8,31% e em 11,73% para os da baixa tensão (respectivamente, 9,32% e 2,68% em 2022).

Notas Explicativas



25.3 Encargos Setoriais

	31.12.2023	31.12.2022
CDE Uso (NE 25.3.1)	2.385.577	2.505.319
CDE Energia (NE 25.3.1)	273.514	164.943
Bandeiras tarifárias (NE 25.3.2)	1.216	724.414
P&D e PEE (NE 20.2)	122.011	112.954
Taxa de fiscalização	15.147	14.079
	2.797.465	3.521.709

Os encargos setoriais são instituídos em lei e visam possibilitar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro. Os valores são regulamentados pela Aneel, incluídos na tarifa e recolhidos pelas distribuidoras por meio da conta de energia, sendo que cada um dos encargos possui objetivos predefinidos.

25.3.1 Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

A CDE, criada pela Lei nº 10.438/2002 e alterada pela Lei nº 12.783/2013, tem o objetivo de promoção do desenvolvimento energético no território nacional determinado pelo Ministério de Minas e Energia - MME. Uma de suas fontes de recursos é o encargo tarifário atribuído ao consumidor final nos processos tarifários e recolhido periodicamente pela distribuidora. As quotas anuais do encargo para cada distribuidora são definidas pela Aneel por meio das resoluções homologatórias e os montantes são geridos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE em conta específica.

A partir de junho/2023, a Companhia passou a recolher a quota relativa à CDE Conta Escassez Hídrica, no valor mensal de R\$ 6.454. Este recolhimento se dará ao longo dos próximos 4 anos e refere-se à devolução do montante de R\$ 145.844, recebidos em 2022 para cobertura dos custos adicionais associados à situação de escassez hídrica que afetou o país ao longo de 2021. Os recursos foram centralizados na Conta de Escassez Hídrica, criada para este fim, sob gestão da CCEE.

Ainda, a partir de junho/2023, a Copel Distribuição passou a recolher a CDE Geração Distribuída - GD, no montante mensal de R\$ 9.303, conforme Resolução Homologatória nº 3.175/2023. O subsídio decorre da Lei nº 14.300/2022, que instituiu o Marco Legal da Micro e Minigeração Geração Distribuída – MMGD.

Abaixo estão demonstrados os saldos das cotas da CDE:

		31.12.2023	31.12.2022
CDE USO^(a)	Cotas ^(a)	2.201.371	2.321.875
	Conta Covid ^(b)	183.444	183.444
	Escassez hídrica ^(c)	1.725	-
	Liminares ^(e)	(963)	-
		2.385.577	2.505.319
CDE ENERGIA^(b)	Conta Covid ^(b)	164.943	164.943
	Escassez hídrica ^(c)	43.453	-
	GD - Geração distribuída ^(d)	65.118	-
		273.514	164.943
Total		2.659.091	2.670.262

(a) **CDE Uso:** Res. Homologatória nº 3.175/2023 (abril a dezembro/2023); Res. Homologatória nº 3.165/2022 (janeiro a março/2023); Res. Homologatória nº 3.034/2022 (mai a dez/22); Res. Homologatória nº 3.004/2021 (jan-abr/22).

(b) **CDE Conta Covid:** Despacho nº 939/2021 (amortização em 54 meses, de junho/2021 a dezembro/2025).

(c) **CDE Escassez hídrica:** Decreto nº 10.939/2022 e Resolução Normativa nº 1008/2022.

Notas Explicativas



(d) **CDE GD:** Resolução Homologatória nº 3.175/2023 (valor para junho a dezembro/2023).

(e) **Liminares CDE:** referem-se a diferenças tarifárias devolvidas ao consumidor, de acordo com o publicado no Despacho nº 3225/2022, sendo os valores deduzidos das cotas mensais da CDE de forma a garantir a neutralidade para a distribuidora, conforme estabelece o Despacho nº 1576/2016.

25.3.2 Bandeiras Tarifárias

As Bandeiras Tarifárias são um indicativo das condições para geração de energia elétrica, do cenário mais favorável ao mais crítico, e que impacta em acréscimo no valor a ser faturado ao consumidor final, conforme o aumento dos custos de aquisição de energia pelas distribuidoras em função das dificuldades hídricas.

Esse sistema, previsto na Resolução Normativa Aneel nº 547/2013, com vigência a partir de 2015, apresenta atualmente as seguintes modalidades: Desde a melhora das condições hídricas no país, prevalece a bandeira verde, em que não há adicional tarifário.

Modalidades de bandeiras	Acréscimo a cada 100 kWh consumidos (atual)	julho/2022 a dezembro/2023*	julho/2021 a junho/2022*
Bandeira verde	condições favoráveis de geração de energia.	não há acréscimo	
Bandeira amarela	condições de geração menos favoráveis.	R\$2,989	R\$1,874
Bandeira vermelha Patamar 1	condições mais custosas de geração.	R\$6,500	R\$3,971
Bandeira vermelha Patamar 2	condições ainda mais custosas de geração.	R\$9,795	R\$9,492
Bandeira de escassez hídrica	vigorou no período de maior crise hídrica (09/2021 a 04/2022)	-	R\$14,200

*Exceto para Bandeira de escassez hídrica.

26. Custos e Despesas Operacionais

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Custos e despesas operacionais líquidos	31.12.2023
Energia elétrica comprada para revenda (NE 26.1)	(6.074.752)	-	-	-	(6.074.752)
Encargos de uso da rede elétrica (NE 26.2)	(2.715.273)	-	-	-	(2.715.273)
Pessoal e administradores (NE 26.3)	(882.668)	-	(292.238)	-	(1.174.906)
Planos previdenciário e assistencial (NE 18.3)	(124.371)	-	(43.162)	-	(167.533)
Material	(57.120)	-	(17.381)	-	(74.501)
Serviços de terceiros (NE 26.4)	(511.259)	(178)	(132.562)	-	(643.999)
Amortização	(481.164)	-	(40.137)	-	(521.301)
Perdas de créditos, provisões e reversões (NE 26.5)	-	(99.124)	-	(101.960)	(201.084)
Custo de construção (NE 26.6)	(2.234.539)	-	-	-	(2.234.539)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (NE 26.7)	(41.625)	(43.022)	6.083	(96.664)	(175.228)
	(13.122.771)	(142.324)	(519.397)	(198.624)	(13.983.116)

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Custos e despesas operacionais líquidos	Provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins	31.12.2022
Energia elétrica comprada para revenda (NE 26.1)	(5.980.124)	-	-	-	-	(5.980.124)
Encargos de uso da rede elétrica (NE 26.2)	(2.313.203)	-	-	-	-	(2.313.203)
Pessoal e administradores (NE 26.3)	(451.968)	-	(147.153)	-	-	(599.121)
Planos previdenciário e assistencial (NE 18.3)	(126.382)	-	(43.111)	-	-	(169.493)
Material	(63.366)	-	(7.936)	-	-	(71.302)
Serviços de terceiros (NE 26.4)	(401.057)	(3.002)	(101.348)	-	-	(505.407)
Amortização	(418.403)	-	(35.904)	-	-	(454.307)
Perdas de créditos, provisões e reversões (NE 26.5)	-	(119.482)	-	(162.413)	-	(281.895)
Custo de construção (NE 26.6)	(2.048.022)	-	-	-	-	(2.048.022)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (NE 26.7)	(30.686)	(47.923)	(50.079)	(56.677)	-	(185.365)
Provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins (NE 11.5.2)	-	-	-	-	(810.563)	(810.563)
	(11.833.211)	(170.407)	(385.531)	(219.090)	(810.563)	(13.418.802)

Notas Explicativas

**26.1 Energia elétrica comprada para revenda**

	31.12.2023	31.12.2022
Compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	3.722.641	3.585.876
Micro e mini geradores e recompra de clientes	1.125.857	675.829
Itaipu Binacional	980.302	1.460.955
Programa incentivo novas fontes energia alternativa - Proinfa	355.754	418.077
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	328.647	315.866
(-) PIS/Pasep e Cofins	(438.449)	(476.479)
	6.074.752	5.980.124

26.2 Encargos de uso da rede elétrica

	31.12.2023	31.12.2022
Encargos de uso do sistema	2.199.053	1.757.225
Encargo de energia de reserva - EER	452.513	297.058
Encargos de transporte de Itaipu	258.520	151.240
Encargos dos serviços do sistema - ESS	79.359	340.254
(-) PIS/Pasep e Cofins	(274.172)	(232.574)
	2.715.273	2.313.203

26.3 Pessoal e administradores

	31.12.2023	31.12.2022
Pessoal		
Remunerações	361.857	381.821
Encargos sociais	133.606	126.416
Auxílio alimentação e educação	74.540	65.218
Indenização abono sobre férias (a)	90.697	-
Provisão p/ Participação lucros e/ou resultados	76.528	31.651
Prêmio de desempenho	37.525	(3.661)
Programa de desligamentos voluntários	397.253	(4.199)
	1.172.006	597.246
Administradores		
Honorários	1.649	1.379
Encargos sociais	462	386
Prêmio de desempenho	761	86
Outros gastos	28	24
	2.900	1.875
	1.174.906	599.121

(a) Indenização do segundo terço adicional de férias, aprovado em Acordo Coletivo de Trabalho em 19.01.2023.

26.3.1 Programa de Demissão Voluntária

Em 24.08.2023 foi instituído o Programa de Demissão Voluntária – PDV. Em 15.09.2023 foi encerrado o período de adesões, com confirmação, pela Companhia, de 1.034 adesões. O total provisionado se refere: a) ao montante que será pago a título de indenização, acrescido da multa de 40% do FGTS; e b) dos valores de auxílio alimentação e do subsídio de parte do empregador referente à mensalidade do plano de saúde, que serão pagos pela Companhia por 12 meses a partir da data do desligamento.

Notas Explicativas

**26.4 Serviços de terceiros**

	31.12.2023	31.12.2022
Manutenção do sistema elétrico	293.861	214.363
Comunicação, processamento e transmissão de dados	75.444	63.503
Manutenção de instalações	58.968	43.462
Atendimento a consumidor	84.433	72.995
Leitura e entrega de faturas	58.734	53.660
Consultoria e auditoria	23.284	15.764
Outros serviços	49.275	41.660
	643.999	505.407

26.5 Perdas estimadas (reversão de perdas), provisões e reversões

	31.12.2023	31.12.2022
Provisão para litígios	101.960	162.413
Perdas (reversão de perdas) de créditos esperadas		
De Clientes (NE 6.2)	99.186	118.478
De Outros créditos	(62)	1.004
	99.124	119.482
	201.084	281.895

26.6 Custo de construção

	31.12.2023	31.12.2022
Material	1.358.716	1.206.799
Serviços de terceiros	663.041	662.490
Pessoal	168.143	152.174
Outros	44.639	26.559
	2.234.539	2.048.022

26.7 Outros custos e despesas operacionais, líquidos

	31.12.2023	31.12.2022
Perdas (Ganhos) na desativação e alienação de bens	79.962	46.038
Taxa de arrecadação	43.022	47.923
Indenizações	19.220	13.717
Tributos	6.797	42.823
Propaganda e publicidade	8.744	7.899
Arrendamentos e aluguéis	10.720	14.320
Outras receitas, custos e despesas, líquidos	6.763	12.645
	175.228	185.365

Notas Explicativas

**26.7.1 Arredamentos e aluguéis**

	31.12.2023	31.12.2022
Imóveis	8.373	7.350
Veículos	45.668	40.457
Equipamentos	21.288	19.065
Outros	1.322	1.505
(-) Reclassificação IFRS 16	(64.133)	(52.501)
(-) Créditos de PIS e Cofins	(1.798)	(1.556)
	10.720	14.320

27. Resultado Financeiro

	31.12.2023	31.12.2022
(+) Receitas financeiras		
Acréscimos moratórios sobre faturas	193.811	258.724
Renda de aplicações financeiras	84.792	109.918
Remuneração de ativos e passivos setoriais (NE 7.1)	62.796	146.754
Atualização monetária ação Pis/Cofins	47.146	33.909
Atualização dos depósitos judiciais	36.872	25.950
Variação cambial sobre compra de energia elétrica de Itaipu	17.073	43.946
Outras receitas financeiras	59.174	1.090
(-) Pis/Pasep e Cofins sobre receita financeira	(21.720)	(26.565)
	479.944	593.726
(-) Despesas financeiras		
Variação monetária, cambial e encargos da dívida	740.793	564.588
(-) Encargos dívida transferidos p/ Ativos da concessão (NE 8)	(19.041)	(17.903)
Parcelamento de Tributos (NE 11.4)	41.130	57.872
Juros sobre P&D e PEE (NE 20.2)	25.494	33.171
Juros sobre Passivos de arrendamento (NE 21.3.1)	12.624	10.618
Atualização monetária de Litígios (NE 23.1.1)	51.104	-
Variação cambial sobre compra de energia elétrica de Itaipu	10.605	27.584
Remuneração de ativos e passivos setoriais (NE 7.1)	4.541	11.207
Outras despesas financeiras	29.278	35.636
	896.528	722.773
(-) Atualização provisão p/ destinação de créditos de PIS/ Cofins (NE 11.5.2)	58.518	1.040.694
Resultado Financeiro	(475.102)	(1.169.741)

Notas Explicativas



28. Instrumentos Financeiros

28.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

			30.12.2023		31.12.2022	
	NE nº	Nível	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	626.708	626.708	430.121	430.121
Títulos e valores mobiliários (b)	5	2	1.005	1.005	905	905
Contas a receber vinculadas à concessão (c)	9	3	1.954.679	1.954.679	1.442.819	1.442.819
			2.582.392	2.582.392	1.873.845	1.873.845
Custo amortizado						
Cauções e depósitos vinculados (a)			9	9	90	90
Cientes (a)	6		3.078.269	3.078.269	2.538.906	2.538.906
Ativos financeiros setoriais (a)	7		30.946	30.946	381.398	381.398
			3.109.224	3.109.224	2.920.394	2.920.394
Total dos ativos financeiros			5.691.616	5.691.616	4.794.239	4.794.239
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Passivos financeiros setoriais (a)	7		503.991	503.991	483.255	483.255
Pert ¹ (d)	11.4		379.724	322.711	404.075	340.025
Parcelamento ICMS (d)	11.4		41.286	37.777	48.320	43.419
PIS/COFINS a restituir consumidores	11.5		731.726	731.726	1.995.158	1.995.158
Fornecedores (a)	15		1.605.111	1.605.111	1.447.967	1.447.967
Empréstimos e financiamentos (d)	16		760.763	752.020	771.092	756.930
Debêntures (e)	17		5.380.228	5.345.032	4.056.446	3.916.549
Total dos passivos financeiros			9.402.829	9.298.368	9.206.313	8.983.303

¹Programa Especial de Regularização Tributária – Pert

Os três níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo;

Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado.

28.1.1 Apuração dos valores justos

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e prazo de realização;
- Para os ativos classificados como nível 1 e nível 2, calculados de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro;
- Os critérios e as premissas estão divulgados na NE nº 3.3.2;
- Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pelo Grupo Copel, CDI + spread de 2,19%, para desconto do fluxo de pagamentos esperado;
- Calculado conforme cotação da última negociação no mercado secundário através do preço médio do Preço Unitário - PU em 31.12.2023, obtido junto à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima.

28.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros.

Notas Explicativas

**28.2.1 Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição ao risco de crédito	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e equivalentes de caixa (a)	626.708	430.121
Títulos e valores mobiliários (a)	1.005	905
Cauções e depósitos vinculados (a)	9	90
Clientes (b)	3.078.269	2.538.906
Ativos financeiros setoriais (c)	30.946	381.398
Contas a receber vinculadas à concessão de distribuição (d)	1.954.679	1.442.819
	5.691.616	4.794.239

- A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais ou em bancos privados com baixo risco de crédito, conforme rating local das principais agências classificadoras.
- Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, estando diretamente relacionado a fatores internos e externos à Copel Distribuição, tais como a execução das ações internas de cobrança, suspensão de fornecimento, desemprego, redução da renda e alta taxa de juros, entre outros.

Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gestão de contas a receber, detectando as classes de consumidores com maior possibilidade de inadimplência, implementando políticas específicas de cobrança e/ou exigência de garantias financeiras e suspendendo o fornecimento de energia e a prestação do serviço, conforme estabelecido em contrato e normas regulamentares.

A Companhia possui carteira extremamente pulverizada, atendendo aproximadamente 5,1 milhões de consumidores, sendo que os grandes clientes são monitorados periodicamente de forma a evitar riscos de crédito.

- A Administração considera bastante reduzido o risco desse crédito, visto que os contratos asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, correspondente aos custos não recuperados por meio de tarifa.
- A Administração considera reduzido o risco desse crédito visto que os contratos asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente aos investimentos em infraestrutura não recuperados por meio da tarifa.

28.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas. A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais. São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração.

Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício. As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo-se um nível de caixa mínimo.

Notas Explicativas



A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os 3 próximos anos seguintes. A partir de 2028, repetem-se os indicadores de 2027 até o horizonte da projeção.

	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	NE 16	889	23.967	439.151	398.762	-	862.769
Debêntures	NE 17	-	-	1.056.308	4.835.433	1.236.599	7.128.340
Fornecedores	-	1.590.063	15.048	-	-	-	1.605.111
Pis e Cofins a restituir a consumidores	NE 11.5	-	-	558.591	231.114	-	789.705
Pert	Selic	5.234	10.564	49.005	295.609	89.727	450.139
Parcelamento ICMS	Selic	953	1.922	8.902	34.709	-	46.486
Passivos Financeiros Setoriais	Selic	40.037	81.141	381.780	32.158	-	535.116
Passivo de arrendamentos	NE 21.2	5.443	10.921	40.785	93.682	117.636	268.467
		1.642.619	143.563	2.534.522	5.921.467	1.443.962	11.686.133

Conforme divulgado nas NEs n°s 16.4 e 17.3, a Companhia possui empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento destas obrigações.

28.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

28.2.4 Risco cambial - dólar norte-americano

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio que reduzam saldos ativos ou aumentem saldos passivos em moeda estrangeira. Atualmente, a Companhia não possui dívida em moeda estrangeira e, portanto, não existe exposição a operações com derivativos de câmbio. A Companhia mantém monitoramento das taxas cambiais. O efeito da variação cambial decorrente do contrato de compra de energia da Eletrobrás (Itaipu) é repassado no próximo reajuste tarifário.

a. Análise de sensibilidade do risco cambial

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto da depreciação cambial do dólar norte-americano sobre seus fornecedores expostos a tais riscos. A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2023, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável considerou-se o saldo com a variação da taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$ 4,92) prevista na mediana das expectativas de mercado para 2024 do Relatório Focus do Bacen de 19.01.2024.

Notas Explicativas



Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco cambial	Risco	Base	Cenários projetados - dez.2024		
		31.12.2023	Provável	Cenário 1	Cenário 2
Passivos financeiros					
Fornecedores					
Eletrobras (Itaipu)	Alta do dólar	194.730	3.166	52.639	102.113
		194.730	3.166	52.639	102.113

28.2.5 Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado. A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

a. Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos. A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2023, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável consideraram-se os saldos com a variação dos indicadores: CDI/Selic de 9,00% e IPCA de 3,88%, previstos na mediana das expectativas de mercado para 2024 do Relatório Focus do Bacen de 19.01.2024.

Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Notas Explicativas



Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 31.12.2023	Cenários projetados - dez.2024		
			Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	1.005	90	68	45
Ativos financeiros setoriais	Baixa Selic	30.946	2.785	2.089	1.393
Contas a receber vinculadas à concessão	Baixa IPCA	1.954.679	75.451	56.588	37.725
		1.986.639	78.327	58.746	39.163
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
Banco do Brasil	Alta CDI/Selic	(751.096)	(67.599)	(84.498)	(101.398)
Caixa Econômica Federal	Sem Risco	(5.748)	-	-	-
BNDES	Sem Risco	(3.919)	-	-	-
Debêntures	Alta CDI/Selic	(3.831.624)	(344.846)	(431.058)	(517.269)
Debêntures	Alta IPCA	(1.548.604)	(59.776)	(74.720)	(89.664)
Passivos financeiros setoriais	Alta Selic	(503.991)	(45.359)	(56.699)	(68.039)
Parcelamento ICMS	Alta Selic	(41.286)	(3.716)	(4.645)	(5.574)
Pert	Alta Selic	(379.724)	(34.175)	(42.719)	(51.623)
		(7.065.991)	(555.471)	(694.339)	(833.567)

28.2.6 Risco quanto à escassez de energia

A maior parte da capacidade instalada no país atualmente é proveniente de geração hidrelétrica, conforme informado no Banco de Informações de Geração da Aneel, o que torna o Brasil e a região geográfica em que a Companhia opera sujeitos a condições hidrológicas que são imprevisíveis, devido a desvios não cíclicos da precipitação média.

Condições hidrológicas extremamente desfavoráveis podem acarretar, entre outras coisas, a implementação de programas abrangentes de economia de eletricidade, tais como racionalização ou até redução obrigatória de consumo, como racionamentos.

Os critérios de garantia de suprimento de energia estão atualmente estabelecidos pelo Conselho Nacional de Política Energética – CNPE. Com fundamento, os órgãos responsáveis mantêm os indicadores de risco de déficit de energia dentro da margem de segurança em todos os subsistemas.

28.2.7 Risco quanto aos impactos do GSF

Para o segmento de distribuição, os efeitos do GSF são percebidos nos custos associados às cotas de Itaipu, de Angra, das usinas cujas concessões foram renovadas de acordo com a Lei 12.783/2013 e das usinas que repactuaram o risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, de acordo com a Lei 13.203/2015. Trata-se, contudo, de um risco financeiro, uma vez que é garantida a neutralidade das despesas com a compra de energia, por meio de repasse tarifário.

28.2.8 Risco de não manter a concessão de distribuição

O quinto termo aditivo ao contrato de concessão nº 46/1999 da Copel Distribuição impõe condicionantes de eficiência econômico-financeira e indicadores que consideram a duração e a frequência das interrupções do serviço. O descumprimento das condições acarretará na extinção da concessão (cláusula décima oitava, subcláusula primeira), respeitadas as disposições do contrato, particularmente o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Em 17 de novembro de 2020, a Aneel homologou a Resolução Normativa nº 896, consolidada pela Resolução Normativa nº 948/2021, a qual estabelece os indicadores e procedimentos para acompanhamento da eficiência com relação à continuidade do fornecimento e à gestão econômico-financeira das concessões do serviço público de distribuição de energia elétrica a partir do ano de 2021.

Notas Explicativas



a. Indicadores e penalidades

Ano	Indicador	Critérios	Penalidades
A partir de 2021	Eficiência econômico-financeira	no ano base	aporte de capital ^(a)
			limitação de distribuição de dividendos e JCP
			regime restritivo de contratos com partes relacionadas
	Indicadores de qualidade	2 anos consecutivos	caducidade da concessão
		no ano base	plano de resultados
		2 anos consecutivos ou por 3 dos 5 anos civis anteriores	limitação de distribuição de dividendos e JCP
		3 anos consecutivos	caducidade da concessão

(a) Aporte de Capital: em até 180 dias contados do término de cada Exercício Social, na totalidade da insuficiência que ocorrer para o alcance do Parâmetro Mínimo de Sustentabilidade Econômica e Financeira.

b. Metas definidas para Copel Distribuição a partir do ano de 2021

Considera-se descumprido o critério de eficiência em relação à gestão econômico-financeira quando houver a não conformidade da inequação ou quando o Lajida for inferior à QRR. A apuração dos resultados ocorre ao final de cada ano civil, quando da divulgação anual dos resultados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCR.

Ano	Gestão Econômico-Financeira		Indicadores de Qualidade			
	Critério	Realizado (anual)	Limites (anual)		Realizado	
			Duração	Frequência	Duração	Frequência
2022	{Dívida Líquida / [Lajida (-) QRR ≥ 0]} ≤ 1 / (1,11 * Selic)	ATINGIDO	9,19	6,80	7,98	5,29
2023		-	8,69	6,39	7,86	5,21

Dívida Líquida	Dívida Bruta deduzida dos Ativos Financeiros, à exceção de Ativos e Passivos Financeiros em discussão administrativa ou judicial. As contas que compõe a Dívida Bruta e Ativos Financeiros estão definidas no Anexo VIII da REN nº 948/2021.
QRR	Quota de Reintegração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória. Este valor será o definido na última Revisão Tarifária Periódica - RTP, atualizada pela variação da Parcela B Regulatória e calculada de forma pró rata.
LAJIDA ou EBITDA Recorrente:	Recorrente: refere-se ao Lucro Antes de Juros (Resultado Financeiro), Impostos (Tributos sobre a Renda), Depreciação e Amortização.
Indicadores de qualidade	Para os anos de 2022 a 2026, os limites anuais constam na Resolução Autorizativa 10.231/2021.

28.2.9 Risco de sobrecontratação e subcontratação de energia elétrica

No modelo regulatório vigente, o processo de compra de energia elétrica pelas distribuidoras é regulado pela Lei nº 10.848/2004 e pelo Decreto nº 5.163/2004, os quais determinam que a aquisição de energia deve ser em volume necessário para o atendimento de 100% do mercado da distribuidora.

A diferença entre os custos remunerados pela tarifa e os efetivamente realizados com a compra de energia são integralmente repassados aos consumidores cativos, desde que a distribuidora apresente nível de contratação entre 100% e 105% do seu mercado, acrescidos dos montantes de sobrecontratação involuntária reconhecidos pelo regulador.

A Copel Distribuição estima finalizar o ano com um nível de contratação de 110,0%. Entretanto, considera que possui montantes de “sobrecontratação involuntária” suficientes para acomodar a contratação estimada para o ano. Desta forma, não há previsão de risco de penalização por sobrecontratação.

Notas Explicativas

**28.3 Gerenciamento de capital**

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

28.3.1 Endividamento em relação ao patrimônio líquido

A Companhia monitora o capital usando o índice representado pela dívida líquida dividido pelo lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização (Lajida) e ainda, monitora o endividamento em relação ao patrimônio líquido:

	31.12.2023	31.12.2022
Empréstimos e financiamentos	750.720	758.008
Debêntures	5.320.176	4.016.607
(-) Caixa e equivalentes de caixa	626.708	430.121
(-) Títulos e valores mobiliários	1.005	905
Dívida líquida	5.443.183	4.343.589
Patrimônio líquido	6.782.865	6.610.272
Endividamento em relação ao patrimônio líquido	0,80	0,66

29. Transações com Partes Relacionadas

As partes relacionadas da Companhia são o acionista controlador, suas empresas ligadas, o pessoal-chave da Administração da Companhia, Companhias sob controle comum e outras.

As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão, da prestação de serviços de operação e manutenção e demais contratos de serviços.

As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores.

A Companhia não possui obrigações adicionais à remuneração do pessoal chave da administração, além dos benefícios de curto prazo e divulgadas nas notas explicativas referenciadas.

As informações sobre as principais transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

Notas Explicativas



	Ref.	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Controlador									
Companhia Paranaense de Energia									
Prestação de serviços		4	3	-	-	8	11	-	-
Sistema de distribuição		-	-	-	-	12	12	-	-
Contrato de Mútuo	(a)	-	-	-	-	-	-	(9.659)	(5.000)
Compartilhamento	(b)	1.033	1.023	-	-	4.161	3.276	-	-
Entidades com influência significativa									
Estado do Paraná									
Programa Energia Solidária	(c)	22.314	9.735	-	-	-	-	-	-
Programa Tarifa Rural Noturna - TRN	(d)	-	8.353	-	-	-	-	-	-
Sistema Meteorológico do Paraná - Simepar	(e)	-	-	332	230	-	-	(2.901)	(2.656)
BNDES - Financiamentos	(f)	-	-	3.919	11.757	-	-	(456)	(913)
Entidades sob controle comum									
Copel Geração e Transmissão S.A.									
Prestação de serviços		421	430	-	-	1.153	1.847	-	-
Sistema de distribuição		970	943	-	-	7.501	7.594	-	-
Energia elétrica para revenda	(g)	-	-	3.150	2.997	-	-	(40.067)	(36.627)
Rede básica e de conexão	(g)	-	-	29.339	24.185	-	-	(356.653)	(309.822)
Compartilhamento	(b)	5.967	5.897	8.950	8.962	-	-	(11.877)	(10.337)
Copel Serviços S.A.									
Caução contratual		-	-	3.000	-	-	-	-	-
Prestação de serviços		-	-	-	-	-	1	-	-
Sistema de distribuição		-	-	-	-	-	1	-	-
Companhia Paranaense de Gás - Compagas									
Prestação de serviços		36	27	-	-	102	137	-	-
Sistema de distribuição		-	-	-	-	114	118	-	-
Eleijor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.									
Prestação de serviços		127	126	-	-	7	8	-	-
Sistema de distribuição		2.200	2.062	-	-	26.236	25.977	-	-
UEG Araucária									
Prestação de serviços		4	4	-	-	21	7	-	-
Sistema de distribuição		-	-	-	-	24	7	-	-
Marumbi Transmissora de Energia S.A.									
Prestação de serviços		7	6	-	-	-	-	-	-
Uso do sistema de transmissão		-	-	-	97	-	-	(1.227)	(985)
Compartilhamento	(b)	24	24	-	-	97	85	-	-
Bela Vista Geração de Energia S.A.									
Prestação de serviços		12	12	-	-	-	-	-	-
Sistema de transmissão		107	102	-	-	-	-	-	-
Compartilhamento	(b)	49	49	-	-	201	173	-	-
F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A.									
Prestação de serviços		70	49	-	-	-	-	-	-
Sistema de transmissão		1	1	-	-	-	-	-	-
Compartilhamento	(b)	175	176	-	-	717	633	-	-
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	(h)(i)	-	-	78	349	-	-	(5.982)	(5.235)
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.	(i)	-	-	-	100	-	-	(1.236)	(1.046)
Compartilhamento	(b)	2.156	1.595	-	-	7.041	5.234	-	-
Pessoal chave da administração									
Honorários e encargos sociais	NE 26.3	-	-	-	-	-	-	(2.900)	(1.874)
Planos previdenciários e assistenciais	NE 18.3	-	-	-	-	-	-	(247)	(204)
Outras partes relacionadas									
Companhia de Saneamento do Paraná	(j)	-	-	-	4	-	-	(1.812)	(1.609)
Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A.	(i)	-	-	-	95	-	-	(2.426)	(1.829)
Caiuá Transmissora de Energia S.A.	(h)(i)	-	-	218	1.388	-	-	(20.915)	(19.568)
Cantareira Transmissora de Energia S.A.	(i)	-	-	-	520	-	-	(6.420)	(5.654)
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	(i)	-	-	-	1.125	-	-	(14.691)	(12.329)
Matrinchã Transmissora de Energia S.A.	(i)	-	-	-	1.061	-	-	(12.715)	(11.126)
Guaraciaba Transmissora de Energia S.A.	(i)	-	-	-	529	-	-	(6.556)	(5.100)
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	(i)	-	-	-	685	-	-	(8.048)	(7.276)
Fundação Copel									
Aluguel de imóveis administrativos		-	-	54.284	39.353	-	-	(4.114)	(3.203)
Planos previdenciários e assistenciais	NE 18	-	-	1.008.465	709.845	-	-	-	-
Lactec	(k)	-	-	280	378	-	-	(1.172)	(566)

Notas Explicativas**29.1 Referência às Partes relacionadas:**

- a. Contrato de Mútuo assinado com a Controladora em 27.02.2023, anuído pela Aneel conforme Despacho nº 502/2023, com validade de 24 meses e aprovação de limites acrescidos de IOF e juros remuneratórios (DI+1,40% a.a.), a fim de proporcionar recursos para o financiamento das atividades e negócios da empresa. Foi liberado o montante de R\$ 233.000, cujo pagamento ocorreu em 29.06.2023, com efeito de R\$ 9.659 na despesa financeira.
- b. Contrato de compartilhamento de gastos com pessoal firmado com a Copel Distribuição e as empresas do grupo, anuído pela Aneel. Os valores apresentados no resultado são líquidos e, quando credores, referem-se à recuperação de despesa.
- c. O Programa Energia Solidária, instituído pela lei estadual nº 20.943/2021, substituindo o Programa Luz Fraterna, estabelece o pagamento do consumo de energia elétrica para beneficiar famílias de baixa renda, residentes no Estado do Paraná, cujos imóveis - unidades consumidoras - sejam utilizados exclusivamente para fins residenciais, seja em área urbana ou rural, e preencham os requisitos estabelecidos nos artigos 2.º e 3.º desta lei.
- d. O Programa Tarifa Rural Noturna do Governo do Estado do Paraná é regulamentado pelo Decreto 1.288 de 30.04.2019. Esse programa prevê o pagamento pelo Governo Estadual à Copel Distribuição do valor correspondente a 60% da tarifa de energia elétrica ativa e dos encargos decorrentes desse serviço, inclusive adicional de bandeira tarifária, da propriedade dos consumidores beneficiários, compreendido no período considerado como consumo noturno, conforme especificado no Decreto 1.288 de 30.04.2019.
- e. O Sistema Meteorológico do Paraná - Simepar é uma unidade complementar do Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia, vinculado à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. O Simepar mantém contratos com a Copel Distribuição, de prestação de serviços de previsão do tempo, laudos meteorológicos, análise de ampacidade, mapeamento e análise de ventos e descargas atmosféricas.
- f. O BNDES é controlador da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR que tem influência significativa sobre a Copel.
- g. A Companhia mantém com a Copel Geração e Transmissão Contratos de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado - CCARs, Contratos de Serviços de Transmissão - CPST e Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT.
- h. A Companhia mantém com as empresas Costa Oeste Transmissora de Energia e Caiuá Transmissora de Energia Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT, com vencimento até a extinção da concessão da distribuidora ou da transmissora, o que ocorrer primeiro.
- i. A Companhia mantém Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST com o ONS e com as concessionárias de transmissão de energia, o qual tem por objeto a contratação do Montante de Uso do Sistema de Transmissão - Must. A contratação é de caráter permanente e é regulamentada pela Resolução Normativa Aneel nº 666/2015. Os montantes são definidos para os quatro anos subsequentes, com revisões anuais.
- j. A Copel Distribuição mantém com a Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, contrato de fornecimento de serviços de Saneamento Básico.
- k. O Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - Lactec é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, na qual a Copel Distribuição é uma associada. O Lactec mantém contratos de prestação de serviços e de pesquisa e desenvolvimento com a Copel Distribuição, submetidos a controle prévio ou a posteriori, com anuência da Aneel.

Notas Explicativas

**29.2 Avais e garantias concedidos às partes relacionadas**

Os avais e garantias concedidos pela Copel à Copel Distribuição na emissão de financiamentos e de debêntures são informados nas NEs 16 e 17.

29.3 Compartilhamento

A empresa mantém contratos de compartilhamento de pessoal com empresas do grupo.

	Ativo		Passivo	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Compartilhamento	9.404	8.765	8.950	8.962
Outros	-	-	3.000	-
	9.404	8.765	11.950	8.962

30. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo ainda não incorridos, portanto não reconhecidos nas demonstrações financeiras, correspondem a:

	31.12.2023	31.12.2022
Contratos de compra e transporte de energia	81.960.731	82.468.602
Aquisição de ativo para obras de distribuição de energia elétrica	1.741.146	1.187.336

31. Seguros

A especificação por modalidade de risco dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Incêndio - imóveis próprios e locados	24.08.2024	680.760
Riscos Nomeados	24.08.2024	162.383
Seguro D&O (a)	28.03.2024	121.033
Garantia Judicial	19.12.2025	10.118
Garantia Judicial	28.01.2025	9.079
Garantia Judicial	05.05.2024	9.002
Garantia Judicial	30.06.2024	7.273
Garantia Judicial	10.02.2027	7.115
Garantia Judicial	10.12.2026	6.816
Garantia Judicial	18.12.2026	6.458

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 29.12.2023, de R\$ 4,8413.

Além dos seguros relacionados, a Companhia contrata outras apólices de seguros com menores valores, tais como seguro de riscos diversos. Adicionalmente, a Copel possui contrato de indenidade, em complemento ao seguro D&O. Os seguros de garantia contratados pela Companhia possuem como avalista a Copel.

32. Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa**32.1 Transações que não envolvem caixa**

Em consonância com as informações constantes na NE nº 8, estão demonstradas no quadro abaixo as transações que, por não envolverem caixa, não estão apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa da Companhia.

Notas Explicativas



	31.12.2023	31.12.2022
Adições dos ativos de concessão (NE 8)	2.305.741	2.092.117
Compras efetuadas a prazo	(171.678)	(175.783)
Compras efetuadas a prazo no exercício anterior	175.783	240.718
Apropriações / reversões	2.646	(3.533)
	2.312.492	2.153.519

Conforme NE nº 21.1, as adições e ajustes por remuneração ocorridos no Direito de uso de ativos totalizaram R\$ 41.798 em 31.12.2023 (R\$ 91.585 em 31.12.2022), sendo que tal reconhecimento teve como contrapartida a rubrica de Passivo de arrendamentos.

Em atendimento à Resolução Normativa nº 933 de 18.05.2021 da Aneel, informamos que as Demonstrações Financeiras Societárias estarão disponíveis a partir de 29.02.2024 e as Demonstrações Contábeis Regulatórias a partir de 24.04.2024, no site da Copel <https://ri.copel.com>.

Notas Explicativas



COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente	
Daniel Pimentel Slaviero	
Secretário Executivo	
Maximiliano Andres Orfali	
Membros	
Ana Letícia Feller	
Luiz Claudio Maia Vieira	
COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	
Presidente e especialista financeiro	
Carlos Biedermann	
Membro	
Marco Antônio Barbosa Cândido	
Membro externo	
Luiz Cláudio Maia Vieira	
CONSELHO FISCAL	
Presidente	
Demetrius Nichele Macei	
Membros titulares	
Harry Françóia Júnior	
José Paulo da Silva Filho	
Membros suplentes	
Roberto Zaninelli Covelo Tizon	
Otamir Cesar Martins	
Verônica Peixoto Coelho	
DIRETORIA	
Diretor Geral	
Maximiliano Andres Orfali	
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores	
Adriano Rudek de Moura	
Diretor Jurídico e de Relações Institucionais	
Eduardo Vieira de Souza Barbosa	
Diretor Comercial, de Regulação e de Gestão	
Hemerson Luiz Barbosa Pedroso	
CONTADOR	
Robson Carlos Nogueira	
CRC-PR- 047941/O-4	

Proposta de Orçamento de Capital



PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL

Em conformidade com a Instrução CVM nº 80/2022, em vigor a partir de 02.05.2022, abaixo se encontra demonstrada a proposta de orçamento de capital, bem como a origem dos recursos, para o ano de 2024 da Copel Distribuição S.A, aprovada em 14.11.2023 pela 240ª reunião extraordinária e em 13.12.2023 pela 245ª reunião ordinária do Conselho de Administração – CAD da Companhia Paranaense de Energia.

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		R\$ Mil
Distribuição		2.091.720
TOTAL		2.091.720
FONTES DE RECURSOS		R\$ Mil
Recursos de Terceiros		1.780.855
Novas captações - Outras Instituições Financeiras		1.780.855
Recursos Próprios,		
Oriundos de retenção de lucros e geração de caixa das operações da Companhia		310.865
TOTAL		2.091.720

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Copel Distribuição S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Copel Distribuição S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de resultado, de resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copel Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.7 e nº 25 às demonstrações financeiras, a Companhia fatura mensalmente seus consumidores com base na energia medida e reconhece receita neste momento. A Companhia também registra a receita não faturada calculada entre a data da última leitura e o encerramento do mês, por estimativa, com base na média do último faturamento e/ou considerando a energia contratada e a sazonalidade no mês. A receita não faturada é estimada entre a data da última medição e o fim do mês, tendo como base o faturamento do mês anterior, sendo assim reconhecida como receita no fim do mês em que o serviço foi prestado. Ao fim de cada mês, a quantidade de energia entregue aos consumidores desde a data da última leitura do medidor é estimada e a receita não faturada correspondente é determinada considerando o consumo diário estimado e as tarifas aplicáveis por classe de consumidor, refletindo tendências históricas e experiências significativas. As diferenças entre a receita não faturada estimada e real são reconhecidas no mês seguinte.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido aos julgamentos necessários à auditoria do reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica, incluindo os métodos e premissas utilizados para estimar receitas não faturadas, bem como o uso de sistemas automatizados para processar e registrar receitas. A execução de procedimentos de auditoria na receita exigiu julgamento do auditor e amplo esforço de auditoria, incluindo o envolvimento de nossos especialistas em Tecnologia da Informação - TI.

Para responder a este principal assunto de auditoria, nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receita incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho, da implementação e da efetividade das atividades de controles internos da Companhia relacionados ao processo de medição de volumes de energia e preços, bem como controles sobre estimativas de receita não faturada; (b) envolvimento de nossos especialistas em tecnologia da informação para a identificação dos sistemas relevantes utilizados para o processamento das transações de receita, teste dos controles gerais de tecnologia da informação referentes ao acesso, modificação e operação desses sistemas e testes de controles de interface de sistema e controles automatizados relacionados aos fluxos relevantes da receita, bem como os controles de estimativas para garantir a precisão e integridade de receita; (c) avaliação da adequação e consistência dos métodos e premissas utilizados pela Diretoria para desenvolver as estimativas de receita não faturada, teste da acuracidade matemática das estimativas elaboradas pela Diretoria para a receita não faturada e avaliação da capacidade da Diretoria de estimar a receita não faturada com precisão, comparando a receita real subsequente com as estimativas históricas da Diretoria para os grupos de receita relacionados; (d) a execução de teste que compreendeu desenvolver uma expectativa independente do montante das receitas e sua comparação com as receitas efetivamente reconhecidas; (e) teste de transações de receita, em base amostral, comparando os valores reconhecidos com os documentos suporte, testando a precisão matemática da receita reconhecida e verificando o seu recebimento subsequente; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que a captura, o processamento, o registro e as respectivas divulgações sobre o reconhecimento de receita da Companhia são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisões para litígios e passivo contingente

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.6 e nº 23 às demonstrações financeiras, a Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos perante diferentes tribunais. Com base em avaliações feitas pelos seus assessores jurídicos, a Diretoria reconhece uma provisão para aqueles processos cujas perdas são consideradas prováveis. A Diretoria da Companhia entende que não é viável fornecer informações sobre o tempo esperado de eventuais saídas de caixa decorrentes desses processos judiciais em que a Companhia esteja envolvida, devido ao ritmo lento e à imprevisibilidade dos sistemas jurídicos, fiscais e regulatórios brasileiros, considerando que a resolução fim do processo para o qual foi reconhecida uma provisão depende da conclusão dos procedimentos dos tribunais jurídicos.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria em virtude do grande número de processos judiciais e administrativos e à subjetividade necessária para estimar a probabilidade e mensurar a provisão para litígios de potenciais perdas. A execução de procedimentos de auditoria para avaliar se a provisão para litígios foi apropriadamente reconhecida e divulgada exigiu julgamento do auditor e amplo esforço de auditoria, sendo necessária a utilização de conhecimento técnico e histórico da Companhia e a análise de jurisprudências aplicáveis e individualizadas dos processos pela Diretoria.

Para responder a este principal assunto de auditoria, nossos procedimentos incluíram, entre outros:

(a) avaliação do desenho, da implementação e da efetividade dos controles internos relevantes sobre as provisões para litígios e avaliação de passivo contingente, incluindo aqueles sobre a integridade e a revisão de processos novos e em andamento, bem como controles sobre a mensuração de potenciais perdas; (b) testes, com o auxílio de nossos especialistas em tecnologia da informação, sobre os controles gerais de tecnologia da informação dos sistemas informatizados utilizados pela Diretoria para monitorar e avaliar os processos em andamento; (c) teste da integridade e exatidão da base de dados utilizada pela Diretoria para determinação dos prognósticos de perda e mensuração de potenciais perdas; (d) confirmação independente com os assessores jurídicos externos e internos dos processos quanto à classificação do prognóstico do risco de perda para a Companhia, incluindo o valor envolvido; (e) leitura das atas de reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria para evidência de eventuais contingências não divulgadas ou provisões não reconhecidas; (f) avaliação das premissas e dos julgamentos utilizados pela Diretoria no desenvolvimento dessas estimativas, contando com o auxílio de nossos especialistas tributários e ambientais, para assuntos específicos que julgamos necessários; e (g) avaliação das divulgações efetuadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que as provisões para litígios estimadas pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações das provisões e passivo contingente, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 29 de fevereiro de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Jonas Dal Ponte
Contador
CRC nº RS 058908/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2023 E SOBRE A PROPOSTA DA DIRETORIA PARA DESTINAÇÃO DO LÚCRO LÍQUIDO VERIFICADO NO EXERCÍCIO DE 2023**

Os membros do Conselho Fiscal da Copel Distribuição S.A. - Copel DIS, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame Relatório Anual e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e a Proposta da Diretoria para Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2023. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos Conselheiros e discutidas com a administração previamente. Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo do exercício, nas análises e entrevistas efetuadas, nos acompanhamentos e esclarecimentos prestados pela Administração e pela Auditoria Independente sobre os controles internos, e considerando ainda o Relatório do Auditor Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas, os conselheiros fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas referidas Demonstrações Financeiras e opinam que referidas Demonstrações estão em condições de ser encaminhadas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 29 de fevereiro de 2024.

(assinado eletronicamente)
DEMETRIUS NICHELE MACEI
Presidente

(assinado eletronicamente)
HARRY FRANÇOIA JÚNIOR

(assinado eletronicamente)
JOSÉ PAULO DA SILVA FILHO

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

1. APRESENTAÇÃO E INFORMAÇÕES GERAIS

O Comitê de Auditoria Estatutário - CAE da Copel está previsto na Seção I do Capítulo V do Estatuto Social, sendo composto por 03 (três) a 05 (cinco) membros escolhidos pelo Conselho de Administração, eleitos e destituíveis por tal órgão, todos com prazo de mandato unificado de 02 (dois) anos, permitida reeleição. Na composição do CAE são observados os seguintes parâmetros:

- I. ter a maioria de membros independentes nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis;
- II. no mínimo, 01 (um) membro com experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária, auditoria e finanças, que o caracterize como “especialista financeiro” nos termos da legislação vigente;
- III. no mínimo 01(um) dos membros do Comitê deverá ser integrante do Conselho de Administração;
- IV. no mínimo 01(um) dos membros do Comitê não será membro do Conselho de Administração e deverá ser escolhido dentre pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica;
- V. o Coordenador do Comitê deverá ser membro do Conselho de Administração;
- VI. o prazo máximo para exercício do cargo é de 10 anos; e
- VII. é vedada a participação de diretores da companhia, suas controladas, controladora, coligadas ou sociedades em controle comum, diretas ou indiretas, no Comitê.

As características, composição, funcionamento e competências do órgão são estabelecidas em Regimento Interno específico. Esse Comitê assessoria e reporta-se ao Conselho de Administração - CAD, ao qual está diretamente vinculado.

Dentre as principais atribuições do CAE estão auditoria, supervisão e fiscalização e, quando cabível, apresentação de recomendações sobre atividades da Companhia, zelando pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis e financeiras da Companhia; pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de Auditoria Independente contratada para emitir parecer sobre as demonstrações contábeis e financeiras; pela atuação e qualidade do trabalho da Auditoria Interna e pela qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos e de gestão de riscos.

O Comitê é responsável pela emissão de relatórios anual, devendo o resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, elaborado ao final do exercício, ser publicado em conjunto com as demonstrações contábeis e financeiras. Suas reuniões ordinárias são realizadas, no mínimo, doze vezes ao ano, conforme calendário previamente definido, podendo haver outras, extraordinárias, sempre que necessário. Desde 2019, o CAE conta com plano de trabalho para apoiar suas atividades. Inicialmente, o plano foi desenvolvido pela consultoria PricewaterhouseCoopers - PwC, em conjunto com a Auditoria Interna da Copel. No desenvolvimento do plano foram consideradas a legislação vigente, normativas internas e boas práticas de mercado. Naquele momento, para estudo e desenvolvimento do plano, a PwC utilizou a seguinte metodologia de trabalho: mapeamento das responsabilidades do CAE; planejamento para o atendimento das responsabilidades; referências de mercado; consideração sobre aspectos de treinamentos e discussões com o próprio Colegiado. Como resultado, a consultoria apresentou plano de trabalho listando as exigências e recomendações para atuação do CAE, bem como cronograma para execução das atividades ao longo de um ano. A estrutura do cronograma contemplava os assuntos a serem tratados; a área interna responsável pelo apoio; a atividade a ser desenvolvida; as referências em relação à Lei nº 13.313/2016 (Lei das Estatais, aplicável à Copel à época), à Lei Sarbanes-Oxley - SOx 301/407, à Instrução CVM 509 (revogada pela Instrução CVM nº 80/2022, a qual passou a trazer os requisitos aplicáveis ao Comitê de Auditoria), e a boas práticas de governança; a frequência de apresentação dos assuntos e a duração estimada para sua discussão e a distribuição dos temas ao longo do ano.

Em 2021, por solicitação do CAE, o plano de trabalho foi revisado, com apoio da consultoria Ernst & Young - EY, em conjunto com a assessoria do Comitê, Auditoria Interna da Copel e Secretaria de Governança Societária. A revisão do plano considerou a legislação vigente, Estatuto Social, demais normativas internas e boas práticas de mercado. A metodologia de trabalho incluiu: revisão das responsabilidades do CAE; forma de atendimento das responsabilidades; referências de benchmarks; interações com Auditoria Interna da Copel e Secretaria de Governança Societária e discussões com o Colegiado. O Plano de Trabalho do CAE 2022 considerou o relatório apresentado pela consultoria como subsídio em sua elaboração, sendo que sua estrutura foi organizada em (i) Apresentação e Informações Gerais; (ii) Cronograma detalhado do CAE; e (iii) Anexos. Para 2023 o plano de trabalho do CAE foi revisado com base na atuação do colegiado ao longo do ano de 2022, consolidando assim o plano anteriormente aprovado. Foram incluídas atividades relacionadas ao Plano de Desenvolvimento de Órgãos Estatutários da Copel e demandas apresentadas pelos membros do CAE. Em 20.09.2023, em sua 242ª Reunião Ordinária, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a alteração do Regimento Interno do CAE, considerando a Transformação da Copel em Corporação. O novo regimento excluiu os requisitos obrigatórios específicos da Lei das Estatais, considerou as melhores práticas e benchmarking realizado em companhias de referência, destacando-se: B3, Eletrobras, Vibra, Embraer, Vale, Renner e Equatorial.

O documento aprovado trouxe ajustes nas atribuições do CAE, organizando-as por afinidade de temas. Como inclusão, destacam-se: (i) discussão com a Auditoria Interna a observância, pela Diretoria da Companhia, das recomendações encaminhadas, bem como se pronunciar junto ao Conselho de Administração quanto a eventuais conflitos entre a Auditoria Interna e a Diretoria; (ii) monitoramento da adequação da estratégia e ações de segurança cibernética da Companhia, inclusive dos planos de ação de curto e longo prazo para o enfrentamento de eventuais ataques cibernéticos; (iii) análise, quando demandado pelo Conselho de Administração, sobre as propostas da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; (iv) análise, no âmbito das atribuições do CAE e sob a ótica de gestão de riscos, as políticas financeiras da Companhia e recomendando eventuais ajustes; e (v) análise, no âmbito das atribuições do CAE e sob a ótica de gestão de riscos, a remuneração dos acionistas. Já como exclusão, destacam-se: (i) estabelecer procedimentos para sua atuação; e (ii) avaliação dos cálculos atuariais, sendo requisito específico da Lei das Estatais.

A estrutura do Plano de Trabalho do CAE 2024, traz o cronograma detalhado de reuniões, contendo cronograma dos assuntos a serem tratados; a área interna responsável pelo apoio; a atividade a ser desenvolvida; as referências em relação à Lei Sarbanes-Oxley - SOX 301/407, à Instrução CVM 80/2022, e a boas práticas de governança; a frequência de apresentação dos assuntos e a duração estimada para sua discussão e a distribuição desses temas ao longo do ano.

O Plano de Trabalho Anual do CAE 2024 traz 16 temas principais, somando 98 pautas específicas, distribuídos em, no mínimo, 12 reuniões ao longo do ano.

A auditoria independente, atualmente Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. - Deloitte, é responsável pelo planejamento e execução da auditoria das Demonstrações Contábeis da Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais (GeT,

DIS, Mercado Livre, Serviços e Eólicas).

Em dezembro de 2023 foi autorizado a substituição da auditoria para a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), que iniciará suas atividades a partir da revisão das informações trimestrais ("ITRs") do primeiro trimestre do exercício de 2024.

A contratação visa atender práticas de governança e recomendação do Comitê de Auditoria Estatutário para efetuar a rotatividade dos auditores independentes antes do prazo máximo requerido no artigo 31-A da Resolução CVM n.º 23/21.

Compete ao auditor independente, no contexto e escopo do seu trabalho, emitir opinião sobre as Demonstrações Financeiras e se as mesmas refletem de forma adequada a posição patrimonial e financeira da Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, já adequadas aos padrões internacionais de contabilidade. O ambiente de controles internos da Copel Holding e das subsidiárias integrais, também é avaliado pela Deloitte, uma vez que essas estão sujeitas à lei americana Sarbanes-Oxley – SOx. Ainda no contexto de controles internos, a Diretoria Adjunta de Governança, Risco e Compliance – DRC, em sua atuação como segunda linha de defesa, atua no desenho dos controles junto aos órgãos da administração, primeira linha de defesa. Posteriormente, cabe a DRC atuar no teste de desenho dos controles internos. Já a Auditoria Interna - AUD, como terceira linha de defesa, atua no teste de controles internos quanto à sua eficiência e eficácia.

O CAE elabora, anualmente, o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, contendo as seguintes informações: (i) suas atividades, resultados, conclusões e recomendações no período, incluindo análise da eficácia de tais atividades; (ii) avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e gestão de riscos, registrando eventuais deficiências; (iii) descrição das recomendações apresentadas às diretorias, registrando aquelas não acatadas e justificativas para tanto; (iv) avaliação da efetividade do trabalho da empresa de auditoria independente e da Auditoria Interna, verificando, inclusive, o cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas da Companhia, registrando eventuais deficiências; e (v) avaliação das demonstrações contábeis e financeiras, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no exterior, além do cumprimento de normas editadas por agências reguladoras, registrando as divergências e eventuais deficiências.

2. HISTÓRICO DA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ

Criado inicialmente para adequação da Companhia às exigências contidas na Lei Sarbanes-Oxley – SOX, que regulamenta a atuação das empresas abertas que possuem ações em negociação na bolsa de valores NYSE dos Estados Unidos, o Comitê de Auditoria, vinculado ao Conselho de Administração, atua desde maio/2005. Com a alteração do Estatuto Social da Companhia, aprovada na 195ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, de 07.06.2017, o Colegiado passou a se denominar Comitê de Auditoria Estatutário - CAE.

Em 11.03.2021, com a alteração do Estatuto Social da Copel, aprovada pela 201ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, o Comitê de Auditoria Estatutário teve alteração, quando passou a ser permitida a composição entre 03 (três) a 05 (cinco) membros. Já em 10.07.2023, foi aprovada a reforma estatutária pela 207ª AGE, mantendo a composição do CAE, desde que: (i) a maioria destes se enquadrasse nos critérios de independência da legislação aplicável; (ii) que no mínimo, 01 (um) membro apresentasse experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária, auditoria e finanças, que o caracterize como “especialista financeiro” nos termos da legislação vigente; (iii) que no mínimo 01(um) dos membros fosse integrante do Conselho de Administração; (iv) no mínimo 01(um) do membro externo, escolhido dentre pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica; (v) que o Coordenador do Comitê fosse membro do Conselho de Administração; (vi) o prazo máximo para exercício do fosse de 10 anos; e (vii) ficasse vedada a participação de diretores da companhia, suas controladas, controladora, coligadas ou sociedades em controle comum, diretas ou indiretas, no Comitê.

Em 2023, o Comitê teve a seguinte composição, eleita para o mandato 2024/2025: Carlos Biedermann (como Presidente e especialista financeiro), Marco Antônio Barbosa Cândido (como membro) e Luiz Cláudio Maia Vieira (como membro externo), todos membros independentes, em conformidade com a legislação e regulamentação aplicáveis, e que atendem aos requisitos de independência impostos pela Securities and Exchange Commission - SEC e pela New York Stock Exchange - NYSE.

Considerando a necessidade do Comitê de Auditoria Estatutário - CAE, para assessoria no desempenho de suas atribuições, um profissional da Companhia é designado como Assessor do CAE da Copel. Desde 06.11.2020, conforme deliberado na 226ª Reunião do CAE, o profissional Adilson Dvulathca (registro 49438), atua como Assessor do CAE da Copel (Circular-058/2020, de 10.11.2020).

3. RESUMO DAS ATIVIDADES EM 2023

3.1. REUNIÕES REALIZADAS E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

As pautas das reuniões realizadas em 2023 foram baseadas no plano de trabalho, elaborado pelo Comitê de Auditoria Estatutário, que indica os seguintes assuntos para discussão do Colegiado ao longo do ano: apreciação de informações contábeis; auditoria independente; canal de denúncias e Comitê de Ética; capacitação; compliance; contratações/consultorias; controles internos, auditoria interna e DFs; debriefing; divulgação; finanças e DFs; gestão de riscos; orçamento; outros assuntos extraordinários (Cibersegurança, calendário anual de reuniões, LGPD e melhoria contínua); partes relacionadas; regimento interno CAE e normativas internas da Copel relativas ao CAE.

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023, foram realizadas 26 reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário da Copel, as quais contemplaram 151 pautas, envolvendo os membros da Diretoria Executiva, Superintendentes, Auditores Internos e Auditores Independentes.

As deliberações tomadas e as recomendações formuladas pelo CAE foram devidamente formalizadas em atas. Foram relatados, mensalmente, nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração - CAD, os principais temas tratados nas reuniões, detalhando as atividades e recomendações dirigidas para as diversas áreas da Companhia e suas subsidiárias integrais, controladas e coligadas, bem como os debates e os resultados dos monitoramentos das atividades dos Auditores Internos e dos Auditores Independentes. Esses relatos foram registrados de forma resumida nas atas do Conselho de Administração.

PAUTAS POR TEMAS:

O resumo do alcance das pautas tratadas pelo CAE da Copel em 2023 pode ser observado no gráfico abaixo:

- Apreciação demonstrações contábeis e relatório administração (28)

- Assuntos CAE (24)
- Finanças e DFs (18)
- Auditoria Independente (15)
- Auditoria Interna, Fundação Copel, Controles Internos e DFs (15)
- Debriefing (14)
- Gestão de riscos (10)
- Partes relacionadas (9)
- Canal de Denúncias e Comitê de Ética (5)
- Compliance (4)
- Divulgação (4)
- Outros (5)

3.2. AUDITORIA INDEPENDENTE

No decorrer de 2023, foram contempladas, em reuniões do CAE, 15 pautas com participação da Auditoria Independente. Essas pautas abordaram o andamento dos trabalhos da Auditoria Independente, Deloitte, para o Formulário 20-F; o planejamento dos trabalhos da Auditoria Independente para 2023; apresentação sobre os trabalhos relativos às Demonstrações Financeiras e de controles internos; a análise dos assuntos significativos endereçados pelo Auditor Independente; o monitoramento de status dos planos de ação e/ou projetos para mitigar as deficiências apontadas pela auditoria independente, ao longo do período de 2023.

O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes. Em decorrência, o Comitê de Auditoria Estatutário avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Independente concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Mensalmente são monitoradas, pelo Colegiado, as deliberações tomadas sobre temas relativos à auditoria independente.

3.3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS e RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No decorrer de 2023, as demonstrações financeiras e o Relatório da Administração foram apreciados pelo CAE, totalizando 28 pautas, nas quais foram tratadas a análise e recomendação para aprovação do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2022; a revisão preliminar das Demonstrações Financeiras Intermediárias - 1º, 2º e 3º Trimestres de 2023; a Proposta da Diretoria para a Destinação do Lucro Líquido Verificado no Exercício de 2022 e para Pagamento de Participação referente à Integração entre o Capital e o Trabalho e Incentivo à Produtividade.

A análise e recomendação quanto ao Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2023, de Proposta da Diretoria para a Destinação do Lucro Líquido e quanto ao Pagamento de Participação referente à Integração entre o Capital e o Trabalho e Incentivo à Produtividade, ocorre na reunião realizada em fevereiro de 2024, após finalizadas as discussões com os Auditores Independentes sobre os resultados dos seus trabalhos, os quais incluem os Principais Assuntos de Auditoria descritos em seu relatório, as conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras, a discussão das práticas contábeis adotadas, controles internos, legislação societária brasileira, bem como demais normas aplicáveis.

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis da Copel (Holding) e consolidado das subsidiárias integrais e controladas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE ? anteriormente aqui descritos de forma sumarizada ? assim como em razão das informações prestadas pela Administração da Companhia e pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., os membros do Comitê de Auditoria Estatutário julgam que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis auditadas relativas a 31.12.2023, no Relatório Anual 2023, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

3.4. AUDITORIA INTERNA

No decorrer de 2023, foram tratadas 9 pautas com a Auditoria Interna, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Nesse período, o Comitê fez o acompanhamento das atividades da Auditoria Interna, verificação de suas recomendações e do Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna - RAINT 2022; planejamento da Auditoria Interna, considerando a transformação da Copel em Corporação; e teve ciência da avaliação da Auditoria Interna sobre a Gestão de Riscos na Companhia e sobre os trabalhos relativos à Lei Sarbanes-Oxley - SOx.

Na 270ª Reunião, de 14.02.2023, a Fundação Copel de Previdência e Assistência Social apresentou informações a respeito dos Planos Previdenciários patrocinados pela Copel e administrados pela Fundação Copel.

O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência da auditoria interna. Em decorrência, o Comitê de Auditoria Estatutário avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna, concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos à auditoria interna.

3.5. SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

No decorrer de 2023, foram tratadas 5 pautas sobre controles internos, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Nesse

período, o Comitê recebeu reporte dos trabalhos relativos a controles internos; bem como, a atualização do status de auditoria, pela Deloitte, desses Controles Internos.

A metodologia adotada pela Companhia para a análise dos controles internos está em consonância com a estrutura do Internal Control - Integrated Framework, definido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), e com a Lei Sarbanes-Oxley - SOx. A Administração da Companhia é responsável pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que propiciem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos, a aderência às regras e a integridade e precisão das informações. A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da Companhia, dos procedimentos e práticas de controles internos e que esses se encontrem em efetiva aplicação. O CAE também estimulou e validou a criação de instrumentos de controle (Políticas Internas, Normas Administrativas, entre outros) para assegurar o bom andamento das atividades da Companhia, inclusive extensivos a suas empresas controladas e coligadas. Embora o tema tenha sido tratado em pautas específicas, o assunto permeia os demais itens da pauta de trabalho do órgão, tendo sido intensamente discutido no decorrer do ano pelos membros do CAE. Mensalmente são monitoradas as deliberações tomadas sobre temas relativos a sistemas de controles internos.

3.6. OUVIDORIA E CANAL DE DENÚNCIAS

No decorrer de 2023, foram tratadas, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, 5 pautas que trataram do Canal de Denúncias, Comitê de Ética, Código de Conduta e demais temas relacionados. Essas pautas abordaram o monitoramento do Canal de Denúncias e o acompanhamento ao longo do ano, em reuniões específicas, acerca de denúncias recebidas pelo Canal e que tiveram, em função de sua natureza, tratamento mais intensivo de investigação através da Auditoria Interna.

Trimestralmente é apresentado ao CAE o acompanhamento do Canal de Denúncias pela diretoria responsável pela área de Compliance e, periodicamente, a Auditoria Interna apresenta as apurações relacionadas às denúncias recebidas.

Mensalmente são monitoradas pelo CAE as deliberações tomadas sobre temas relativos à Ouvidoria e Canal de Denúncias.

3.7. GESTÃO E MONITORAMENTO DE RISCOS

No decorrer de 2023, foram tratadas 10 pautas de Gestão e Monitoramento de Riscos em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Essas pautas abordaram o reporte dos trabalhos relativos à gestão de riscos, a revisão dos riscos estratégicos e a recomendação ao Conselho de Administração pela aprovação da Política de Gestão Integrada de Riscos Corporativos.

O CAE, com o intuito de reforçar a qualidade da gestão de riscos, determinou que fosse adicionada à pauta do colegiado a análise mensal quanto aos riscos corporativos, pauta específica da Agenda Temática do CAE 2023.

Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos à gestão e monitoramento de riscos.

3.8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O Comitê de Auditoria Estatutário tem como uma de suas atribuições “avaliar e monitorar, trimestralmente ou por ocorrência, em conjunto com a administração e a Auditoria Interna, a adequação das transações com partes relacionadas em conformidade com a política de transação com partes relacionadas e a política de gestão de riscos.”

No decorrer de 2023, foram tratadas 9 pautas envolvendo transações com partes relacionadas, em reuniões do CAE.

Mensalmente são monitoradas pelo órgão as deliberações tomadas sobre temas relativos a transações com partes relacionadas.

3.9. OUTRAS ATIVIDADES

Além das atividades acima mencionadas, o Comitê de Auditoria Estatutário tratou de outras pautas em reuniões periódicas, relacionadas aos assuntos já indicados neste relatório e demais assuntos indicados em plano de trabalho do CAE, os quais são compliance; debriefing; divulgação; finanças e DFs; monitoramento das deliberações; orçamento; e regulamentos de independência do CAE. Ainda, os demais assuntos indicados também foram contemplados, quando aplicável, nas demais pautas citadas anteriormente neste relatório.

Na programação para 2023, o Comitê de Auditoria Estatutário discutiu seu plano de trabalho, além de analisar os resultados das avaliações de desempenho do Colegiado, incluindo o Plano de Desenvolvimento do Comitê de Auditoria Estatutário.

4. COMUNICAÇÕES DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

4.1. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário reporta suas atividades mensalmente nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração, apresentando os assuntos tratados, seu posicionamento e solicitações realizadas para as diversas áreas da Companhia. Em deliberações específicas, o Comitê de Auditoria Estatutário emite nota ao Conselho de Administração, com seu posicionamento e recomendações.

4.2. ALTA ADMINISTRAÇÃO - DIRETORIA EXECUTIVA E SUPERINTENDENTES

Para todas as reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, as Diretorias envolvidas nos temas a serem discutidos são convidadas e indicam a participação dos Superintendentes das áreas responsáveis pelas pautas a serem tratadas. Além disso, também ocorre das Superintendência, por meio de suas Diretorias, realizarem a proposição de pautas para apresentação no Comitê de Auditoria Estatutário, no que for pertinente às atribuições desse Comitê, principalmente àquelas matérias que serão submetidas para apreciação e deliberação do Conselho de Administração.

5. RECOMENDAÇÕES À DIRETORIA EXECUTIVA

• Demonstrações Financeiras 2023

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário solicitaram à Diretoria de Finanças e de Relações com Investidores estudo sobre a possibilidade de antecipação do fechamento das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2023.

• Planejamento da Auditoria Interna

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário solicitaram à Auditoria Interna da Companhia informações sobre a recomposição da equipe interna, considerando o Plano de Demissão Voluntária – PDV, bem como o planejamento das atividades, tendo em vista a transformação da Copel em Corporação.

Adicionalmente, por ocasião da apresentação do plano de trabalho da Auditoria Interna, o CAE fez suas considerações e sugeriu prioridades em relação aos principais riscos da Companhia.

• Serviços adicionais de auditoria Independente

O CAE recomendou à Diretoria de Finanças e de Relações com Investidores que o processo de contratação de auditoria independente contemple uma relação dos serviços que possam eventualmente ser contratados esporadicamente com os auditores independentes, com a respectiva precificação, visando a melhoria contínua do processo.

• Gestão de riscos – reporte periódico

O CAE recomendou à Diretoria Adjunta de Governança, Risco e Compliance, avaliação sobre a necessidade de inclusão no Portfólio de Riscos da Companhia do risco relacionado aos efeitos da guerra entre Israel e Hamas.

Adicionalmente, solicitou apresentação sobre o risco referente aos novos padrões de reporte de Sustentabilidade, IFRS S1 e S2, e seus respectivos planos de ação.

Os Membros do Comitê afirmaram que diversas providências foram solicitadas à Diretoria da Companhia, em especial robustez nos sistemas de controles internos da Copel e de suas Subsidiárias Integrais, acompanhamento e monitoramento mensais das deficiências apontadas pela auditoria externa, dentre outras medidas que podem ser evidenciadas nas atas de reuniões deste Comitê.

6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÃO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis da Companhia - Copel (Holding) e consolidado das subsidiárias integrais e controladas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE ? anteriormente aqui descritos de forma sumarizada ? assim como em razão das informações prestadas pela Administração da Companhia e pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., os membros do Comitê de Auditoria Estatutário julgam que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis auditadas relativas a 31.12.2023, no Relatório Anual 2023, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Curitiba, 28 de fevereiro de 2024.

(assinado eletronicamente)

CARLOS BIEDERMANN
Presidente e Especialista Financeiro

(assinado eletronicamente)

MARCO ANTÔNIO BARBOSA CÂNDIDO
Membro

(assinado eletronicamente)

LUIZ CLAUDIO MAIA VIEIRA
Membro Externo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**D E C L A R A Ç Ã O**

Pelo presente instrumento, como membros da Diretoria Executiva da Copel Distribuição S.A., companhia aberta, com registro na CVM, categoria B, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel), com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158, bloco C, Curitiba - PR, inscrita no CNPJ sob o nº 04.368.898/0001-06, para fins do disposto na Instrução CVM nº 80/2022, declaramos que:

(I) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de auditoria da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., relativamente às demonstrações financeiras da Copel Distribuição do exercício findo em 31.12.2023; e

(II) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Copel Distribuição, relativas ao exercício findo em 31.12.2023.

E, por ser verdade, firmamos a presente.
Curitiba, 29 de fevereiro de 2024.

(assinado eletronicamente)
Maximiliano Andres Orfali
Diretor Geral e
Diretor Comercial, de Regulação e de Gestão
Copel Distribuição S.A.

(assinado eletronicamente)
Adriano Rudek de Moura
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores
Copel Distribuição S.A.

(assinado eletronicamente)
Eduardo Vieira de Souza Barbosa
Diretor Jurídico e de Relações Institucionais
Copel Distribuição S.A.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, como membros da Diretoria Executiva da Copel Distribuição S.A., companhia aberta, com registro na CVM, categoria B, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel), com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158, bloco C, Curitiba - PR, inscrita no CNPJ sob o nº 04.368.898/0001-06, para fins do disposto na Instrução CVM nº 80/2022, declaramos que: (I) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de auditoria da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., relativamente às demonstrações financeiras da Copel Distribuição do exercício findo em 31.12.2023; e (II) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Copel Distribuição, relativas ao exercício findo em 31.12.2023.

E, por ser verdade, firmamos a presente.
Curitiba, 29 de fevereiro de 2024.

(assinado eletronicamente)
Maximiliano Andres Orfali
Diretor Geral e
Diretor Comercial, de Regulação e de Gestão
Copel Distribuição S.A.

(assinado eletronicamente)
Adriano Rudek de Moura
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores
Copel Distribuição S.A.

(assinado eletronicamente)
Eduardo Vieira de Souza Barbosa
Diretor Jurídico e de Relações Institucionais
Copel Distribuição S.A.